

DEFATO

A POLÍTICA EM 1978:
O QUE SERÁ, QUE SERÁ?

BELO HORIZONTE
ANO II
NÚMERO 20
Cr\$ 8,00

BIBLIOTECA CENTRAL D
ESTUDANTES
UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA
D.C.E. - U.F.V.



CARLITOS,
FORA DO PALCO
DA VIDA

ESPECIAL, 20 PÁGINAS: OS TRABALHADORES
EM OITENTA ANOS DA HISTÓRIA DE BEAGÁ

ESPALHA FATO

AVISO AOS POETAS DE TODO O BRASIL

Este jornal não tem nenhum objetivo de publicar poesias sistematicamente em suas páginas. A alguns números atrás publicamos algumas, mas isto não quer dizer que reservamos um cantinho para poesias, principalmente porque aqui não tem uma pessoa gabaritada para selecionar os trabalhos. De vez em quando alguma poesia pode nos sensibilizar mais de perto e então publicamos. Eu estou dando este toque porque de repente começou a chover poemas e poesias aqui na redação, vindas de tudo quanto é canto do Brasil. Acho que foi aquele jornal **Poesias Populares** de São Paulo, que deu um recado dizendo que o DF estava publicando poemas e então vários poetas começaram a mandar seus trabalhos. O resultado é que já temos material para publicar um livro.

Mas pelo menos este fato deu algum resultado. Impressionado com a quantidade de poetas inéditos neste país, comentei com o poeta René Zeferino sobre a idéia de se promover uma chuva de poemas sobre a cidade ou sobre o Mineirão em dia de jogo entre Atlético e Cruzeiro, por exemplo. O René acabou levando a idéia em frente. O resultado é que teremos dentro de algum tempo encontros de poetas na cidade para discutir seus problemas e a abertura será marcada com uma chuva de poemas, provocada artificialmente com o uso de um avião. Quem quiser aderir deve procurar informações na Câmara Mineira do Livro e/ou ficar de olho nas informações que a imprensa está fornecendo sobre o acontecimento (Aloísio Morais)

A CORRENTE QUE MATA A GENTE

Tá um tal de corrente correndo aí pela praça que já está dando até dor de cabeça pra Receita Federal. Tem gente ganhando uma grana razoável de repente e depois se complicando na hora de declarar o Imposto de Renda. Outro dia apareceu uma corrente aqui no De Fato. Com essa a Receita Federal não precisa se preocupar:

Esta corrente foi feita para homens cansados e esgotados como você. Não é necessário dinheiro. Mande 05 (cinco) cópias desta, para 05 (cinco) amigos na mesma situação sua, e que sejam de inteira confiança.

Em seguida, **EMPACOTE** a sua mulher e envie para o primeiro da lista, acrescentando o seu nome em último lugar.

Quando o seu nome estiver em primeiro lugar, você receberá 16.478 mulheres, e algumas delas poderão ser interessantíssimas!

Não quebre a corrente. Um sujeito quebrou a corrente e recebeu sua mulher de volta.

Um conhecido meu já recebeu 18 mulheres. Hoje foi o enterro dele. Tinha nos lábios um sorriso nunca visto durante toda a sua vida.

MANTENHA A CORRENTE E VIVA CONTENTE!

Obs. É claro que os homens podem ser empacotados também. (DF)

SALÁRIOS

Milhares de aposentados da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos terão seus vencimentos reduzidos porque o Dasp apurou um erro no processo de aposentadoria dos servidores da ECT, que estava pagando salários maiores do que devia. Já o Dieese apurou um erro nas taxas oficiais da inflação em 1973, e ninguém ainda falou em devolver os 34,1% dos trabalhadores. (Marco Campos)

CONCLAT

O governo, depois de dar «sinal verde» para a realização do I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras sugeriu, alegando um princípio hierárquico, que o encontro fosse convocado pelas Confederações Nacionais dos Trabalhadores e liderado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias, o que muito estranhou a Hugo Roberto Martinez Perez, presidente da Federação das Indústrias Urbanas de São Paulo. Segundo ele, o que o surpreendeu foi «a indicação da CNTI para liderar a realização do I Conclat, pois esta entidade há muito tempo não se interessa pelo movimento sindical paulista, e isto poderá levar o encontro à inocuidade». Tá estranhando o que, ô Perez? O presidente da CNTI, Ari Campista, é também ministro do Supremo Tribunal do Trabalho e ganha Cr\$ 80 mil por mês. É ou não é o homem certo?

INCERTEZAS DA DÚVIDA

Num mesmo dia, o ministro Mário Simonsen, da Fazenda, deu «um palpite» sobre o déficit em conta-corrente do Brasil para este ano, e fez «uma estimativa a olho nu» para o valor do Produto Interno Bruto. Com certeza mesmo o ministro só sabe da renda per capita do brasileiro, que em 1976 foi de 1 mil 235 dólares segundo o governo, e de 637 dólares segundo a Comissão Econômica da América Latina - Cepal. (Marco Campos)

COISAS ESTRANHAS (?) NO RIO

A estudante de Comunicações da UFRJ, Denise Cunha da Silva Sobrinho, colaboradora do jornal Movimento, foi chamada a depor no DPPS no

dia 1º deste mês. Ao prestar depoimento seu interrogador, detetive Nelson, quiz insinuar que o jornal Movimento está articulando o movimento estudantil, chegando até a perguntar sobre quais foram as atividades que foram decididas para o ME numa reunião do pessoal da sucursal do Rio. Veja só a quantas anda o grau de imbecilidade. Dias antes de ser «convidada» a depor, Denise recebeu uma série de telefonemas estranhos, alguns com ameaças. Segundo o delegado do Departamento de Operações do DPPS, Nahli Jorge Hauat, «o governo quer abrir, quer abrir, mas o jornal nos obriga a censurar». Coisas estranhas estão acontecendo no Rio: alguns religiosos estão recebendo cartas que se incendiam assim que são abertas. Um ex-diretor do antigo Correio da Manhã recebeu há alguns meses uma carta deste tipo e teve partes das suas mãos queimadas. (Aloísio Morais)

UM NÃO AO ASSISTENCIALISMO

Em reunião realizada na sede do Sindicato dos Tecelões no dia 12, os funcionários da Telemig associados ao Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operações de Mesas Telefônicas de Minas, derrubaram a sugestão do Sindicato de descontar 20% sobre o primeiro aumento de 68, com 5% ao mês a partir de abril. Ao final da assembléia 305 associados votaram e destes 272 depositaram voto contrário ao desconto em favor do sindicato, enquanto apenas 31 votaram a favor. O interessante é que a assembléia foi marcada às vésperas, ou seja, no dia 7. Como o dia 8 foi feriado e a Telemig dispensou seus funcionários na sexta-feira, dia 9, tornou-se difícil a divulgação da realização da assembléia. Mas mesmo assim os funcionários contrários ao desconto assistencialista se mobilizaram e conseguiram sair vitoriosos. (Aloísio Morais)

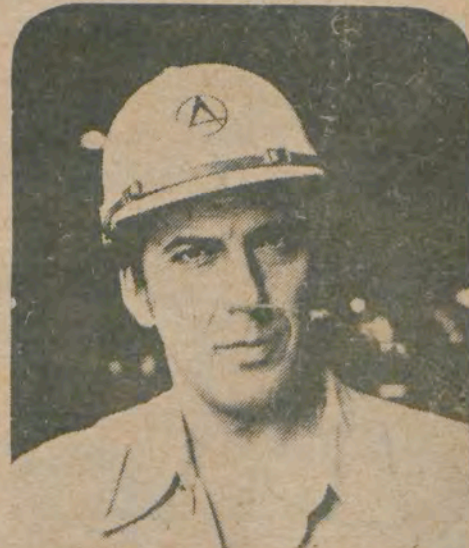
FORTALEZA ATACA DE MUTIRÃO

Desde setembro o Ceará passou a contar também com um jornal independente. Seu nome é **Mutirão**, editado mensalmente. Quem quiser conhecer o trabalho do pessoal lá do Norte é só escrever pra Rua Barão do Rio Branco, 1006, Edifício Diogo, 7º andar, sala 73.

PADRÃO DE QUALIDADE

Esse aí ao lado é o Altair Lorenzato da Fonseca, 44 anos, 27 anos de trabalho na Usina da Acesita, casado, 4 filhos. Segundo a Acesita, ele é um profissional assíduo e dedicado, senhor amigo e companheiro, grande líder, exemplo de comportamento no trabalho e na comunidade, ótimo pai e marido.

Além de tudo isso — ou por tudo isso — Altair foi escolhido o «Operário Padrão de Minas Gerais», ficando depois em terceiro lugar em âmbito nacional. A Acesita só esqueceu de dizer que Altair é chefe de manutenção de sua oficina elétrica, tem casa própria com piscina bonitinha e tudo, tem carro do ano e já foi à Europa. (Marco Campos)



DEFATO

Uma publicação da Editora Textual Ltda.

Editor responsável: Aloísio Morais Martins

Equipe DE FATO: Aloysio Almeida, Aloísio Morais, Beth Almeida, Beth Cataldo, Fernando Assunção, Flávio Fantini, João Batista Mares Guia, Kenneth Albernaz, Marco Antônio Campos, Marco Aurélio Cozzi, Miriam Chrystus Melo e Silva, Nilson Avelino Azevedo, Raquel Cristina e Roseana Nicolau.

Colaboraram neste número: Edson Ricardo Teixeira de Melo, Giselle Nogueira, Luciano Cintra, Jorge Antônio Pimenta Filho, Ana Maria Miranda de Carvalho, Aderi Costa, Maria Teresa Porto Goulart, Liliana Mendes Torres, Otaviano Carvalho, Flávio Andrade, Luiz Fernando Emediato, Dione Maria Dutra, Adilson Brito, Mauro Borges Lemos, Grupo Mineiro de Desenho, Afonso Henrique Borges Ferreira, José Itamar de Oliveira, José Juaz.

Diagramação e montagem: Edson Ricardo Teixeira de Melo, Dione Maria Dutra.

Redação e administração: Avenida do Contorno, 2399 — Floresta — Tel.: 226-2841 — CEP 30.000

Fotocomposição e impressão: Editora Santa Edwiges — Avenida Teresa Cristina, 1665 — Tel.: 337-1511 (PBX) — Belo Horizonte

Publicidade: Republicar — Representante em Belo Horizonte — Rua Aquiles Lobo, 301 — Floresta — Tels: 224-1498 e 222-1471

Distribuição: Editora Textual Ltda. — Avenida do Contorno, 2399 — Belo Horizonte

DE FATO é encontrado à venda no Rio de Janeiro na Livraria Muro (Rua Visconde de Pirajá, 82 — Ipanema). Em Porto Alegre nas bancas Salgado Filho (esquina de Marechal Floriano), Miscelânea (em frente ao Hotel Savoy), e Livraria Coletânea (no Mercado). Em Juiz de Fora na Livraria Península (Galeria Hallak, 23).

DE FATO Nº 20

Dezembro de 1977

CGC: MF Nº 17 170349/0001-18

Belo Horizonte — MG

Canto ao homem do povo Charlie Chaplin

Carlos Drummond de Andrade

I

Era preciso que um poeta brasileiro, não dos maiores, porém dos mais expostos à galhofa, girando um pouco em tua atmosfera ou nela aspirando a viver como na poética e essencial atmosfera dos sonhos lúcidos, era preciso que esse pequeno cantor teimoso, de ritmos elementares, vindo da cidadezinha do interior onde nem sempre se usa gravata mas todos são extremamente polidos e a opressão é detestada, se bem que o heroísmo se banhe em ironia, era preciso que um antigo rapaz de vinte anos, preso à tua pantomima por filamentos de ternura e riso dispersos no tempo, viesse recompô-los e, homem maduro, te visitasse para dizer-te algumas coisas, sob calor de poema. Para dizer-te como os brasileiros te amam e que nisso, com em tudo mais, nossa gente se parece com qualquer gente do mundo – inclusive os pequenos judeus de bengalhinha e chapéu-coco, sapatos compridos, olhos melancólicos, vagabundos que o mundo repeliu, mas zombam e vivem nos filmes, nas ruas tortas com tabuletas: Fábrica, Barbeiro, Polícia, e vencem a fome, iludem a brutalidade, prolongam o amor como um segredo dito no ouvido de um homem do povo caído na rua. Bem sei que o discurso, acalanto burguês, não te envaidece e costumam dormir enquanto os veementes inauguram estátua, e entre tantas palavras que como carros percorrem as ruas, só as mais humildes, de xingamento ou beijo, te penetram. Não é a saudação dos devotos nem dos partidários que te ofereço, eles não existem, mas a de homens comuns, numa cidade comum, nem faço muita questão da matéria de meu canto ora em torno de ti como um ramo de flores absurdas por via postal ao inventor dos jardins. Falam por mim os que estavam sujos de tristeza e feroz desgosto de tudo, que entraram no cinema com a aflição de ratos fugindo da vida, são duas horas de anestesia, ouçamos um pouco de música, visitemos no escuro as imagens – e te descobriram e salvaram-se. Falam por mim os abandonados de justiça, os simples de coração os párias, os falidos, os mutilados, os deficientes, os recalcados, os oprimidos, os solitários, os indecisos, os líricos, os cismarentos os irresponsáveis, os pueris, os cariciosos, os loucos e os patéticos. E falam as flores que tanto amas quando pisadas, falam os tocos de vela, que comes na extrema penúria, falam a mesa, os botões, os instrumentos do ofício e as mil coisas aparentemente fechadas, cada troço, cada objeto do sótão, quando mais obscuros mais falam.

II

A noite banha tua roupa.
Mal a disfarças no colete mosqueado,
no gelado peitinho de baile,
de um impossível baile sem orquídeas.

És condenado ao negro. Tuas calças confundem-se com a treva. Teus sapatos inchados, no escuro do beco, são cogumelos noturnos. A quase cartola, sol negro, cobre tudo isto, sem raios.

Assim, noturno cidadão de uma república enlutada, surges a nossos olhos pessimistas, que te inspecionam e meditam: Eis o tenebroso, o viúvo, o inconsolado, o corvo, o nunca-mais, o chegado muito tarde a um mundo muito velho.

E a lua pousa em teu rosto. Branco, de morte caído, que sepulcros evoca, mas que hastes submarinas e álgidas e espelhos e lírios que o tirano decepou, e faces amortalhadas em farinha. O bigode negro cresce em ti como um aviso e logo se interrompe. É negro, curto espesso. O rosto branco, de lunar matéria, face cortada em lençol, risco na parede, caderno de infância, apenas imagem, entretanto os olhos são profundos e a boca vem de longe, sozinha, experiente, calada vem a boca sorrir, aurora, para todos.

E já não sentimos a noite,
e a morte nos evita, e diminuimos

como se ao contato de tua bengala mágica voltássemos ao país secreto onde dormem meninos.

Já não é escritório de mil fichas, nem a garagem, a universidade, o alarme, é realmente a rua abolida, lojas repletas, e vamos contigo arrebeitar vidraças, e vamos jogar o guarda no chão, e na pessoa humana vamos redescobrir aquele lugar – cuidado! – que atrai pontapés: sentenças de uma justiça não oficial.

III

Cheio de sugestões alimentícias, matas a fome dos que não foram chamados à ceia celeste ou industrial. Há ossos, há pudins de gelatina e cereja e chocolate e nuvens nas dobras de teu casaco. Estão guardados para uma criança ou um cão. Pois bem conheces a importância da comida, o gosto da carne, o cheiro da sopa, a maciez amarela da batata, e sabes a arte sutil de transformar um macarrão o humilde cordão de teus sapatos.

Mais uma vez jantaste: a vida é boa. Cabe um cigarro: e o tiras da lata de sardinhas. Não há muitos jantares no mundo, já sabias, e os mais belos frangos são protegidos em pratos chineses por vidros espessos. Há sempre o vidro, e não se quebra, há o aço, o amianto, a lei, há milícias inteiras protegendo o frango,

Charles Spencer Chaplin, que morreu recentemente aos 88 anos de idade, será sepultado hoje às 11 horas (7 de Brasília) no pequeno cemitério de Corsier-Sur-Vecvey, na Suíça, em cerimônia a que comparecerão apenas a mulher Oona, seus nove filhos e os amigos mais próximos. O mundialmente famoso Carlitos, que, com seu chapéu-coco, sua bengala e seus sapatos rotos, se transformou numa legenda, consagrou-se no cinema mudo como comediante e também no cinema sonoro criou obras-primas cujo valor o tempo não conseguiu apagar.

De uma infância miserável em Londres, Chaplin partiu para os Estados Unidos, onde, depois de impor-se como verdadeiro mito, passou a ser acusado de ativista antinorte-americano e de simpatizante de idéias esquerdistas. As enormes pressões que sofreu então obrigaram-no a deixar a América e a ir morar na Europa, de onde só saiu em 1972 para receber o perdão público, através de um "Oscar" da Academia Cinematográfica de Hollywood. Chaplin realizou 61 filmes mudos e uma dezena de sonoros, a maioria deles de conteúdo crítico em relação aos problemas sociais de seu tempo. A morte do "vovô" mundialmente conhecido não conseguiu apagar.

e há uma fome que vem do Canadá, um vento, uma voz glacial, um sopro de inverno, uma folha baila indecisa e pausa em teu ombro: mensagem pálida que mal decifras. Entre o frango e a fome, os valos da lei, as léguas. Então te transformas tu mesmo no grande frango assado que flutua sobre todas as fomes no ar: frango de ouro e chama, comida geral para o dia geral, que tarda.

IV

O próprio ano novo tarda. E com ele as amadas. No festim solitário teus dons se aguçam. És espiritual e dançarino e fluido, mas ninguém virá aqui saber como amas com fervor de diamante e delicadeza de alva, como, por tua mão, a cabana se faz lua. Mundo de neve e sal, de gramofones roucos urrando longe o gozo de que não participas. Mundo fechado, que aprisiona as amadas e todo desejo, na noite, de comunicação. Teu palácio se esvai, lambe-te o sono, ninguém te quis, todos possuem, tudo buscaste dar, não te tomaram. Então caminhas no gelo e rondas o grito. Mas não tens gula de festa, nem orgulho nem ferida nem raiva nem malícia. És o próprio ano-bom, que te detens. A casa passa correndo, os copos voam, os corpos saltam rápido, as amadas te procuram na noite... e não te vêem, tu pequeno, tu simples, tu qualquer. Ser tão sozinho em meio a tantos ombros, andar aos mil num corpo só, franzino, e ter braços enormes sobre as casas, ter um pé em Guerreiro e outro no Texas, falar assim a Chinês, a maranhense, a russo, a negro: ser um só, de todos, sem palavra, sem filtro, sem opala: há uma cidade em tí, que não sabemos.

V

Uma cega te ama. Os olhos abrem-se. Não, não te ama. Um rico, em álcool,

é teu amigo e lúcido repele tua riqueza. A confusão é nossa, que esquecemos o que há de água, de sopro e de inocência no fundo de cada um de nós, terrestres. Mas, ó mitos que cultuamos, falsos: flores pardas, anhos desleais, cofres redondos, arquejos poéticos acadêmicos; convenções do branco, azul e roxo; maquinismos, telegramas em série, e fábricas e fábricas e fábricas de lâmpadas, proibições, auroras.

Ficaste apenas um operário comandado pela voz colérica do megafone. És parafuso, gesto, esgar. Recolho teus pedaços: ainda vibram, lagarto mutilado. Colo teus pedaços. Unidade estranha é a tua, em mundo assim pulverizado.

E nós, que a cada passo nos cobrimos e nos despimos e nos mascaramos, mal retemos em tí o mesmo homem,

aprendiz
bombeiro
caixeiro
doceiro
emigrante
forçado
maquinista
noivo
patinador
soldado
músico
peregrino
artista de circo
marinheiro
marquês
carregador de piano

apenas sempre entretanto tu mesmo, o que não está de acordo e é meigo, o incapaz de propriedade, o pé errante, a estrada fugindo, o amigo que desejaríamos reter na chuva, no espelho, na memória e todavia perdemos.

VI

Já não penso em tí. Penso no ofício a que te entregas. Estranho relojoeiro,

cheiras a peça desmontada: as molas unem-se, o tempo anda. És vidraceiro.

Varres a rua. Não importa que o desejo de partir te roa; e a esquina faça de tí outro homem: e a lógica te afaste de seus frios privilégios.

Há o trabalho em tí, mas caprichoso, mas benigno, e dele surgem artes não burguesas, produtos de ar e lágrimas, indumentos que nos dão asa ou pétalas, e trens e navios sem aço, onde os amigos fazendo roda viajam pelo tempo, livros se animam, quadros se conversam, e tudo libertado se resolve numa efusão de amor sem paga, e riso, e sol.

O ofício, é o ofício que assim te põe no meio de nós todos, vagabundo entre dois horários; mão sabida no bater, no cortar, no fiar, no rebocar, o pé insiste em levar-te pelo mundo, a mão pega a ferramenta: é uma navalha, e ao compasso de Brahms fazes a barba neste salão desmemoriado no centro do mundo oprimido onde ao fim de tanto silêncio e oco te recobramos.

Foi bom que te calasses.

Meditavas na sombra das chaves, das correntes, das roupas riscadas, das cercas de arame juntavas palavras duras, pedras, cimento, bombas invectivas, anotavas com lápis secreto a morte de mil, a boca sangrenta de mil, os braços cruzados de mil.

E nada dizias. E um bolo, um engulho formando-se. E as palavras subindo.

O palavras desmoralizadas, entretanto salvas, ditas de novo

Poder da voz humana inventando novos vocábulos e dando sopro aos exaustos.

Dignidade da boca, aberta em ira justa e amor profundo, crispação do ser humano, árvore irritada, contra a miséria e a fúria dos ditadores, ó Carlito, meu e nosso amigo, meus sapatos e teu bigode caminha numa estrada de pós e esperança.



O que vai acontecer na política brasileira em 1978?

Seria bom se tivéssemos a ajuda de uma bola de cristal ou dos astros para prever pois, convenhamos, não é nada fácil. E não seriam necessários muitos argumentos para convencer qualquer pessoa destas dificuldades. Basta fazer o seguinte exercício: imaginemos se no fim do ano passado nós conseguiríamos imaginar a maior parte do que aconteceu na política neste ano.

Será que daria para adivinhar, por exemplo, o recesso do Congresso Nacional? O «pacote de abril»? A demissão de Silvío Frota? Isto, é claro, sem falar de coisas como as «simonetes» ou então o «senador biônico», pois nestes casos nem mesmo a mais pródiga imaginação criadora conseguiria realizar este exercício de previsão.

Alguém poderia dizer que as dificuldades são enormes porque somos todos mal informados. E é verdade. Não podemos esquecer que no regime político em que vivemos, os cidadãos são mal informados por definição. Se começamos a «saber das coisas», se todas as informações circularem livremente, aí o regime já tenderá a ser outro.

O problema, inclusive, não é só a falta de informação mas, também, a sua distorção. Um bom exemplo é o caso do índice de inflação de 1973: oficialmente divulgou-se que ele tinha sido de 15%, quando realmente foi 25%, aproximadamente. Precisou-se de um relatório do banco Mundial para isto vir a tona, e somente quatro anos depois de já ter causados incalculáveis prejuízos às classes trabalhadoras, que tem seus salários reajustados segundo o índice de inflação. O curioso — e este é um outro fenômeno próprio do regime em que vivemos — é que ninguém confia nos índices oficiais, porém eles continuam a ser feitos e reconhecidos, inclusive, por quem não confia neles.

Além disso, outro aspecto também é relevante. Quem não se lembra de como foi feito o famoso «pacote de abril»? Uma quatro ou cinco pessoas, entre as quais o Presidente da República, se fecharam durante alguns dias numa granja e de lá saíram com uma série de emendas à constituição que, passando por cima do Judiciário e do Legislativo, deverão ser obedecidas por todos os cidadãos. Foi a «constituinte do Riacho Fundo»...

Este enorme poder de arbítrio nas mãos dos governantes — que no fundo determina os problemas de informação — torna mais ainda imprevisível a política brasileira. Enfim, se já é penoso prever o futuro, mesmo com a ajuda dos astros e de uma bola de cristal, nesse caso particular é mais ainda.

Quem quiser ser realista, ao tentar uma projeção política para 1978, deve se prender unicamente a discutir os grandes temas que deverão ocupar o cenário político em vez de ficar tentando adivinhar se tal fato vai ocorrer ou não.

Assim as prometidas reformas políticas e a sucessão presidencial serão sem dúvida, dois temas de destaque calendário do ano que vem. E, realmente, não será nenhuma novidade se assim for, pois, já em 1977, com uma certa antecedência, os assuntos estiveram em evidência, provocando tamanha ebulição na temperatura política, que acabou redundando na demissão do Ministro Silvío Frota, do Exército.

É fácil compreender que a sucessão, pelo menos numa primeira instância é uma questão estritamente militar, como também o são as chamadas reformas políticas, cujo item fundamental é o próprio papel dos militares. O difícil é encontrar dois ingredientes tão susceptíveis, como 1977 mostrou, de gerarem divergências e crises. Ainda mais quando se acrescenta uma volumosa onda de pressões no sentido da «volta dos militares aos quartéis».

... E ASSIM
SENHORAS E SENHORES,
SAI O AI-5
E ENTRA
A DEMOCRACIA!



... DIGO,
SALVAGUARDAS!



Os grandes temas da política brasileira em 1978

Fausto Brito

Sob o fogo cruzado destas divergências internas e das pressões, os militares foram gradativamente aumentando a falta de consenso quanto ao que deveria ser o futuro político do país.

Em Maio, numa homenagem ao então Ministro do Exército, Silvío Frota, promovida pelos generais sediados em Brasília o general Fritz Manso, saudando o homenageado dizia que Frota era «o ponto de equilíbrio entre as tendências de conservantismo e de renovação». Falando logo após Frota fez os agradecimentos de praxe e aproveitou a oportunidade para rasgar elogios aos órgãos de informação e de segurança.

Frota realmente não vai fazer juz às palavras de Manso (a sua demissão demonstrará que ele era mais um ponto de desequilíbrio) mas vai levar as suas palavras às utimas conseqüências agraciando com a medalha do pacificador personagens centrais dos órgãos de segurança em São Paulo como Harry Shibata e Tácito Pinheiro.

Esta corrida à direita de Frota culminou com as violentas denúncias à imprensa e ao processo contra Lourenço Diaféria. Sabe-se hoje que a pretensão dele, era bem mais ousada: punir os jornais que estavam publicando volumosas denúncias de torturas nas dependências do próprio exército, até mesmo com a suspensão de circulação.

Ocorria é que Frota, candidato, procurava não só marcar a sua posição política extremamente direitista como também, e principalmente, procurava conquistar apoio para a sua candidatura, dentro do aparato militar, particularmente junto a chamada «comunidade de informação e segurança».

Com este «radicalismo» contravenava uma crescente onda de manifestações pela volta dos militares aos quartéis e o conseqüente retorno dos civis ao poder. Esta onda «civilista» chegou mesmo a algumas áreas militares, como bem mostram as cartas dos coronéis da reserva Ruy de Cas-

tro, Francisco Boaventura e Hélio Lemos, ao Alto Comando do Exército, pedindo a volta dos militares aos quartéis. O Brigadeiro Grum Moss também se pronunciou através do «Jornal do Brasil» fazendo os mesmos apelos. A imprensa internacional chegou a divulgar um manifesto de coronéis da ativa, que teria sido entregue ao presidente da República, pedindo não somente o retorno dos militares aos quartéis mas também a realização de uma Assembléia Constituinte.

Foi justamente para aproveitar o espaço entre o «frotismo» e o «civilismo» que alguns assessores de Geisel, alojados no quarto andar do Palácio do Planalto, se apressaram em lançar a candidatura do General João Batista Figueiredo à sucessão presidencial.

Daí para frente, Frota foi «radicalizando» a sua campanha acionando um atabalhado esquema parlamentar, sob o comando do general Portella, ex-chefe da casa militar do presidente Costa e Silva. Confundindo a candidatura Figueiredo com o próprio governo começou a utilizar como prato de resistência de sua campanha, críticas severas a algumas políticas implementadas por Geisel.

E este foi seu grande equívoco, pois deste modo jogava por terra não só o princípio da hierarquia, já que a pessoa atacada era seu chefe, como também da responsabilidade porque era membro do governo que ele próprio contestava. Enfim, Frota acabou colocando em cheque a estrutura militar dado que, no regime político brasileiro, nenhuma decisão de maior importância deixa de passar pelo comando desta estrutura. Tudo isto inviabilizou qualquer resistência de maior porte à sua demissão pois caso ocorresse simplificaria a quebra de identidade entre os militares e o governo, isto é, significaria o desmoronamento do regime.

Ninguém, ou melhor, muito pouca gente, embarcou na aventura de Frota prevalecendo a estrutura militar e o regime. Entretanto, foi unicamente a ponta visível de um iceberg que foi destruída. Por baixo da superfície está toda uma estrutura com quase quatorze anos de idade que, principal-



mente pelo peso que nela tem a chamada «comunidade de informação e segurança», tendo a inércia. E a ela estão de certo modo atreladas não só as outras candidaturas, como a de Figueiredo mas também ela se alastra por setores não militares, comprometidos com a base do regime, como é o caso dos empresários.

Não é por outra razão que, quando se fala em reformas políticas patrocinada pelo governo, para o próximo ano, fala-se também em salvaguardas para o Estado. Realmente o que se pretende é a criação de mecanismos para preservar pelo menos parte da estrutura submersa do iceberg. E quanto a isto parece que há consenso entre os militares e a missão Portella tem como objetivo vender o peixe para outros setores da sociedade.

Os empresários ávidos em recuperar o seu poder político formal sem colocar em risco o biombo (estrutura sindical, lei de greve, política salarial etc) atrás do qual eles obtiveram lucros extraordinários, salvo raras exceções, comprarão fácil o peixe de Portella. Ainda mais se as salvaguardas diminuírem os riscos de se perder o biombo, isto é, de manterem os trabalhadores afastados da vida política.

1978 será ainda um ano de eleições. Ao que tudo indica o governo pretende aproveitar a oportunidade para tentar mobilizar a população em torno do seu projeto de reforma política. O que, aliás, poderá ser feito às custas do próprio partido da oposição, considerando, como já foi oficialmente anunciado a manutenção da legislação eleitoral em vigor, que teremos as eleições mais draconianas da história recente da república.

Em primeiro lugar, não serão eleitos diretamente nem os governadores e nem um terço dos senadores. Depois, serão mantidas todas as restrições ao uso do rádio e da televisão (lei Falcão) na campanha eleitoral tal como ocorreu em 1976. Deste modo vai ser inadequado dar a estas eleições um caráter plebiscitário como pretende o governo, pois não se permitirá o livre debate das idéias e conseqüentemente não se votará livremente.

Todavia, não são somente estes problemas que as próximas eleições suscitam: dizem que elas serão o último suspiro para os atuais partidos.

Tanto a Arena quanto o MDB já nasceram sem futuro. Eram meras soluções transitórias para a inércia do regime político que se instaurou pós 1964 transformou em duradouras. Mas mesmo assim os dois partidos sempre estiveram à beira da agonia pela constante rarefação de oxigênio político. A princípio foi o MDB que além de ser perseguido por constantes cassações de mandatos ainda não conseguia se apresentar como alternativa eleitoral para a maior parte da oposição. Só a partir da definição de um programa partidário mais próximo das oposições democráticas operacionalizado na anti candidatura de Ulysses Guimarães e na campanha eleitoral de 1974, na qual ele usufruiu do melhor ambiente político que a crise econômica e política já gerava, que ele adquiriu maior fôlego político.

Daí pra frente se não fossem as constantes amputações que o governo fazia em seus quadros e as frequentes alterações na legislação eleitoral visando a conter o seu crescimento o regime brasileiro estava correndo o risco de se transformar em um regime de partido único. Só que o partido único seria - e aí estaria sua maior originalidade - o da oposição.

Indiscutivelmente, apesar dos enormes obstáculos, como a lei Falcão, por exemplo, o MDB tem crescido. Entretanto, ele está muito defasado em relação ao significativo resurgimento político de alguns setores da sociedade principalmente ao que podemos assistir neste ano: os movimentos de classe média, como o estudantil, OAB, ABI etc. além da Igreja e do movimento sindical.

A campanha pela Constituinte foi uma tentativa do MDB de ir ao encal-

ço destes outros setores sociais. Porém, ele não tem estrutura para isto: a sua própria direção assim como sua extrema dificuldade em romper o cordão umbilical com o regime que lhe deu origem não permitem os grandes passos políticos que uma campanha pela Constituinte exige.

Por outro lado, a Arena, nunca conseguiu representar a verdadeira base social do regime, isto é, o grande capital. Ela sempre foi um mero instrumento de manipulação eleitoral e, mesmo nesta função foi muito pouco ágil (Bastando ver para isto o incrível crescimento do MDB). Os grandes capitalistas estão no poder mas não na Arena. É isto que a caracteriza: um partido do poder e não no poder.

Mas, quais os novos partidos que sucederão os atuais? A nível da oposição, as articulações neste sentido parece que estão mais adiantadas principalmente em torno da criação de um partido socialista ou social democrata. O espectro é amplo e envolve desde projetos nitidamente populistas até os que procuram o caminho do socialismo democrático. Ao que pare-

ce ainda estão todos numa fase muito embrionária, e só em 1978 é que estes projetos deverão começar a tomar corpo, atrelados a expressivos movimentos sociais, se é que eles pretendem ser viáveis.

Aliás do ponto de vista das oposições o que marcou este ano foi justamente o ressurgimento político de importantes setores sociais. Assistimos o movimento estudantil, a OAB, a ABI, a Igreja e até mesmo o movimento sindical entrarem novamente na cena política com o maior vigor, através de luta por liberdades democráticas.

Resta saber se esta movimentação persistirá ano que vem, e quanto a isto parece não haver dúvidas - mantido, é claro, o mesmo quadro político - o que recolocará em debate o grande tema, das oposições neste ano que está fechando as portas: como desenvolver a luta por liberdades democráticas na perspectiva dos trabalhadores, ou seja, levando em conta não somente a necessidade indiscutível da conquista de direitos elementares de participação política mas definindo

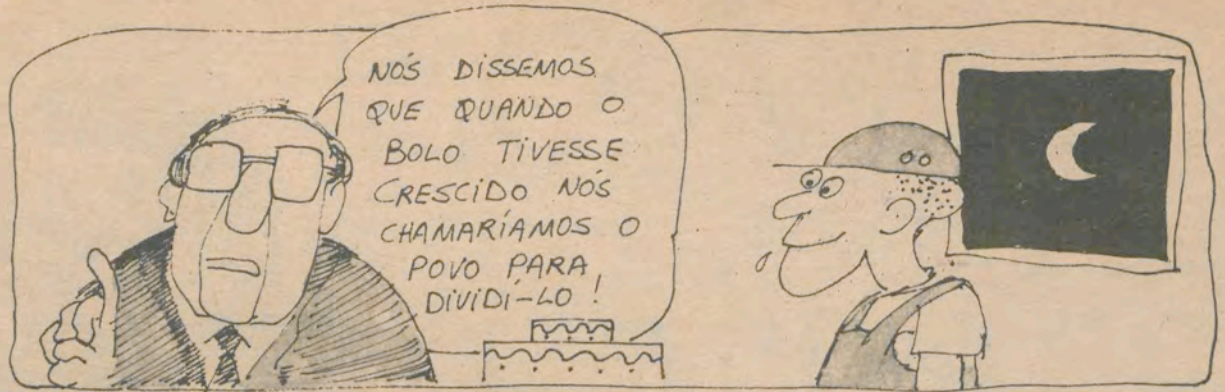
precisamente o lugar que nela terão os trabalhadores.

Há os que acham que a questão da democracia é meramente de uma ordem jurídica para garantir o desenvolvimento socialmente harmonioso do capitalismo. Esta perspectiva política batizada de «retorno ao estado de direito» vai sendo gradativamente confrontada com outra, por aqueles que entendem por **democracia** mais que uma nova ordem jurídica e, sim um novo pacto social que, ao contrário do que serve de base ao regime atual, não exclua os trabalhadores. O problema da Constituinte, que em 1978 continuará na ordem do dia, deverá ser encarado sob este mesmo ponto de vista.

Aliás, este é o tema central que alinhava todos os outros, como reformas políticas, eleições e criação de novos partidos. E por isto não é difícil prever que ele será o pano de fundo da política brasileira ano que vem - ano que vem e sempre que o autoritarismo, disfarçado ou não, estiver batendo às portas.

Fausto Brito

DE FATO



Os oitenta anos de Beagá

Uma história muito mal contada



Em meio às badalações de praxe, Belo Horizonte comemorou oficialmente seus oitenta anos de existência como capital do estado, no último dia 12 de dezembro. Entretanto, apesar dos nostálgicos discursos das autoridades públicas, das reportagens e edições especiais da grande imprensa, das solenidades de entrega de medalhas aos benfeitores da cidade, e dos suspiros de que «Beagá não é mais aquela», a história destas oito décadas ainda permanece muito mal contada.

Quem consultar, por exemplo, os manuais difundidos em larga escala no ensino primário vai saber que «planejada e construída por engenheiros competentes, Belo Horizonte logo se destacou entre as outras capitais brasileiras, pela beleza do seu traçado, pelas amplas avenidas e ruas artisticamente arborizadas, pelas suas praças sempre floridas». Ou então: «Em 1º de Março de 1894 iniciaram-se as obras de construção da nova capital. O engenheiro dr. Aarão Reis foi nomeado chefe da comissão construtora da nova capital. Tudo corria bem e a cidade ia sendo construída de acordo com os planejamentos feitos».

E assim por diante, ao longe das décadas, a história oficial de Beagá não passa de um amontoado desconexo de datas, feitos e homens notáveis: Afonso Pena, o governador, assinou o decreto de mudança da capital de Ouro Preto para cá; a família Mascarenhas implantou as primeiras indústrias; Bernardo Monteiro inaugurou o serviço de bondes, hoje extinto; Monsenhor Arthur de Oliveira fundou a Casa do Pequeno Jornaleiro; Benjamim Guimarães, o Hospital da Baleia; Emídio Germano, a Santa Casa de Misericórdia; Otacílio Negrão de Lima, Juscelino Kubitschek de Oliveira, Américo Renné Giannetti, prefeitos que se destacaram pelas obras que fizeram na cidade. Todos viraram nomes de praças e avenidas: concorridas ou ganharam monumentos em sua homenagem.

A história que nos contam anda numa perna só, a perna das elites dominantes, tudo muito certinho, uma harmonia geral entre os cidadãos, laboriosos batalhadores do progresso. Enfim, uma história sem conflitos entre as classes sociais, sem miséria, sem exploração, sem luta política, sem repressão de qualquer espécie. Nada mais nada menos, que uma história sem o povo. Mas, o DE FATO não se conformou com esta versão manca dos oitenta anos de Beagá e foi procurar onde é que estavam as massas trabalhadoras nesta história toda. E a reportagem procurou recompor o clima de três épocas diferentes.

Já nos primeiros anos do século, pouco depois da inauguração da capital, havia um esboço de movimento operário sob forte influência anarcossindicalista, ideologia trazida por algumas centenas de trabalhadores italianos, que chegaram a fundar uma Liga Operária, numa assembléia que contou com a participação de 700 pessoas. A revelação foi feita pelo sociólogo Michel Marie Le Ven, que vem pesquisando e escreveu uma tese, recentemente, sobre o assunto. Se a Comissão Construtora (foto

Participaram desta reportagem, que ocupará vinte páginas nesta edição: Adilson Brito, Afonso Henrique Borges, Aloisio Moraes, Ana Maria Miranda de Carvalho, Flavio Andrade, Gisele Nogueira, Itamar de Oliveira, João Batista dos Mares Guia, José Juaz, Jorge Antonio Pimenta Filho, Liliansa Mendes, Mauro Borges, Otaviano Carvalho, Roseana Nicolau, Teresa Goulart (fotos atuais), Edson Ricardo (arte), Coordenação e edição: Flaminio Fantini

acima, de 1895, tirada perto da Igreja da Boa Viagem) levou a fama de ter edificado a nova capital, obviamente foram trabalhadores que se incumbiram da tarefa; e mesmo assim, foram muito mal recompensados no projeto Aarão Reis, que traçou a cidade botando-os prá fora da Avenida do Contorno.

Os anos que antecederam o Movimento Militar de 31 de março de 1964, evidenciam que, em nenhum outro momento, a cidade experimentou tamanha efervescência política, como lembraram em entrevistas dois líderes sindicais e um jornalista: o bancário Faria, o deputado-operário Dazinho, e Lélío Fabiano dos Santos. Com relatos bastante coloridos, eles informam sobre as greves, as passeatas e os piquetes dos assalariados, a participação do movimento sindical mineiro no projeto de Reformas de Base de Jango, o «Comício do Brizola», a atuação da imprensa, a chegada da longa noite que atravessa todo o país há 13 anos, entre outros temas.

Mas a amnésia dos historiadores é sem dúvida mais contundente quando se trata de dois episódios ocorridos há apenas nove anos atrás: as greves operárias da Cidade Industrial. Em abril, quinze mil trabalhadores deixaram a linha de produção e ocuparam algumas fábricas, reivindicando aumento salarial. «Nosso líder é a fome», sintetizou um deles. O movimento, que durou nove dias, trouxe à cidade o Ministro do Trabalho, e foi desarticulado com a ocupação da Cidade Industrial por tropas policiais. Em outubro, os trabalhadores repetiram a dose, mas a greve não chegou a durar três dias; a repressão pronta e violenta. Para refrescar a memória, o DE FATO entrevistou vários grevistas da época.

Evidentemente, não houve a pretensão de esgotar nenhum destes três assuntos. Pelo contrário, o objetivo é contribuir para que a história de Beagá possa ser algum dia contada na perspectiva dos trabalhadores.



Inauguração do serviço de bondes, no dia da Independência, 7 de setembro de 1902. Nada mais nada menos, que a esquina de Rua da Bahia com avenida Afonso Pena...

Foto: arquivo «Diário do Comércio»

Beagá aos três anos de idade, num domingo qualquer:

Polícia vigia reunião de operários anarquistas

Difundiu-se muito a imagem de que Beagá, no começo, era uma pacata cidade de funcionários públicos, voltada apenas para a administração oficial, já que foi criada para ser capital do Estado. O sociólogo Michael Marie Le Ven, professor de política da FAFICH-UFMG, discorda.

Nesta entrevista, ele mostra que a cidade já apresentava uma predominância acentuada de operários, seja na construção civil ou nas indústrias alimentares e têxteis, que faziam assembleias com 700 pessoas, como a que fundou uma Liga Operária e reclamou do atraso nos pagamentos da Prefeitura. Michel é autor de uma tese sobre o assunto: «Classes Sociais e Poder Político na Formação Espacial de Belo Horizonte (1893-1914)».

De Fato: Porque Ouro Preto deixou de ser a Capital de Minas?

Michel: Bem, nos anos de 1890 a 1900, se dá uma importante mudança nas classes dominantes, com o surgimento, em seu interior, de novos setores econômicos, principalmente a Zona da Mata, com Juiz de Fora e a produção do café. A velha oligarquia, ligada à mineração, viu seu poder declinar em relação aos grupos novos. Assim, Ouro Preto também perdia o seu prestígio por representar o passado e não ser capaz de realizar os objetivos de uma burguesia rural em formação. A elite mineira queria uma nova Capital, que fosse capaz de realizar os novos ideais de uma burguesia modernizante. Ela sentia a necessidade de ter uma base física para a nova organização política do Estado e de uma nova cidade, que fosse um centro de desenvolvimento econômico, político, social e cultura.

De Fato: Que critérios determinaram a escolha do local em que seria construída a nova capital?

Michel: Pode-se dizer que a escolha de Belo Horizonte resultou de um compromisso. A burguesia mais tradicional preferiria que Ouro Preto continuasse a ser w, capital, mas, como isso não era possível, desejava, então, situar a nova capital na região metalúrgica ou no Norte de Minas, ligada diretamente a Vitória, para favorecer

a exportação. Os setores do Sul e da Zona da Mata preferiam Juiz de Fora ou o Vale do Morçal, perto de São João Del Rey. Como solução de compromisso entre esses grupos, escolheu-se a região de Belo Horizonte.

De Fato: A mudança, como foi feita?

Michel: Temos um caso interessante de construção de cidade. O Estado faz desapropriações e, depois de impor sua marca física a esse espaço, vende ou doa. Isto não acontecia anteriormente: as cidades eram criação progressiva de uma população. Aqui não foi assim: o Poder Público criou de novo um espaço desfazendo o que existia e impondo um plano feito nos moldes da arquitetura em voga: Washington, a arte da «Belle Epòque» de Paris, combinada com as exigências da engenharia. Aarão Reis, o engenheiro que inspirou a nova planta, era um espírito positivista; para ele, o importante era a linha reta, a ordem...

De Fato: Você podia dar detalhes sobre a planta da cidade, a concepção que os planejadores tinham sobre ela.

Michel: Bem, a planta foi desenhada sob as ordens de Aarão Reis, em gabinete, obedecendo a critérios de geometria. O centro da cidade seria, ao mesmo tempo, o centro do poder: palácios, secretarias etc. Em seguida, vinham, ainda dentro da área urbana,

os bairros regulares, que deviam se espalhar a partir da Avenida Afonso Pena e das grandes avenidas. A Avenida do Contorno envolveria a área propriamente urbana e demilitarizada os bairros reservados às classes inferiores, bairros com menores exigências jurídicas e estéticas quanto à construção. Por fim, haveria as colônias agrícolas que constituiriam uma espécie de «cinturão verde» em torno da cidade. Cada um no seu lugar, o espaço físico deveria ser a reprodução perfeita do espaço social.

De Fato: Um plano perfeitamente lógico, né? Parece que esse plano não teve muito sucesso na prática...

Michel: É, construir uma cidade não é só desenhar no papel. Imaginem o que é «urbanizar» uma área acidentada, infestada de várias doenças e principalmente, construir uma série de palácios que exigem abundante mão-de-obra, desde o servente de pedreiro até o operário quase artista em decoração, pintura, escultura etc. O fato de ser necessário trazer para cá mais de seis mil operários para construir a cidade fez estourar aquele plano. A burguesia teve que dividir o espaço físico com o resto da população que, afinal, era absolutamente necessária para ela. Afinal, não seriam os burgueses quem construiriam tudo isso. O movimento social é mais forte que quaisquer planos que a classe dominante possa ter. Uma parte do operariado que, a princípio, habitava fora da cidade, na zona suburbana e nas colônias agrícolas, foi aos poucos conquistando o espaço, se aproximando do Centro e, pelo menos uma parcela da classe operária ou da pequena classe média conseguiu entrar na cidade, morar no centro da cidade. Durante a própria construção já tem início uma mistura da população que não combinava com a cidade que devia ser o modelo perfeito da ordem: é que para se alojar, os operários montaram suas «cafuas» no alto da favela, o que hoje é a Floresta, ou se alojaram entre os Palácios que construíam.

De Fato: Existiam bairros operários?

Michel: No plano a cidade foi dividida em regiões. A oitava região, hoje Barro Preto, foi especificamente reservada para os operários. Era uma região mais pantanosa, inundada pelas águas do Arrudas, nos tempos de chuva. Essa região não foi dividida em lotes como o centro da cidade, mas «aforada»: o morador não comprava o terreno, adquirira apenas o direito de ocupá-lo e o Estado era o verdadeiro proprietário do terreno; portanto, os operários que recebiam esses lotes como dádiva, como dom, não os podiam comprar, não eram cidadãos, pois, no sentido burguês da palavra, é cidadão quem é proprietário.

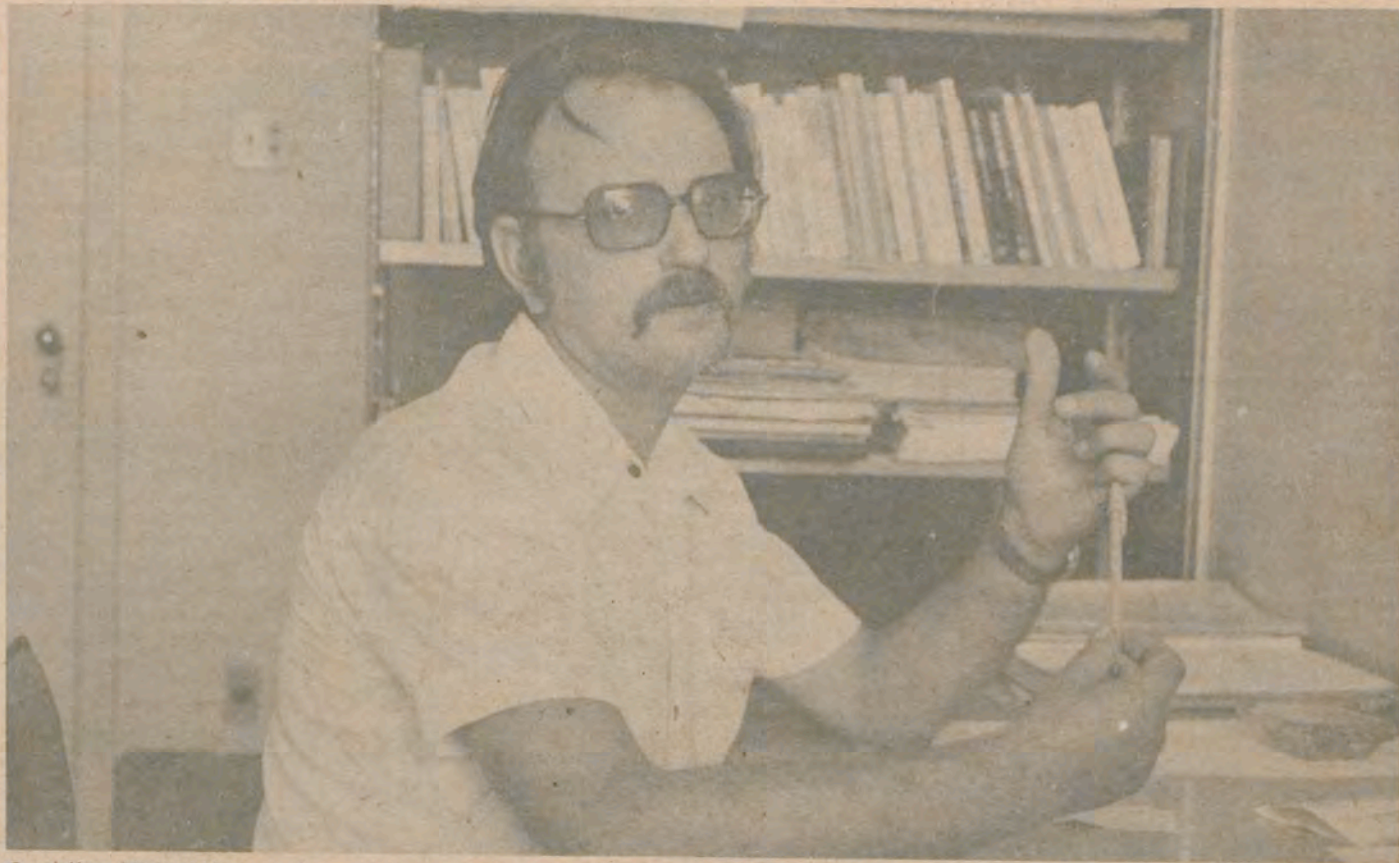
De Fato: todo operário podia ter um lote?

Michel: para receber um lote era necessário preencher certos requisitos; como boa conduta moral, atestado dado pela polícia, ter uma espécie de carteira profissional, trabalhar há dois anos no mesmo emprego. Quer dizer, apesar do operariado ser desvalorizado, no sentido de não ter direito à cidadania plena, devia ser, por outro lado, um operariado educado, segundo os padrões do comportamento burguês, ter uma boa conduta, um emprego fixo, a fim de não criar problemas para o conjunto da cidade.

De Fato: Havia tentativas de se impedir, à força mesmo, que os trabalhadores ou os não-proprietários em geral, habitassem o centro da cidade?

Michel: Há, nesse sentido, a ordem de um dos prefeitos dessa época, de jogar para fora da cidade, para Sabará, Caeté e outras cidades, os mendigos que não respeitavam a higiene da cidade e que eram uma negação da cidade como sendo a capital mais bonita da América Latina. Isso é expressão clara da segregação que se quer manter e da visão que se tinha do que é uma cidade limpa, higiênica.

«O plano da cidade saiu da cabeça de alguns engenheiros positivistas, mais preocupados com a geometria que com a participação da população»



O sociólogo Michael Marie Le Ven

«Um prefeito da época queria jogar para Sabará e Caeté os mendigos que não respeitavam a higiene da cidade, afinal, a mais bonita da América Latina»

De Fato: Você falou antes que moravam muitos operários onde hoje é a Floresta...

Michel: Mas em pouco tempo a Floresta tornou-se importante para o desenvolvimento da cidade e os operários tiveram que se deslocar para outras áreas. Isso foi por volta de 1905. Ocuparam então a região que hoje é a Praça Raul Soares, que era a continuação do Barro Preto. Na época do Congresso Eucarístico, decidiu-se construir a praça e essa população é transferida para a Barroca. Chega então, o que se chamou a «imigração dos turcos», eram, principalmente, sírios e libaneses, que é preciso acolher e os trabalhadores são expulsos da Barroca e vão para mais longe Nova Granada etc. O que quero dizer, é que a lei geral, acho que se pode falar de uma lei, é que as populações faveladas são constantemente afastadas, expulsas do centro para a periferia. Mas, ao mesmo tempo, há um movimento inverso, da periferia para o Centro, principalmente elementos de classe média ou operários melhor remunerados, que tentam recuperar o espaço, se voltam para o centro a fim de conquistar o seu lugar.

De Fato: Existe, nesta época, alguma movimentação dos moradores, enquanto moradores mesmo, para defender seus direitos?

Michel: Sim. Há notícias, nos jornais que encontramos de reivindicações principalmente de urbanização dos bairros, por exemplo, do Calafate, BARRO Preto. Não havia muitas reivindicações quanto à posse dos terrenos. Essa era uma reivindicação que não se colocava muito no início. Quanto a isto ainda temos muito a pesquisar.

De Fato: Qual a origem da classe operária que aqui se forma, os trabalhadores que constroem a cidade?

Michel: A maior parte dos operários especializados eram italianos. Para mexer com pinturas, escultura etc. era necessário alguma qualificação. E os italianos eram profissionais de alta qualificação.

De Fato: Politicamente, esses operários tinham alguma atuação?

Michel: Esse princípio de classe operária que se formou aqui é um núcleo quase rival da burguesia. Tentam se organizar, criam seus jornais. Logo os operários italianos montaram a sua própria imprensa. Numa lista que temos de sócios fundadores do primeiro jornal *O Operário*, que era órgão de propaganda da Liga Operária, há 244 nomes e, deles, 200 são italianos. Enfim, os italianos eram, provavelmente a parcela da classe operária mais culta, politicamente inclusive.

De Fato: Como eram esses jornais?

Michel: Eram jornais com tendências marcadamente políticas, principalmente anarquistas.

De Fato: O anarquismo era a tendência predominante...

Michel: Absolutamente predominante, por motivos vários. É provável que a Itália estivesse se desfazendo de pessoas «indesejáveis» na própria Itália. Por outro lado, a ideologia que predominava na classe operária latino-americana, especialmente a brasileira, nessa época, era o anarquismo ou o anarco-sindicalismo, quer dizer com uma insistência muito grande sobre a vida operária, a dignidade do trabalho, o papel dado à educação. Eles tinham reuniões todos os domingos, com palestras, conferências, isso logo no período de construção da cidade. Belo Horizonte não tinha ainda três anos e já havia essas reuniões operárias, vigiadas de longe pela polícia.

De Fato: Como eram essas reuniões aos domingos?

Michel: Os anarquistas visavam a formação política da classe operária. Então faziam palestras aos domingos sobre a consciência da classe operária, a organização internacional dos trabalhadores, o papel da cultura, enfim, todos esses temas que são herança do anarquismo.

De Fato: Que organizações os anarquistas criaram?

Michel: Logo foi fundada, em 1900, a Liga Operária, de operários italianos aqui radicados. Eles, aliás, não tinham ainda assimilado a cultura brasileira. Em seus jornais, há expressões italianas em meio a expressões em português. Eles se mostram ainda muito próximos à sua origem italiana e têm uma proposta, não digo alternativa para o tipo de sociedade que estavam vendo, mas, pelo menos, contestatória desta sociedade.

De Fato: Quais eram as reivindicações principais nessa época?

Michel: Me parece que a primeira luta operária que houve aqui em Belo Horizonte foi contra um problema que conhecemos bem até hoje: a prefeitura pagava sempre atrasado e, quando pagava, pagava em vales, que eram válidos só nos armazéns da Prefeitura. Tentou-se acabar com isso. Os jornais operários mostram como o pagamento por vales eram indigno de quem, afinal, gastava o seu suor e a sua força para construir a cidade. Houve uma insistência muito grande, a partir de 1904, para que o 1º de maio fosse comemorado aqui em Belo Horizonte e esse movimento, inclusive, culminou com uma greve em 1912. Essa era uma reivindicação do movimento operário no conjunto do Brasil.

De Fato: Havia contatos com operários de outras cidades? Os militantes operários daqui participavam de tentativas de organização nacional?

Michel: A nível nacional, pelo menos do que já pude pesquisar, há alusões a grupos anarquistas que vinham a Belo Horizonte organizar os operários daqui. Há alusões também à preparação do 1º Congresso Operário Brasileiro, talvez em 1906 ou 1907.

De Fato: E contatos com operários de outras cidades de Minas?

Michel: Os operários daqui se encontram com o pessoal de Nova Lima, Curvelo, São João Del Rey, Diamantina. Principalmente os operários do setor ferroviário. O movimento operário segue um pouco as linhas fér-

«Em 1900, operários italianos aqui radicados fundaram uma Liga Operária. Eles tinham uma proposta contestatória da sociedade que estavam vendo»

reas. E isso é normal: primeiro, era um pessoal mais politizado e, além disso, as comunicações são mais fáceis. É mais fácil para fazer passar as palavras de ordem, a imprensa, afinal, tudo isso.

De Fato: Qual a atitude dos operários italianos em relação à cidade?

Michel: Bem, talvez pelo fato de serem europeus, eles não aceitam ser relegados à periferia ou às favelas. Começam então a reivindicar tanto a nível profissional como a nível das condições de vida. Lutam, ainda, contra o pessoal de Juiz de Fora, a burguesia de Juiz de Fora que sempre foi contra a construção da nova capital. Eles respondem, através dos jornais às críticas que são feitas a Belo Horizonte. Quer dizer, neste sentido, defendem a cidade que estão construindo.

De Fato: Havia alguma repressão ao movimento operário?

Michel: A elite no poder reagiu de duas maneiras à organização e à mobilização operárias. Há dois tipos de repressão. Uma, que podemos chamar de institucional, a outra policial. A elite no poder, em primeiro lugar cria, de cima para baixo, associações como a Associação Auxiliadora dos Operários do Estado de Minas Gerais, que inclusive possuía um jornal, *O Labor*, e a Associação Auxiliadora dos Funcionários Públicos de Minas Gerais. São organizações, como já disse, criadas de cima para baixo, com elementos nacionais e ideologia legalista, que confiam ao Estado a solução dos problemas dos operários. Estas associações, com caráter assistencialista,

de ajuda mútua, visam a minar o espírito de classe semeado pelas organizações com base estrangeira.

De Fato: Essas associações criadas pelo governo tinham alguma penetração no meio operário?

Michel: Tinham alguma penetração junto aos operários de origem nacional. Mas acredito que sua base principal seriam os funcionários públicos e os operários de menor «cultura política».

De Fato: E o outro tipo, a repressão policial?

Michel: Bem, havia um capitão ou major, muito conhecido em Belo Horizonte, que comandava uma pequena força policial encarregada de fiscalizar e vigiar os bairros operários, principalmente as favelas e o Barro Preto. Esses bairros eram identificados com desordem, desordem do tipo que merece repressão policial, e também geralmente, eram confundidos com zonas de prostituição. Isso é uma constante na história de Belo Horizonte, a identificação do operário como elemento de desordem, perturbador da vida social na cidade. Os operários, por outro lado, parece que não tinham direito a jogos, certas formas de lazer, a que o resto da população tinha direito. Eles, porém, principalmente os italianos, reivindicavam esses direitos, reclamavam o direito ao jogo, ao teatro...

De Fato: Já havia teatro aqui, nessa época?

Michel: Havia o Teatro Soucaseaux. Esse Soucaseaux era um engenheiro. Chegou a ser sócio da Liga Operária,

cujas reuniões, inclusive uma que reuniu 700 operários para se discutir o problema dos vales e na qual foi criada a Liga, às vezes eram realizadas em seu teatro. Depois esse engenheiro desligou-se da Liga, juntamente com Genaro Garcia e Bertholino Machado, quando a Liga começou a tomar posições mais radicais. E os dirigentes da Liga escrevem em seu jornal: que foi muito bom que tivessem saído, pois isso mostrava apenas que a Liga não era o lugar deles; e achavam as posições da Liga muito radicais, isso apenas provava que não eram elementos operários; e era melhor que da Liga só fizessem parte operários mesmo.

De Fato: As reuniões com tantas pessoas, como a que você citou com 700 operários, eram frequentes?

Michel: Notícias diretas encontrei só sobre aquela. Mas me parece ser um hábito muito italiano esse de se encontrar no domingo, numa praça ou próximo de um edifício público para fazer reuniões. Os jornais anunciam assim: domingo que vem, palestra em tal teatro, quer dizer, havia reuniões abertas.

De Fato: Há alguma categoria operária que pudesse ser identificada como a mais militante?

Michel: A dos tipógrafos; mas isso é uma constante no movimento operário, pois eles têm contato direto com os meios de cultura, de comunicação de idéias, né? Havia militância também entre os trabalhadores da construção civil, mas não temos referência nenhuma dos operários industriais.

De Fato: Como se explica em Belo Horizonte, sendo uma cidade de funcionários, uma cidade administrativa, tivesse um movimento operário relativamente organizado e militante desde o início?

Michel: Essa questão é importante. Me parece que Belo Horizonte, não foi uma cidade de funcionários, como se diz. Os dados econômicos mostram que o elemento operário é importante em relação aos funcionários. Em 1912, o total de empregados na cidade era de 6.172 pessoas. Desses, só 847 são funcionários públicos, quer dizer, apenas 13% da população ativa. A tese que defendo é que Belo Horizonte foi, desde o início, uma cidade industrial. Não no sentido que entendemos hoje, no capitalismo industrial desenvolvido. Mas do que podia ser o capitalismo mais comercial da época, quer dizer, principalmente indústrias de transformação de produtos agrícolas e só basicamente as indústrias alimentares, e a indústria textil. Por outro lado, é uma indústria que podia satisfazer as necessidades da população local, se bem que aí a importação sempre teve um papel relevante. Belo Horizonte nesse sentido, não era tão diferente de São Paulo e do Rio de Janeiro, porque o tipo de industrialização que se tinha na época em São Paulo e no Rio era estreitamente ligado à população agrícola.

De Fato: O número de operários era relativamente grande, então?

Michel: É verdade. Poucos anos depois de fundada, Belo Horizonte tinha fábricas com até 400 operários. Poucas fábricas, na época no Brasil, tinham número de operários equivalente. Uma boa parte dos operários trabalhava na construção civil, mas pelo menos 2.000 eram ligados ao setor industrial, quer dizer 2.000 em 6.000 representa quase um terço da população ativa. Acho que isso é suficiente para desfazer essa idéia de uma cidade só de funcionários, uma cidade pacata, onde o elemento ativo estaria voltado, quase que unicamente para o aparelho de Estado e as funções de Estado. Sem isso, acho que não se pode entender como, em tão poucos anos, se tem um movimento operário presente.

De Fato: Pelo fato de haver aqui já algumas indústrias, pode-se falar de uma burguesia industrial?

Michel: Bem, vai se construindo aos poucos, em consequência disso, uma burguesia um pouco diferente de uma burguesia essencialmente rural, que é o início de uma burguesia que se pode chamar de industrial, cuja grande maioria tem nomes estrangeiros, principalmente italianos, como os próprios operários.

De Fato: Que interesses a administração da cidade, a prefeitura, representava?

Michel: A maioria dos prefeitos eram representantes das regiões economicamente dominantes, o que me levaria a dizer que havia uma identificação do poder local, municipal com a classe que detém o poder a nível estadual e nacional. Em Belo Horizonte, no princípio e até hoje o poder local esteve desligado das massas populares. O prefeito não era mais que o braço executivo do presidente do Estado.

De Fato: Os prefeitos eram nomeados, né?

Michel: Nomeados e demitidos a qualquer hora. Tivemos poucas experiências democráticas de eleição de prefeitos em Belo Horizonte. Isso é consequência de uma certa dominação de classe, que



Sem correria, sem trânsito louco, eis a Praça Sete em 1904. Ao fundo, a Igreja São José, à esquerda o prédio do Correio antigo

Foto: arquivo «Diário do Comércio»

«A planta da cidade é altamente classista, foi um instrumento das classes dominantes: a avenida do contorno serviria para delimitar os bairros reservados às classes inferiores»

«Os anarquistas faziam palestras todos os domingos sobre a consciência da classe operária, a organização internacional dos trabalhadores, o papel da cultura»

houve desde a origem, e que faz com que o município seja simplesmente uma subdivisão administrativa do poder central, representante deste poder e não a expressão das liberdades democráticas, inclusive burguesas. As cidades burguesas se constituíram das comunas e dos burgos, que eram justamente a expressão do poder local. Aqui, o poder local foi mais uma concessão de cima para baixo que uma conquista de baixo para cima, da própria população.

De Fato: A prefeitura de Belo Horizonte era uma espécie de trampolim para cargos mais elevados...

Michel: É verdade. Quer dizer, a prefeitura é muito mais um lugar de exercício do poder político como representante do poder central, do que a emanção do poder da própria população.

De Fato: Não existia um outro nível de poder que exercesse algum controle sobre a ação do prefeito?

Michel: Existia, desde a criação da cidade, o Conselho Deliberativo, composto de sete membros escolhidos pelo prefeito. Era uma espécie de assessoria e fiscalizava as finanças públicas, decidia a decretação de novos impostos. Mas tinha pouca coisa a ver com a ordem urbana em seu conjunto, era o prefeito quem detinha realmente o poder.

De Fato: Quer dizer que a ausência de representatividade existe desde a fundação de Belo Horizonte?

Michel: Sim, é uma doença congênita. Inclui a própria concepção da cidade, o plano da cidade, saiu da cabeça de alguns engenheiros positivistas, preocupados muito mais com a lógica interna da geometria e da engenharia que com a localização física e muito menos ainda com a participação da população.

De Fato: Já se disse que a praça é do povo como o céu é do condor. Em Beagá isso parece que nunca aconteceu.

Michel: É verdade, praticamente não há praças, pelo menos no sentido de local para a população se reunir. Acho que esta é a origem das conversas de esquina. Isso é próprio de Belo Horizonte: aqui se conversa na esquina porque não há praças onde as pessoas possam se encontrar. As ruas e avenidas, na época da fundação da cidade, eram tão largas que não eram lugares de encontro, eram lugares de tráfego. Isto mostra bem que o planejamento não é neutro, nem obedece a uma racionalidade moral ou ética. A planta da cidade é altamente classista, nela existe a preocupação de destinar a cada fração da população o seu lugar: grandes avenidas, poucas praças, poucos lugares de encontro, uma avenida de Contorno que isola a cidade, uma zona-tampão que seria a zona suburbana e depois a periferia. Foi uma planta realmente segregacionista e altamente classista, neste sentido. O planejamento depende do poder, faz o que as classes dominantes acham necessário que seja feito para que a estrutura do poder e a estrutura social sejam intocáveis. Não pretendo negar a necessidade e as vantagens do planejamento. Apenas quero dizer que ele sempre atende a interesses de classe. É um instrumento das classes dominantes. É nesse sentido que o espaço físico traduz, em termos concretos, a própria divisão e dominação de classe na sociedade, dentro da própria estrutura urbana há uma perspectiva de classe.

De Fato: A comercialização do solo, isso existiu desde o início?

Michel: O Estado, durante a época de mudança da Capital, foi um péssimo comerciante, pois doou muitos lotes a ex-proprietários de Ouro Preto, a ex-habitantes de Belo Horizonte, enfim, à elite que estava no poder. Mas, por outro lado, pode-se dizer que ele foi o



O primeiro passeio de bonde, no dia 7 de setembro de 1902. À frente, segundo consta, vai a colunável sra. Júlio V. Brandão

introdutor das leis de mercado dentro do espaço urbano. Há um texto de Aarão Reis, em que ele diz que era preciso mandar fotografias para a Europa e principalmente para outras cidades do Brasil, a fim de interessar as pessoas na compra de terra aqui. O Estado, que pelas desapropriações se tornou proprietário da área, poderia ter feito dela o espaço a ser habitado pela população, mas não, dividiu a área em lotes para serem vendidos. A perspectiva não foi de construtor de uma cidade como tal, mas de vendedor de lotes. Isto tem reflexos até hoje. Sempre fiquei chocado com uma coisa aqui: não somos habitantes, somos compradores de lotes. As conversas nas rodas de pequena burguesia são sobre os lotes mais interessantes para serem comprados.

De Fato: O que a cidade deve ser, para você? Qual a sua concepção sobre a cidade?

Michel: A cidade, para mim, é principalmente um lugar de encontro das pessoas e até das classes sociais. Acontece que a industrialização depredadora que o capitalismo implantou desfez o que é fundamental para a vida urbana, que é a convivência, a vida em comum nos bairros, essa relação imediata de famílias, ao nível da rua, do comércio, do bairro... Parece-me que aqui o bairro tornou-se um quarteirão a ser ocupado, a ser vendido. Ora, o bairro não é só uma divisão física, implica uma convivência social. Isso supõe um mínimo de prática democrática, um mínimo de prática política. É evidente que a experiência urbana é altamente democratizante, não é como a vida rural; na cidade nada se faz sem os outros, os serviços são comuns. A cidade, como a penso, não implicaria na supressão das classes e dos conflitos de classe. Afinal, estamos numa sociedade de classes. Mas nela seria permitido às classes se organiza-

rem ao nível local, se daria essa primeira experiência democrática, essa prática política que seria simplesmente encontrar fisicamente os outros. A prática urbana, para mim, seria o direito que se conquistaria de viver em conjunto, em uma sociedade moderna, significa conquista do espaço coletivo para se viver. E não a transformação dos moradores em compradores de lotes ou especuladores. A industrialização em Belo Horizonte não deixou de ser altamente depredadora do espaço urbano. Pôs o carro e o transporte individual no lugar dos núcleos sociais. Situou o comércio em lugar em que todos somos obrigados a passar, para comprar. Transformou a cidade, através da criação de novos bairros, que não foram pensados para se conviver socialmente. Neste sentido, há um conflito entre uma industrialização e uma urbanização depredadoras do espaço e, portanto, das pessoas, e o projeto da cidade que eu teria. Eu penso, também, que, numa cidade, é preciso criar formas, figuras, espaços para ser contemplados, usados e não consumidos. Em Belo Horizonte, o lazer que temos é todo comprado: o filme, o teatro reservado a uma elite. Não há nada gratuito. Ora, isso deveria ser uma conquista urbana também, ter formas de convivências artísticas que não fossem só à base de dinheiro. Pode-se imaginar que o Parque Municipal, quando a cidade foi fundada ia da Avenida Afonso Pena à Pompéia? O que ele é hoje? A minha visão pode ser utopista, mas acredito que a utopia pode ter um certo papel, ela não é nenhum mal...

De Fato: Michel, o que o levou a pesquisar Belo Horizonte?

Michel: O que me levou a fazer uma pesquisa de caráter histórico foi o desejo de entender os belo-horizontinos de hoje, classes sociais das mais exploradas das que conheci das várias cidades

em que morei. Conheço bem minha cidade de origem. Conheço bem uma grande cidade da França, Lyon. Vivi quatro anos em Roma, onde também há muitos conflitos urbanos. Mas, nunca senti tanto a violência física, moral, estética, religiosa como em Belo Horizonte. Para mim é uma cidade extremamente desumana, apesar da imagem que a burguesia possa propagar dela. Afinal a burguesia tem seus clubes, pode pegar um avião e ir à praia, passar fora o fim de semana... Mas o povo de Belo Horizonte não pode fazer nada disso. O homem de Belo Horizonte é muito violentado, mesmo em termos de Brasil. Acredito que não é pior viver em São Paulo, no Rio e muito menos em cidades do Nordeste, como Recife, do que aqui. Então, tentei entender como se chegou até essa situação, esse processo de violentação do cidadão, através da organização física da cidade, os processos de denominação, exploração e violência implantados no físico. Seria possível evitar esses erros através do planejamento, mas acredito que o planejamento oficial segue mais ou menos os rumos do crescimento econômico. Se se constrói uma Via Expressa é porque a FIAT é importante para o sistema e é necessário se ter uma cessa rápida à Cidade Industrial. Por isso, a prática política de que necessitamos é a do povo, nas organizações de base, na vida dos bairros. Precisamos redescobrir a prática democrática de convivência. Um teatro que não seja o que o Palácio das Artes oferece, com seus bailes sem referência na cultura daqui, mas espetáculos ao nível de bairro, reuniões de todo o tipo entre pessoas que querem viver juntas. Meios de defesa contra a poluição - nunca entendi como a Manesmann e a Itaú podem criminalmente continuar a fazer o que fazem, mostrando que as leis não são realmente feitas pelo povo.

«A necessidade de trazer mais de seis mil operários para construir a cidade, estourou os planos de Aarão Reis: a burguesia teve que dividir seu espaço com o resto da população»



Na hora de trabalhar, trabalhar. Faria, o ex-líder sindical, recorda que, antes de 64, ninguém era de ferro:

GREVE DOS BANCÁRIOS ERA UMA FESTA EM BEAGÁ

Marchinhas de Lamartine Babo animavam os piquetes, formados na porta dos bancos, principalmente por mulheres. Passeatas noturnas com archotes e muita cantoria. Comício na Praça Sete denunciando através de alto-falantes a exploração dos banqueiros. Assembléias gigantes no auditório da Secretária de Saúde. Era este o clima do movimento que envolvia milhares de bancários em Belo Horizonte enganados numa combativa luta por melhoria salarial e pelas Reformas de Base, do governo João Goulart, nos anos que precederam o 31 de março de 1964. Quem relembra, nessa saborosa entrevista, é um dos principais líderes da época, Antônio de Faria Lopes, então presidente do Sindicato dos Bancários. Hoje, Faria é o diretor-presidente da Editora Vega e advogado. Passados todos estes anos, ele faz esta avaliação: «Havia uma superestimação da força que o movimento popular tinha. Nossa expectativa era de que não houvesse o golpe. Que as coisas continuariam na mesma marcha democrática, com eleição de elementos cada vez mais representativos. Enfim, que o país dobrasse o seu caminho».

DE FATO: Recentemente, aqui em Beagá, cerca de oitocentos bancários compareceram a uma assembléia convocada pelo sindicato da categoria, para discutirem o reajuste salarial deste ano. Foi um fato inédito nos últimos anos. Mas, ao que parece, antes de 1964 os bancários tinham uma participação muito intensa em Beagá. Houve greves de peso nos anos que precederam o golpe?

FARIA: Em 1961, dez anos depois de uma greve fracassada, os bancários voltaram a paralisar suas atividades nos locais de trabalho. A reivindicação era por um aumento salarial mínimo de sete mil cruzeiros, o que significava para a grande maioria da categoria profissional, aqueles mais necessitados, um acréscimo de mais ou menos 60%. Por volta das seis horas da manhã, grupos de bancários iam ao sindicato e carregavam as cadeiras para a porta dos bancos, a fim de fazer o piquete, com cinco, dez, vinte funcionários em cada. Os piquetes eram formados principalmente pelas bancárias; os empregados de um banco ficavam na porta de outro, por exemplo, os do Banco da Lavoura na porta do Crédito Real. Lá pelas três, quatro horas da tarde se reuniam na Praça Sete ou na rua Espírito Santo, o centro bancário da cidade, umas 300 400 ou 500 pessoas e se dirigiam em passeata, uma verdadeira procissão de bancários com cadeiras na cabeça, para a sede do sindicato, que estava em assembléia permanente, e funcionava no mesmo lugar, ali na avenida Paraná com rua Tamoios. Iam cantando uma marchinha: «É sete, é sete, não é oito, não é seis/ deixa a conversa de dizer que é cinco ou seis/ É sete, é sete, o aumento que convém», e por aí afora. Era a reivindicação, que o compositor Gervásio Horta colocou em forma de marchinha, que acabou caindo no gosto popular, de tanto ser cantada. Havia um programa na televisão Itacolomi, que se chamava Baú do Lamartine. Tinha muita audiência, e o Lamartine Babo cantava velhas músicas. Na época da greve, num

desses programas, ele cantou a marchinha. No dia seguinte, numa assembléia, foi dado um voto de louvor a ele. De tanto ser cantada, a música acabou caindo no gosto do povo, que já a conhecia. Greve era uma espécie de festa na cidade, porque os bancos ficavam muito perto uns dos outros. Essa greve de 1961 durou sete dias e, evidentemente, terminou vitoriosa.

DE FATO: Porque os piquetes eram formados de bancárias mulheres?

FARIA: Até este movimento, a participação das bancárias era pequena. Mas a partir daí, elas estavam sempre presentes nas assembléias, nas comissões de banco, no sindicato. No piquete, eram mulheres principalmente, para evitar violência policial e pela maior possibilidade de convencer com a sua simpatia, os colegas mais antigos de não furar a greve. Houve um fato muito pitoresco. O Presidente do sindicato dos bancos era o sr. Rui de Castro Magalhães, que hoje é presidente da Belgo-Mineira. Ele se encaminhou para o Banco Comércio Indústria. E o piquete era composto por bancários e bancárias de outra empresa, que não o conheciam. Então, ele ia marchando firme para a entrada do banco, quando uma funcionária se aproximou dele e disse: «colega, não faça isso, nossa reivindicação é justa, o sr. vai enfraquecer o movimento, é um funcionário mais antigo, tem que pensar nos novos...» E o Rui continuou na direção do banco, altivamente, de cabeça em pé, e a bancária insistindo com ele. Aí, o Rui disse: «Você sabe com quem está falando? Eu sou o presidente do sindicato dos bancos». Aí ela se colocou entre o Rui e a porta do banco e disse: «Ah! é banqueiro! então vai voltar prá casa, botar a mão na sua consciência, e soltar logo este aumento. Aqui o sr. não entra de jeito nenhum». Então, ele teve que voltar. Nem o presidente do banco entrou.

DE FATO: Houve alguma tentativa de obstrução por parte da polícia?

«Em discursos, o deputado Bilac Pinto dizia que o movimento sindical estava armado de metralhadoras vindas da Tchecoslováquia. Cada um de nós era tido como guerrilheiro»

FARIA: O Secretário de Segurança mandou que me levassem à presença dele, e eu fui. Ele disse que os piquetes deviam ficar a 100 metros da porta dos bancos. Eu ponderei a ele que isso era uma exigência da antiga lei eleitoral: a propaganda só podia ser feita a 100 metros da urna; na lei de greve não havia nada disso. Mas já que ele queria o cumprimento da exigência, eu ia determinar que fosse assim. Então, o piquete do Banco da Lavoura, iria ficar a 100 metros, ou seja, na porta do Banco Mineiro da Produção. O piquete desse banco ficaria também a 100 metros, na porta do Banco de Londres. E assim sucessivamente eu fui falando os nomes de todos os bancos. Ele me interrompeu, asperamente, dizendo que aquilo não era brincadeira. E eu respondi que não era mesmo, que eu não era culpado se os bancos estavam todos num lugar só. Ou ele queria que a gente fizesse um piquete no pirulito da Praça Sete? Um piquete único que não teria eficácia nenhuma...

DE FATO: E havia os «fura-greve», como eram tratados pelos grevistas?

FARIA: Na época, os furas-greve tinham outro nome: **minhocões**. Uma vez, numa agência de banco na rua Curitiba, perto do Cine Art Palácio, tinha três ou quatro bancários trabalhando. E a classe em greve. Alguém do piquete foi numa casa de ferragem, comprou uma corrente e um cadeado. Abriu a porta numa altura de meio metro e trancou, de maneira que os **minhocões** tiveram que sair do banco rastejando, sob as vaías gerais do piquete e do povo, que assistiam a cena. Os **minhocões**, **traíras** ou **puxa-sacos** nunca tiveram condições de abrir os bancos, pois eram poucos.

DE FATO: Nos acordos salariais do ano seguinte, houve alguma mobilização importante?

FARIA: Em 1962, nova greve por aumento de salário. Terminou num acordo, que foi celebrado no Palácio da Liberdade, com a presença dos representantes dos banqueiros, dos bancários, com a assistência do Governador do Estado e do Delegado do Trabalho. O acordo terminou à noite, quando os bancários estavam em assembleia, na Secretaria da Saúde, aguardando uma solução. Esta solução foi comunicada por um emissário que foi à Secretaria, tão logo o acordo foi concluído... Como nós tínhamos uma expectativa de que a coisa se resolvesse naquela noite, o sindicato providenciou milhares de archotes com piche. Quatro mil bancários saíram em passeata da Secretaria da Saúde em direção ao Palácio da Liberdade, subindo a avenida Bias Fortes, com os archotes acesos. Estava de noite e todo mundo cantava e gritava slogans, falando que os bancários são fortes e que a união é que faz a força. Chegaram na Praça da Liberdade, e lá estavam, o governador, os banqueiros, juntamente com a direção do sindicato dos bancários, para dar a notícia da realização do acordo salarial. Foi então um término de greve muito bonito, um espetáculo muito bonito. É um negócio que hoje não existe mais. E o povo aplaudia muito e apoiava a luta dos bancários. Porque banco não é uma atividade muito simpática, quase todo mundo sofre na mão do banqueiro. E a luta aparecia muito porque era no centro da cidade, ao contrário de uma greve nas indústrias, que estão afastadas do centro. Uma greve dos bancários mexia com a população inteira, por causa da localização dos bancos.

DE FATO: Não havia repressão, no sentido literal da palavra, a essas greves?

FARIA: Nas greves de um modo geral, sim. Mas nas greves de bancários, não. Em primeiro lugar, porque era no centro da cidade. Segundo: o comandante maior da polícia, o governador do estado Magalhães Pinto era um banqueiro, não queria confundir o uso da polícia com a defesa dos seus interesses. Tínhamos também uma situação curiosa com relação ao Magalhães, que o levava a favorecer os bancários, pois ele sempre foi um aspirante à presidência da república, e naquela época ele não queria uma publicidade negativa, pois o voto era direto. Realmente, não havia repressão violenta, mas policiamento ostensivo, às vezes procuravam afastar os bancários das portas dos bancos. Violência mesmo havia uma ou outra, mas nunca foi a regra.

DE FATO: Como você situa nesse contexto, o massacre de operários metalúrgicos em Ipatinga?

FARIA: Se não me lembro, ocorreu em 1962. Foi uma greve por aumento



de salários, em que a Polícia Militar disparou metralhadoras contra um grupo de trabalhadores. Eram soldados mal preparados que num momento de irritação dispararam e mataram vários trabalhadores. Foi um negócio escandaloso, dentro do sistema, que na época era liberal. Para lá se deslocou o secretário de segurança, o Caio Mário da Silva Pereira, que veio a ser posteriormente presidente da Ordem dos Advogados do Brasil. Ele era um liberal e ficou horrorizado com os acontecimentos. Se deslocaram também o Secretário do Trabalho, o Edgar da Matta Machado, e muitos líderes sindicais, que foram dar apoio. Houve uma manifestação de todos em repúdio à violência policial. Os soldados não foram punidos. Este episódio foi muito duro para o movimento operário e houve solidariedade nacional.

DE FATO: Você diria, então, que a repressão a esta greve em Ipatinga não foi algo premeditado, não fazia parte de uma estratégia para criar casos agudos, mas foi mais um desmando policial?

FARIA: É. Não seria parte de um sistema de repressão. Aos bancários,

a repressão havia, mas quase insignificante, como eu já disse. Fora da cidade e fora do âmbito dos bancos, a repressão contudo era mais violenta. Mas nunca chegou ao ponto de Ipatinga, que não fazia parte do comportamento «normal» da polícia.

DE FATO: E as pressões nos locais de trabalho? Os bancários que faziam parte das comissões, que eram mais combativos, que tipo de ameaça sofriram? Dispensa e não promoção funcionavam como fator adverso para as movimentações? Em que medida?

FARIA: Isto realmente funcionava como um fator adverso para a organização dos bancários. Mas não havia a atual lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, que possibilita a rotatividade da mão de obra, a dispensa sem justa causa, se desobriga o patrão da indenização. O primeiro entrave que o banqueiro encontrava era esse da indenização. O segundo era a força do sindicato. Em vários momentos os bancos iniciaram dispensas coletivas, como o caso do

nos anos que precederam o movimento militar de 31 de março de 1964? Que reivindicações mais destacadas eles tinham?

FARIA: A reivindicação mais imediata de toda a classe trabalhadora dizia respeito ao reajustamento salarial, em face do processo inflacionário. Embora houvessem restrições legais à atividade sindical, vívamos num regime liberal, aí por volta de 1961, quando ocorreu a renúncia do Jânio. A legislação que impossibilitava a reunião de vários sindicatos simplesmente não era respeitada. E não havia uma repressão violenta, com tortura, prisões, assassinatos, como há hoje. Essa liberdade possibilitou que se fizesse a partir de 1961, até 1964, um movimento de conscientização e ascensão política das classes populares, dentro do qual estava o movimento sindical, e especificamente o dos bancários. Ao lado do movimento sindical urbano, iniciava-se o rural. Havia o movimento dos favelados, dos estudantes, enfim, a união de todos os oprimidos. Como o puro e simples reajustamento salarial era um paliativo, a luta fundamental era pelas **Reformas de base**, na qual estava engajado todo o movimento sindical.

DE FATO: De que forma mais direta as Reformas de Base atingiam os bancários?

FARIA: Além das reformas em geral, os bancários lutavam especificamente pela **Reforma Bancária**, cujo objetivo central era a colocação dos bancos como instrumento de ascensão econômica e social. Pois o banco é uma empresa que recebe dinheiro de terceiros, não paga por esse dinheiro e vende esse dinheiro caríssimo. O banqueiro acaba sendo o grande aproveitador da sociedade capitalista. Ele recebe depósitos populares, assim como de empresas, assim como do próprio governo, enfim, a poupança do povo, para usar uma palavra de hoje e vende esse dinheiro caro. Nossa reivindicação era que as aplicações dos bancos visassem o desenvolvimento do país, e não o lucro do banqueiro. Que se desse uma função social aos recursos que a rede bancária arrecadava no país todo. Fundamentalmente, a **Reforma Bancária**, ao lado da **Reforma Agrária** ou da **Reforma Urbana**, visava exatamente a aplicação dos recursos da economia do Brasil em função das necessidades do povo brasileiro, e não em função do lucro dos banqueiros, ou do lucro de outros empresários.

DE FATO: Como era o relacionamento dos bancários de Beagá com João Goulart, o presidente constitucional deposto?

FARIA: Muito embora a posição dos bancários fosse de apoio às **Reformas de Base**, de apoio ao governo, era um apoio bastante crítico, não era um apoio puro e simples, de adesão total.

DE FATO: Esse apoio crítico ao governo, às reformas de base, ao Jango, enfim ao populismo, num certo sentido era «apoio», porque se tratava de um movimento progressista. Agora, o «crítico» se dava em que sentido, qual era a crítica que os bancários tinham ao governo e ao projeto populista?

FARIA: Em primeiro lugar, essa crítica se dava na exigência de uma seriedade na administração pública. Vou contar um episódio que reflete bem este aspecto. Não havia na época o INPS. Havia uma divisão em institutos de aposentadoria e pensão dos bancários, dos industriários, dos comerciantes: o IAPB, o IAPI, o IAPC, e

«Quatro mil bancários em passeata rumo ao Palácio da Liberdade. Estava de noite, archotes de piche acesos, todo mundo cantava. Foi um final de greve muito bonito».

assim por diante, um monte de institutos que depois foram fundidos no INPS. O IAPB tinha a participação de elementos indicados pelo movimento sindical. Naquela época mais populista, em que o governo tinha de atender mais pressões do Congresso Nacional, os deputados exigiam muito que houvesse nomeações dos seus apadrinhados para os cargos. Em certa época, se não me engano, em 1963, o Jango ia fazer um grande número de nomeações na Previdência Social. Os bancários foram visitá-lo e exigiram que nenhuma nomeação fosse feita no IAPB, porque o instituto não seria cabido de emprego para atender às pressões dos deputados, que para votar as reformas de base ou mensagens da presidência da república exigiam em troca este tipo de favores. Foi um diálogo bastante áspero com o Jango e ele não fez nenhuma nomeação no IAPB, por pressão do movimento sindical dos bancários. Houve nomeações, entretanto, em outros institutos. Além disso, o «apoio crítico» se dava no estudo e nas críticas aos próprios projetos das chamadas Reformas de Base. Por exemplo, os bancários enviaram ao Presidente da República e ao Congresso um projeto da Reforma Bancária. Então, não era essa adesão total e absoluta, mas como você disse bem, os bancários estavam dentro de um movimento que era geral e que foi um negócio até bastante ilusório e que não tinha o respaldo da base geral do povo, que ainda estava bastante inconsciente, tanto que cortadas as lideranças políticas, sindicais etc. o país está há 13 anos, sem nenhuma liderança, e sem poder reivindicar coisa nenhuma.

DE FATO: Parece que existia uma fé mutio grande no governo como se ele pudesse ser a liderança que resolveria os graves problemas do país. Como você vê isto? Seria falsa impressão minha?

FARIA: Acho que não. Aí tem nuances. Havia realmente uma confiança e uma esperança no governo. Acho que o trabalhador sempre espera do governo e esse vício vem desde os tempos de Getúlio Vargas. Toda a legislação que o trabalhador tem hoje foi uma legislação não conquistada, foi uma legislação outorgada, veio de cima pra baixo. Esse paternalismo dava, como dá até hoje, uma expectativa, que você pode chamar de esperança do trabalhador, em que as soluções devam vir do governo. Nesse sentido eu acho correta sua colocação. Mas no sentido de que havia uma confiança no governo, eu não colocaria tanto. Havia uma confiança até certo ponto. Porque se havia pressões de um lado, as pressões do outro eram também fortíssimas: foi nessa época que apareceu o IBAD, movimentando imensos recursos, inclusive do exterior para eleição de representantes das chamadas «classes produtoras». Então, não havia essa confiança total. Havia esperança e uma confiança não tão grande, uma participação crítica, como eu disse antes, e que no final deu no que deu.

DE FATO: Os jornais acabam de noticiar que os bancos obtiveram lucros dez vezes acima do PNB, no último ano. Uma verdadeira máquina de imprimir dinheiro. Como era a situação naquela época?

FARIA: O lucro dos bancos sempre foi alto. O banqueiro negocia com dinheiro e dinheiro sempre foi muito caro. Ao mesmo tempo, a situação dos bancários em 1964 é semelhante a de hoje: salários baixos. Na greve vitoriosa de 1961, os bancários estavam na faixa do salário mínimo, ou um pouco mais, na sua grande maioria. Muitos estudantes trabalhavam nos bancos enquanto faziam seus cursos e havia uma grande rotatividade, que permitia que o salário médio fosse muito baixo. A situação portanto era muito semelhante do ponto de vista do ganho do bancário e do lucro do banqueiro. Só que havia realmente um sindicato mais forte, que fazia prevalecer muito mais a sua vontade.

Nesta época, conquistamos, por exemplo, o salário mínimo profissional: dividia-se em três, para os escrivães, para o caixa e para o elemento da portaria e correspondia a uma parcela do salário mínimo geral. Para corrigir a inflação, conquistamos também o anuênio, isto é, um aumento por ano de serviço, além de outras vantagens.

DE FATO: Na época não haviam o que hoje parece ser um tanto comum no movimento dos bancários e outras ações trabalhistas, o problema de diferença de interesses mais marcantes entre o pessoal mais jovem, como os estudantes, que rodam muito, e o pessoal mais de carreira, que se beneficia mais dos anuênios, dos Quinquênios? Isso não significava um entrave grave para proposições unificadas de toda a categoria?

FARIA: Havia, mas isso era resolvido com o aumento mínimo. Aos bancários mais novos se garantia um mínimo de aumento, que invariavelmente era superior à porcentagem pedida. Isso representava a possibilidade de ter o reajuste na base do que seria o índice da inflação, e o anuênio e o quinquênio que atendiam os bancários mais antigos. Isso fazia com que houvesse uma união total da classe. Hoje isso é impossível porque não há

havia uma comissão sindical e praticamente todas as agências de banco tinham elementos que participavam das reuniões das comissões sindicais, que precediam sempre a convocação de uma assembléia da categoria.

Além disso, existia a imprensa sindical, o boletim do sindicato, e uma presença constante da diretoria junto aos bancários e às comissões. A visita aos bancos era constante e chegava-se a auxiliar a própria Delegacia do Ministério do Trabalho para a fiscalização do cumprimento de determinadas leis. Por exemplo, é de 62/63 um decreto que extinguiu o trabalho dos bancários aos sábados; foi uma conquista. No entanto, os banqueiros, apesar da lei, exigiam que os bancários trabalhassem aos sábados. A Delegacia do Ministério não tinha fiscais que pudessem autuar todos estes bancos. Então, o sindicato, aí sim, funcionava como via auxiliar do Ministério para fiscalização através da visita da diretoria da entidade aos sábados nos bancos, onde se exigia que os diretores ou gerentes fechassem o serviço, sob pena de se colocar auto falantes nas ruas denunciando o fato, o que muitas vezes foi feito. O banqueiro não queria esta publicidade negativa. Havia liberdade para se falar na rua que esse banco estava descumprindo a lei e aí os bancários saíam, tendo o sindicato ao seu lado.



Assembléia na Secretaria de Saúde, 1963

liberdade de negociar: é o índice proposto pelo governo, e acabou.

DE FATO: Conta aí pra gente como era a vida sindical, como o sindicato se organizava, como se dava a relação da diretoria da entidade com as bases nos bancos.

FARIA: O Sindicato dos Bancários era talvez o mais ativo de Belo Horizonte. Em virtude disso, é que a repressão foi muito violenta depois de 31 de março: nós todos fomos presos e alguns condenados, a minha condenação foi de 18 anos, na primeira instância de Juiz de Fora.

O movimento sindical tinha restrições de ordem legal, pois todo ele foi criado de cima para baixo, pelo governo, com uma forte centralização do Ministério do Trabalho, e como órgãos auxiliares seus. Depois de 64, várias leis foram criadas para tornar ainda mais dependente os sindicatos.

Muito embora já houvesse essa legislação que impedia uma maior movimentação sindical, e o sindicalismo se voltasse por instrução oficial para o assistencialismo, a entidade anteriormente a 64, se voltava muito mais para a base: em todos os bancos

DE FATO: Quais as diferenças entre a negociação do salário antes e depois da política salarial implantada pelo governo a partir de março de 1964?

FARIA: As assembleias dos bancários eram precedidas de várias reuniões das comissões sindicais e havia aquela negociação, que ainda existe hoje. A diferença é que hoje, esta limitada aos índices oficiais do governo: a negociação é de cartas marcadas. Mas antes dessa malfadada política salarial, a negociação era livre. Fazia-se um levantamento do aumento do custo de vida, com base nas listas de compras dos bancários nas cooperativas, e se fazia uma reivindicação que normalmente os banqueiros não aceitavam. Era proposta a conciliação através da Delegacia Regional do Trabalho, através do governo do estado, através da Secretária do Trabalho. Repetiam-se as assembleias, e quando não se chegava a um acordo, decretava-se a greve. Mas havia também uma legislação que impedia a greve. Os banqueiros sempre consideravam a greve ilegal. Porém, a pressão da greve permitia então que se chegasse ao índice pretendido de aumento salarial, ou muito próximo de-

le. Então, a organização sindical era muito mais de base, e muito menos administrativa. Não tinha tantos órgãos assistenciais dentro do sindicato, que exigisse que a diretoria fosse administrativa, era muito mais uma diretoria de luta junto às próprias bases da categoria profissional.

DE FATO: como o golpe militar chegou para os bancários? Havia alguma expectativa de que ele viesse a ocorrer?

FARIA: Havia uma superestimação da força que o movimento popular tinha. O golpe resultou de uma conspiração e quem está lutando ao lado do oprimido, pela justiça, chega a ser até um pouco ingênuo. Acho que da parte do governo, do Jango, e das próprias lideranças que estavam envolvidas nesse processo, além da superestimação da sua própria força, houve a subestimação da força do inimigo. Não o golpe propriamente, mas a vitória tão rápida do golpe é que foi surpreendente. O Chamado «esquema militar de Jango» era uma falácia, não existia. Os meios de comunicação ocupados e comprometidos com a reação, na sua grande maioria, fizeram que as coisas virassem da noite pro dia. Portanto, a vitória tão fácil dos golpistas foi surpresa.

DE FATO: Existia alguma expectativa de que com o golpe viria uma resistência popular, em contrapartida?

FARIA: Na verdade, a expectativa era de que não houvesse o golpe. Que as coisas continuariam na mesma marcha democrática, com eleição de elementos cada vez mais representativos. Que dentro de um esquema democrático, se fizesse a votação das Reformas de Base e o país dobrasse o seu caminho. Por outro lado, havia toda a sabotagem das classes com poderes econômicos aos programas do governo. Muita coisa acontecia, mas não chegava ao conhecimento do povo, por interesse dos órgãos de informação. A classe média decididamente ia aderindo à reação porque achava que existia uma situação de «baderna», como dizem até hoje. Eu estava no Sindicato no dia 31 de março, às 7 h da manhã, quando veio a notícia. Saímos do sindicato e poucos momentos depois foi ocupado pela polícia. O deputado Bilac Pinto fazia discursos na Câmara dizendo que o movimento sindical urbano e do campo estavam armados de metralhadoras vindas da Tchecoslováquia. Os fazendeiros diziam entre si: «armavos uns aos outros». E eles realmente se armaram contra nenhuma arma que existia, nenhuma metralhadora tcheca. No Sindicato dos Bancários a repressão foi violentíssima: a preocupação era encontrar as metralhadoras tchecas. Procuraram até na caixa d'água onde estaria o «depósito de armas» dos bancários. Porque a preocupação era de tal ordem que cada um de nós era tido como um guerrilheiro, armado até os dentes. E não havia nada disso, não havia arma nenhuma. Eu, particularmente, só fui ver metralhadora de perto, na mão deles quando eles me prenderam. Na cadeia sofri pancadaria, chutes, pontapés, cassetes, o diabo a quatro, por causa das «metralhadoras do sindicato». Nós tínhamos comprado uma máquina impressora tcheca e veio num caixote. Um dia, o Dazinho (*) passou no Sindicato dos Bancários, com a rural do Sindicato de Nova Lima, que estava sem banco traseiro. Ele olhou aquele caixote e pediu: «Você podia ceder pra gente sentar e ir pra Nova Lima». Eu respondi: «Pode levar, o caixote está aí à toa, mesmo». A polícia encontrou este caixote depois no Sindicato de Nova Lima: **Ma-de in Tchecoslováquia - Ao Sindicato dos Bancários de Belo Horizonte.** Para que eu provasse que aquele caixote continha uma impressora foi um custo. Prá todos os efeitos, eram as metralhadoras tchecas de que falava o Bilac Pinto...

Dazinho, o deputado operário, apresenta uma nova versão para o famoso comício da Secretaria de Saúde, em 1964:

Vi o Brizola distribuindo pescoção. E nós do lado dele. Batendo e apanhando



Dos 62 deputados da Assembléia Legislativa de Minas, apenas três eram operários, nos anos anteriores a 1964. Um deles veio de Nova Lima, onde foi trabalhador braçal, na Mina de Morro Velho. Seu nome: Antonio Pimenta Gomes, muito mais conhecido por Dazinho, o apelido. Vinculado ao Partido Democrata Cristão, ele resume seu compromisso eleitoral, no período, em poucas palavras: «defender todas as coisas dos trabalhadores». Resultado: foi cassado «por quebra do decoro parlamentar», e preso, após o que se convencionou chamar de Revolução de 31 de março. Na entrevista, ele contou uma versão muito diferente para o Comício do Brizola: «Não foi como dizem, que ele saiu correndo, não. Ele era muito valente, não era mole não». Uma das mais expressivas figuras do movimento sindical mineiro, na época, Dazinho traçou um panorama da articulação entre as entidades, através «de uma espécie de inter-sindical». Ao que consta, trabalhador hoje na Assembléia Legislativa das alterosas só mesmo para limpar os luxuosos tapetes vermelhos e esfregar o requintado mármore do plenário...

DE FATO: Quando você se candidatou a deputado estadual, qual era sua plataforma apresentada em campanha?

DAZINHO: Não fiz um programa e mesmo o pessoal que me levou a aceitar a candidatura também não possuía um programa. Eu era um representante dos trabalhadores e minha plataforma era de fidelidade aos princípios que eu tinha, de defender os trabalhadores. E, no mais, o que se pudesse fazer politicamente. Basicamente, exclusivamente, eu era um representante do operário a falar lá dentro da Assembléia, como operário.

DE FATO: Quantos membros da Assembléia Legislativa eram operários?

DAZINHO: Dos 62 deputados, havia apenas três operários e fomos todos cassados. Não existia poder de influência nosso na Câmara. Existia um mesmo padrão de comportamento de nós três, eu, o Sinval Bambirra e Claudesmith Riari. O que um dizia, podia não ser do pensamento do outro, mas os outros dois seguiam.

DE FATO: Então, a solidariedade era menos de partido e mais de classe, entre vocês três?

DAZINHO: É. Eu era no PDC (Partido Democrata Cristão), e eles dois do PTB (Partido Trabalhista Brasileiro). Eu apoiava coisas do PTB, lá por conta deles. Como eles me acompanhavam em algumas coisas, porque éramos trabalhadores.

DE FATO: Quando você foi eleito deputado, você saiu da mina de Morro Velho? Qual era sua relação com as bases?

DAZINHO: Não, eu não saí. Eu continuei como operário. Eu trabalhava duas vezes por semana, dentro da mina, nas mesmas condições que o pessoal todo. Aliás, até pior, do que era antes. Quando fui eleito Presidente do Sindicato, eu era encarregado de serviço. Mas para manter minha condição de operário, eu continuei trabalhando. Antes eu trabalhava de tudo. Quando entrei para o sindicato não podia trabalhar de tudo. Então, passei para o serviço de transporte de material de dentro para fora da mina, que é um serviço pesado e perigoso, que é transportar material que entra e que sai da mina. Eu achava que os trabalhadores me elegeram Presidente do Sindicato e eu não podia afastar do serviço, por que é lá que estão os grandes problemas. Então, tinha que estar lá dentro, viver os problemas, conhecê-los, brigar por eles com mais conhecimento de causa. Quando fui eleito deputado continuei no mesmo serviço. Claro que eu não ia todos os dias, não. E às vezes tinha semana que não ia, que não dava. Mas continuei trabalhando e ia na maioria das semanas. Só assim eu poderia mostrar aos trabalhadores que eles tinham um companheiro lá na Assembléia. Então eu não tinha, vamos dizer, uma meta política, não. Era só o compromisso de defender todas as coisas dos trabalhadores.

DE FATO: Que tipo de trabalho vocês faziam na Assembléia?

DAZINHO: O tipo mais importante era este: denúncia de tudo que acontecia com os trabalhadores. Por exemplo, naquela época existia muita perseguição aos trabalhadores do campo. Nós fazíamos denúncias constantes de despejo de trabalhadores do campo, de espancamentos, pedíamos providências, íamos nestas localidades para prestar solidariedade. Quando tinha qualquer problema em outro estado que afetava os trabalhadores, estávamos dando sempre o nosso ponto de vista na Assembléia, apoiando a luta dos outros trabalhadores. Qualquer movimento na Câmara Federal ou no Senado que tivesse relação com os trabalhadores, nós fazíamos pronunciamentos, dependendo da necessidade, a contra ou a favor ao pronunciamento apresentado lá. Um cara lá metia o pau no trabalhador, nós estávamos de cá para ficar con-

tra. No mais era esse trabalho de representação.

DE FATO: E o seu relacionamento como deputado operário com o Magalhães Pinto, governador do Estado?

DAZINHO: No início, Magalhães mascarou o governo como popular. Fez algumas promoções e tal... Embrulhou muita gente. Eu não podia ser embrulhado, porque tive muitos problemas com o Magalhães no meu tempo de Presidente do Sindicato de Nova Lima. Então nunca me identifiquei em termos de trabalhador com a popularidade do governo Magalhães. Do meu ponto de vista particular, acho que foi um governo inteiramente anti-popular, em termos de povo. Não participei de nenhum jantar promocional do Magalhães, não participei de nenhuma festa promocional do Magalhães. Isto não!...

DE FATO: Como foi a atuação dos vários movimentos populares em BH? Como se dava a união desses movimentos?

DAZINHO: Tinha uma convivência muito boa. No todo havia uma convivência boa.

DE FATO: Os estudantes na época ficavam mais na área da Universidade?

DAZINHO: Participavam junto com os trabalhadores. iam em assembleias dos sindicatos, faziam às vezes reuniões e chamavam os trabalhadores.

DE FATO: Como eles eram vistos pelos trabalhadores?

DAZINHO: O pessoal gostava muito. Toda vida os trabalhadores gostaram dos estudantes. Estudante é uma cara que vibra, é um cara que tem entusiasmo, é um cara que sabe expor idéias. O pessoal não é burro, não. Eles podem não aceitar. Mas gostam de ouvir o que está interessando a eles. Capiou não é bobo não. Não tenha dúvidas que estes movimentos de estudantes que houveram aí tempos atrás, o povo vibrava com eles. Era muito simpático mesmo. Toda vida foi...

DE FATO: Houve alguma passeata de estudantes e trabalhadores juntos aqui em BH?

DAZINHO: Uma vez o Darci Ribeiro, Ministro da Educação do Jango, veio fazer uma aula inaugural na Faculdade de Economia. Depois da aula inaugural, estudantes e trabalhadores fizeram uma passeata até o jornal Estado de Minas e queriam quebrar tudo. Foi um custo para determos o pessoal. Podia não ser maioria, mas tinha muito trabalhador. O Estado de Minas estava numa campanha muito acentuada contra o povo, como toda vida esteve, e tinha saído um artigo por aqueles dias, com o qual o pessoal estava muito mal satisfeito.

DE FATO: Você esteve presente no dia do comício do Brizola, em fevereiro de 1964 em BH?

DAZINHO: O comício foi marcado com certa antecedência e os trabalhadores atenderam o chamado e foram para a Secretaria da Saúde. O que aconteceu é que o pessoal da reação também se preparou para não deixar o comício acontecer. Dentro do prédio da Secretaria de Saúde não tinha muita gente, não. Mas do lado de fora, frente ao mercado, Rua Santa Catarina, Guajajaras, Augusto de Lima, tinha gente que não caberia na Secretaria, nem que ela fosse três vezes maior. O Brizola chegou com o Padre Alípio e outros de automóveis e nós o pessoal que ia receber estávamos na porta. Então o Brizola entrou e nós entramos atrás. Quando chegamos lá dentro o pessoal da reação, que estava preparado, começou a briga. Não foi como dizem, que o Brizola saiu correndo, não. Ele não ficou, saiu dando tapa, dando murro. Foi agredido lá dentro pelo pessoal da reação. As pessoas que estavam dentro da Secretaria eram todas da reação; o pessoal que veio para assistir, estava esperando o Brizola chegar para en-

trar. Foi aquele fervedor e eu estava lá no meio. E saí junto com o Brizola e o Padre Alípio. Na porta eu não vi mais o Brizola. Até na descida da escada eu ainda vi ele distribuindo pescoção... ele era valente, mesmo. Ele não era mole, não, e nós ali, do lado, dele, fazendo o mesmo, batendo e apanhando. Eu não sei para onde ele foi depois. Também naquele meio não tinha jeito...

DE FATO - Quem era esse padre Alípio?

DAZINHO - (meio incrédulo): Vocês nunca ouviram falar no Padre Alípio? Era um grande sujeito, do Nordeste, que estava fazendo um trabalho muito bom com as Ligas Camponesas. E trabalhava junto conosco, aí. E era marcado, naturalmente.

DE FATO - Já que tinha mais de 15 mil pessoas do lado de fora, porque o comício não se realizou na rua mesmo?

DAZINHO - O problema é que a polícia também estava lá, do lado deles, espancando, descendo o cassetete mesmo. O Magalhães na última hora mandou a polícia. O tempo estava quente mesmo, muito mais que este da chuva de hoje...

DE FATO - Sua prisão se deu quando?

DAZINHO - No dia quatro de abril, mais ou menos. Eu fiquei escondido na casa do Padre Viegas e do falecido Padre Williams. Eles deram uma batida lá e me levaram pro DOPS. De lá fui transferido para o DI, fiquei uns dois ou três dias, aconteceu nossa cassação, então fui transferido para Neves. De lá voltei para o DOPS, depois para Juiz de Fora, depois voltei para cá novamente.

DE FATO - Como foi sua cassação?

DAZINHO - Não foi feita pelo Ato Institucional. Foi feita pela Assembléia. Aliás, os deputados daqui cassaram nosso mandato antes de qualquer outro.

DE FATO - O que eles alegaram para cassar o mandato de vocês?

DAZINHO - Ah! Quebra do decôro parlamentar...

DE FATO - No que vocês tinham quebrado o decôro?

DAZINHO - Você já pensou operário lá dentro da Assembléia falando contra a burguesia? Você está ficando doido!...

DE FATO - No período de março de 64, havia por parte do pessoal que estava na frente do movimento popular alguma expectativa em relação ao golpe?

O golpe era esperado ou foi uma coisa imprevisível?

DAZINHO - Algumas pessoas com maior visão falavam numa possibilidade. Não, assim esperado, não! Foi de surpresa. Antes tinha quem sabia, mas não era do domínio público, não. Tanto é que no dia que começou o movimento eu estava em Nova Lima, quando o telefone tocou e disseram: «Convém você vir aqui para a Assembléia que o trem tá feito e o Bambirra está sendo preso». Quando eu vinha subindo para BH vi os postos de gasolina em Nova Lima fechados. No momento que cheguei na Assembléia, entrei pelos fundos, e já estava tudo resolvido. Bambirra já estava preso, tava tudo mais ou menos desorganizado. Ainda houve sessão da Assembléia e tinha o chamado pequeno expediente. Eu me inscrevi nele e falei o que pensava do movimento, protestei contra a prisão do Bambirra e a partir deste momento estava praticamente preso. Para os trabalhadores o golpe foi inteiramente de surpresa. Ninguém sabia nada não.

DE FATO - Como era o movimento sindical antes de 64 e como vocês deputados operários se envolviam com ele?

DAZINHO - O movimento sindical era muito unido, tinha uma espécie de intersindical. Isso, na maioria das ve-

zes, independente até de acordo de intersindical. O próprio movimento dos trabalhadores, o próprio movimento popular exigia que a gente tivesse um intercâmbio muito grande com os sindicatos, porque estávamos numa luta comum que envolvia todos os interesses dos trabalhadores. Hoje, como naquela época, entendo que o trabalhador da limpeza, de eletromecânica, os metalúrgicos, e o trabalhador de qualquer tipo, tem os mesmos problemas, as variedades são simplesmente as variedades de local de trabalho: moradia, salários, assistência médica etc. Os trabalhadores estavam se organizando, num intercâmbio muito bom entre os sindicatos, não só de Belo Horizonte, mas também com sindicatos de fora. Então, nós fazíamos reuniões na sede da CNTI - Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria - tratando dos interesses dos sindicatos, reuniões sempre em um e outro sindicato, participavam ativamente todas as diretorias dos sindicatos, participavam das assembleias, que eram semanais, mensais ou em qualquer hora. Todas as diretorias tinham uma aproximação integral, com exceção daquelas que não queriam assumir os problemas dos trabalhadores, os chamados pelegos, que às vezes apareciam mas deixavam de aparecer, também. Mas esses não eram notados.

DE FATO - Quais destas categorias profissionais eram as mais combativas?

DAZINHO - Tecelões; o sindicato dos Metalúrgicos, apesar de vez em quando entrar uma diretoria que queria botar panos quentes; o hidrelétrico, os bancários e tinham outros sindicatos menores, que sempre que se necessitava, estavam presentes: Fumageiros, alfaiates etc. Tinha também o movimento dos securitários (das empresas de serviços) que era muito bom.

DE FATO - Era um movimento mais das diretorias dos sindicatos ou mais de base de massa?

DAZINHO - No início era mais a nível das diretorias, mas chegando perto de 64 nós já estávamos atingindo uma faixa muito grande de base. Isto eu estou falando daqui, por que os sindicatos do interior, que realmente tinham combatividade, todos tinham seu movimento na base: Sindicato de Monlevade, Sindicato de Nova Lima, de Barão de Cocais etc.

DE FATO - Em relação à participação, como era a organização? tinha comissões de fábrica?

DAZINHO - Em alguns casos, sim. Em outros casos não tinha nem comissão. O problema é que havia muitos movimentos isolados aqui, mesmo independentes dos sindicatos, como as associações de bairros etc. E estes movimentos estavam em todos os lugares onde se fazia necessário. Em algumas categorias tinha mesmo essas comissões de fábrica, que discutiam e passavam para frente os problemas todos. Mas isso não era em todas as categorias e nem em todas as fábricas.

DE FATO - Como atuavam essas comissões, qual era o papel delas?

DAZINHO - O papel delas era preparar o pessoal para estar atendo ao chamado dos sindicatos, para os comícios que se realizavam, levantar os problemas dentro das fábricas. Este trabalho era feito de formas variadas. Na mina de Morro Velho, por exemplo, nós fazíamos a divulgação com giz nas pedras, nos canudos, nas vagonetas que passavam carregando minério para fora. Em alguns sindicatos, onde o pessoal tinha melhor poder aquisitivo, faziam-se boletins e distribuía. Em alguns lugares o pessoal fazia murais pintados à mão que qualquer um pintava e pregava. As formas de comunicação eram as mais variadas possíveis. De qualquer forma funcionava.

DE FATO - Aqui em BH, quais são as lutas mais destacadas que você lem-

«Você já pensou em operário falando contra a burguesia dentro da Assembléia Legislativa? Fomos cassados por quebra do decôro parlamentar!»



bra de ter havido? O que te chama mais a atenção?

DAZINHO - Bem, normalmente a luta que sensibiliza mais o trabalhador, de um modo geral, é a luta por aumento de salário. Então, quando ia se instalar dissídio coletivo, ou mesmo quando alguma categoria estava pedindo aumento do pontos de vista dos patrões era um pouco fora dos quadrantes que eles queriam pagar, estas lutas eram sempre vibrantes e tinham consistência no meio dos sindicalizados. As outras lutas, que eram de cunho de reivindicações de longo prazo, sensibilizavam também o povo, e ele participava. Quando, por exemplo, começamos a luta pela Reforma da Lei de Previdência Social, com a introdução do 13º salário, tivemos movimentos grandes, com assembleias gerais de sindicatos, sendo que os sindicatos promotores convidavam outras diretorias e os trabalhadores de outras categorias para participar das assembleias. Tinha também movimento de rua para sensibilizar mais gente. Muita gente hoje, o trabalhador mesmo, acha que foi o governo, pura e simplesmente, que decretou o 13º salário. Muitos acham que as melhorias que se tem inseridas na Lei de Previdência Social foi o governo que deu. Não, nós fizemos concentrações em Brasília, na Câmara dos deputados, para a melhoria da Previdência Social e decretação do 13º salário.

DE FATO - Esse movimento de rua como era?

DAZINHO - Tipo comícios. Fazíamos também cartazes, faixas. Naquela ocasião a gente tinha muita facilidade e era um trabalho de um movimento todo. Os comícios geralmente eram numerosos, aparecendo sempre mais de 3 mil trabalhadores, feitos sempre na cidade. E tinha estas mesmas reivindicações nos congressos dos trabalhadores, de uma classe só ou geral.

DE FATO - Tinha concentrações operárias dentro das fábricas.

DAZINHO - Dentro da fábrica mesmo não era permitido, não. Mas o pessoal costumava fazer, mesmo que fosse relâmpago. Havia algumas concentrações relâmpagos que paravam as fábricas durante um determinado tempo. Havia uns movimentos dentro das fábricas...

DE FATO - Quais eram as fábricas mais agitadas de BH? Onde os trabalhadores eram mais conscientes e as coisas «pegavam fogo» mais rápido?

DAZINHO - Onde tinha movimento melhor era o pessoal da cidade industrial e essas fábricas de tecelagem maior. Porque as indústrias menores

também não tinham muitas condições, não.

DE FATO - Além do movimento das fábricas, havia movimento nos bairros operários?

DAZINHO - Tinha, mas era um movimento menor. Por que o sindicato encarregava normalmente de tudo: distribuir cartazes nas fábricas, nos locais de trabalho, nas ruas. Tinha um movimento que era muito bem organizado, mas que não era propriamente de bairro, mas de favelados. O movimento dos favelados era bastante expressivo, com núcleos nas favelas e a Federação dos Favelados que concentrava os núcleos. Também existia, como ainda tem hoje, as Associações de Bairros, que não era um movimento muito grande, mas que participavam os mais atuantes, que era o pessoal que movimentava os bairros.

DE FATO - Qual era a participação dos sindicatos de BH nas reformas de base do Jango? O movimento sindical apoiava o governo Jango?

DAZINHO - Os sindicatos apoiavam integralmente. Existia inclusive a exigência dos trabalhadores com o Jango, para que ele em troca do apoio que os trabalhadores dariam ao governo dele, fizesse as Reformas de Base. Este acordo existia. Naturalmente não foi firmado comigo, mas com o pessoal da CNTI, com o pessoal da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores). O pessoal estava comprometido com isso. Inclusive em todas as assembleias sindicais onde o trabalhador era mais esclarecido, não havia nenhuma assembleia, mesmo para tratar de outros assuntos, em que não se falasse das leis antitrustes, remessa de lucros etc. Não deixava de maneira nenhuma de falar nisso, já preparando a consciência do povo para aceitar isto na ocasião que fosse necessário. Inclusive a participação dos trabalhadores no comício da Central, ninguém pode deixar de acreditar no trabalho que estava sendo feito no meio dos trabalhadores. Porque você não tenha dúvida que quem foi lá não foi gente de outro nível, não. Quem foi lá foi o pessoal que estava daquele lado. Quem estava daquele lado? Um pouco de gente que tem consciência do problema mas a maioria era o trabalhador que estava lá.

DE FATO - Como era a repressão ao movimento sindical de BH antes do golpe militar de 31 de março de 1964?

DAZINHO - A repressão era muito menos. Você não podia fazer piquete de greve, isto não podia. Se fizesse estava sujeito a repressão. Por exemplo, se uma classe estivesse em greve



e você viesse para ajudar e eles pegassem, aí prendiam a gente. E se pudessem, prendiam os que estivessem em greve também. Mas repressão como é hoje não havia, não.

DE FATO – Naquela época havia plena liberdade sindical?

DAZINHO – Plena, não. Uma chapa para concorrer ao sindicato tinha que apresentar atestados de ideologia e esta coisa toda. Isto não era liberdade. Era uma liberdade vigiada, esta liberdade mais ou menos. Mas Liberdade com liberdade, como diz esse pessoal aí, liberdade plena, não existia em lugar nenhum. Mas sempre se podia fazer trabalho naquela ocasião.

DE FATO – Houve em 1964 uma Semana do Minério em BH. Você poderia dizer alguma coisa sobre ela?

DAZINHO – Havia aquele slogan que o minério não dá duas safras uma campanha bem difundida do minério é nosso. Segundo pessoas aí, eu sinceramente não sei se era verdade ou não, a frase era até do Magalhães... Ele participou da Semana de Defesa do Minério, fazendo discurso etc. Naquela ocasião, nós trouxemos diversos deputados federais que estavam na campanha. Participou o Gabriel Passos, Ferro Costa, Almino Afonso etc. E o Magalhães participou efetivamente disso. Inclusive contribuiu para a semana do minério com verbas do governo e tal.

DE FATO – Esta semana de conferências atacava diretamente algum truste, era contra a HANNA (atual MBR)?

DAZINHO – Não era contra Hanna. Era uma defesa do minério. Então eles diziam o nome dos trustes que estavam explorando aí: a Hanna, Corporation, United States Steel, A Bethell Steel etc. Estes grupos que estavam explorando minério aí...

DE FATO – Houve alguma passeata marcante dos trabalhadores aqui?

DAZINHO – Uma passeata muito boa, que mexeu com a cidade aqui, foi a dos trabalhadores de Nova Lima, que vieram, de lá aqui a pé. Duas vezes. Uma vez em 1954 com mais de três mil trabalhadores. Vieram aqui pela serra, reclamar providências do governo contra as arbitrariedades da Morro Velho, e a outra, foi uma passeata na época do Magalhães, com faixas, cartazes e o pessoal todo mesmo. Nesta última deve ter vindo mais de duas mil pessoas. Na primeira vez nós descemos pela Serra, descemos até à Assembléia Legislativa e depois fomos ao Palácio da Liberdade... e o governador nos recebeu. Na segunda, nós viemos pela estrada mesmo, descemos pela BR - 3 e fomos até ao Palácio. O governador era o Magalhães. Fiz um discurso violento...

O ÚLTIMO DIA DE LIBERDADE DE IMPRENSA

Aos poucos, uma nova geração de repórteres, temperada nos bancos da universidade, vai tomando conta das redações de jornais, rádios e tevês da cidade. São jornalistas formados na era do «press-release», isto é, dos noticiários oficiais emitidos pelos órgãos de governo, empresas ou agências especializadas. Produzido em série, asséptico, pasteurizado, embalado, o «press-release» já chega às mãos do repórter prontinho para publicação, não dá trabalho nenhum... Hoje, a imprensa vive deste tipo de expediente. Na entrevista que segue, o jornalista Lélcio Fabiano dos Santos relembra uma outra era, em que os repórteres viam-se obrigados pela intensa luta social a fazer um jornalismo «mais vibrante, mais cheio de cor». Eram os anos que precederam 1964. Lélcio começou como repórter do combativo semanário «Binômio». Depois trabalhou no «Diário de Minas», que mantinha uma linha editorial progressista, e no «Jornal do Brasil». Atualmente, ele é professor da Faculdade de Comunicação da UCMG, da qual foi fundador em 1971, logo após ter voltado da França, onde fez pós-graduação na área de comunicação. Participou do semanário «Movimento» e, agora, integra a equipe do «Em Tempo».



Foto: Teresa Goulart

DE FATO: Como jornalista, qual foi seu primeiro tropeço naqueles tempos antes de 1964?

LÉLIO: Eu me lembro, tinha uma ano de jornalista e estava indo para casa, quando vi uma movimentação grande na Praça da Liberdade. Era uma movimentação de estudantes secundaristas, muito atuantes nesta época. A polícia militar estava lá, reprimindo violentamente, prendendo e batendo. Resolvi ficar para cobrir. No que eu estou aí, vieram dois policiais tentando me prender. Então eu disse que era jornalista, que eles não podiam fazer aquilo, que eu estava trabalhando. Aí um deles falou: «Então você some!». Saí correndo e da cabine de um bar, telefonei para o Dídimo Paiva, que era chefe de redação do **Correio de Minas**, pedindo fotógrafo, porque a polícia estava «baixando o pau». No que eu saio, um cara à paisana me agarra por trás e me prende. Ele havia escutado o telefonema.

Me colocaram atrás numa rádio patrulha, juntamente com uns 10 estudantes. Deram diversas voltas com o carro, pela cidade e, depois levaram a gente para o que mais tarde identifiquei como sendo o DOPS. Isso é bom frisar que foi em 1962. Como eu falava que era jornalista eles me deixaram por último, até que lá pela uma hora da madrugada, chega a diretoria toda do jornal para me libertar. Nessa época já havia muita violência e nessas coisas de rua eles pegavam todo mundo que estava perto.

DE FATO: Afora a censura brévia brava que existe na imprensa brasileira de hoje, como você compara o cerceamento das atividades do jornalista hoje com aquela época?

LÉLIO: Um outro fato que aconteceu comigo esclarece como era a repressão na época, antes de 64, mas no sentido de como ela mudou, daqueles tempos para cá. Foi antes de 64 e estava no auge das invasões de terra no País. Eu ficava no **JB** até tarde, 11 horas, meia noite. O **Diário de Minas** era ligado ao Magalhães, o qual também era ligado ao **JB**. O **D.M.** fazia uma espécie de dobradinha com o **J.B.** Então Nós tínhamos um repórter cobrindo problemas sociais em Governador Valadares, que era o Carmo Chagas, que hoje é editor de **Veja**. O Carmo mandava essas matérias para o **Diário de Minas**, nós tínhamos um convênio lá, pegávamos as matérias e reescrevamos para o **JB**.

De noite, lá pelas 8 horas chega uma matéria dele dizendo que tropas do exército estavam a caminho de Valadares para ocupar a cidade. Deviam chegar lá de madrugada. Eu, de noite, pensei: «Se as tropas agora estão a caminho, na hora que o jornal sair, de manhã, elas já chegaram». Então fiz a matéria dizendo que elas já tinham ocupado a cidade. E depois disso fui para casa tranquilo. No dia seguinte, chego cedinho na redação do **Diário de Minas**, pego o **JB** e vejo a minha manchete. Um furo nacional: Tropas do Exército ocupam Governador Valadares. O meu texto estava alí limpinho, o copy-desk não havia mexido em nada. Ao mesmo tempo que vi aquilo, e fiquei um pouco vaidoso, me deu um pressentimento de que alguma coisa não estava certo. Daí um pouquinho começa o telex do **JB** a tocar: «Ministério da Guerra quer saber que notícia é essa de Valadares», «Brasília pede confirmação de onde veio a notícia». Enfim, não tinha acontecido merda nenhuma, o exército não tinha ocupado cidade nenhuma. Nem tinha saído do quartel.

O negócio foi o seguinte: o Carmo Chagas deve ter ouvido alguma coisa, rumores, para ter falado isso. Eu aqui aumentei. O cara do Rio não confirmou. Ele não checou a informação lá, nem eu aqui. Então saiu a notícia, na primeira página.

Eu lembro que por causa disso pedi demissão ao Guy de Almeida, na época chefe da redação, disse que ele podia me mandar embora. Ele recusou, jogou o papel fora, me deu uma esculhambação, e ficou por isso mesmo. O que interessa então é o seguinte:

«Antes o repórter transmitia toda a luta social para a opinião pública. Hoje, a luta social está esvaziada nos gabinetes. O repórter virou o porta-voz dos porta-vozes»

é que o fato foi jornalisticamente falso, tanto que eu pedi demissão. Mas não teve nada. Hoje, faz um negócio desses, e logo envolvendo o exército: é Lei de Segurança Nacional, na hora...

DE FATO: Sua experiência mais importante, qual foi?

LÉLIO: Minha passagem pelo *Diário de Minas*, no auge de 1963, quando a imprensa brasileira estava bastante dividida. Uma parte dela era eminentemente conservadora. O grande tema que dominava os jornais, as grandes manchetes, eram as Reformas de Base do João Goulart. Então, a outra parte defendia essas reformas. O *Diário de Minas* era um dos principais jornais que defendiam as Reformas. Era um jornal progressista e dava muito destaque aos sindicatos, movimento estudantil etc.

DE FATO: Qual era a interferência do Magalhães Pinto no Jornal?

LÉLIO: Nenhuma. Sabia-se que o *Diário de Minas* pertencia ao grupo Magalhães Pinto, mas isso não influenciava. O jornal dava muita cobertura às lutas de cunho social no Brasil. O auge dessas lutas foi no começo de 1964, com o Congresso da CUTAL, a vinda do Brizola, as invasões de terras pelos camponeses, os sindicatos do meio rural etc. Inclusive, no dia 13 de março de 64, da famosa assembleia dos sargentos, no Rio, eu fui enviado para cobrir uma grande manifestação que se esperava em governador Valadares.

DE FATO: Como era o *Diário de Minas* na época? Como era a redação do jornal?

LÉLIO: A redação era bastante jovem, bastante vibrante. Eu era roteirista. Cobria-se muito os chamados movimentos de massas, greves de sindicatos e de estudantes, a greve do 1/3 por exemplo. Greve que parou as Universidades do Brasil inteiro. Foi a primeira em que os estudantes ocuparam as universidades.

Era muito interessante, pois nessa época o exército tinha uma linha progressista. Ocupavam-se as universidades, inclusive a Faculdade de Direito foi ocupada de madrugada pelos alunos. O Alberto Deodato chegou furioso, e viu a escola dele ocupada. Ninguém podia entrar, diretor, funcionários, professores. Ela estava ocupada pelos estudantes e só era entregue para o exército. A Polícia também não entrava. Na hora que o exército chegava, os estudantes batiam palmas, cantavam o hino nacional e entregavam a escola. Nessa época o exército tinha uma linha nacionalista. Eu me lembro que nesse dia na Faculdade de Direito, chegou um oficial e perguntou, brincando: «Quem é o comandante da Praça de Guerra?» Aí um estudante se apresentou, entregou a escola e todos eles se retiraram, com palmas e cantando o Hino. Era assim em todas as escolas.

Assim como essa greve, eram as coisas que os jornais normalmente cobriam, porque havia uma polarização social muito grande. Isso é muito importante porque vai refletir no comportamento da imprensa após 64. Os jornalistas estavam muito acostumados a cobrir aquele tipo de assunto: era invasão de terras, greves sindicais, movimentação de estudantes, o não sei o que dos sargentos, e por aí. Era isso o que mais preenchia o espaço jornalístico na época. Depois do golpe, havia dúvida sobre que tipo de jornalismo fazer.

DE FATO: Qual era o acesso dos repórteres às informações oficiais?

Eles chegavam fácil nas autoridades? Como era a relação do governo com a imprensa? Tinham acesso às assessorias?

LÉLIO: Chêgavam bem mais fácil. O repórter ouvia de fato todos os setores. Ele tinha que percorrer diariamente esses setores, que na época não mandavam release, não. Eu pelo menos não me lembro disso em 62/63. Quer dizer, de chegarem com esse volume grande que se vê hoje: pacotes de release para serem reescritas, tituladas, copidescadas, apenas. Era muito mais fácil, até por telefone, falar. Eu lembro que no *Jornal do Brasil*, uma vez liguei para o Palácio e falei com o Magalhães Pinto. Falava-se com o Governador por telefone. Era muito direta a fonte de informação. O jornalista penetrava muito mais nos gabinetes. Não tinha esse negócio de duas ou três ante-salas, do chefe de gabinete, dos relações públicas, do assessor de imprensa.

DE FATO: A imprensa mineira dava muita ênfase aos assuntos políticos? Como era?

LÉLIO: Sim. Assuntos políticos, na época, dominavam muito. A Assembleia era assim um local de cobertura permanente, bastante intensa. Lá havia uma polarização muito grande daquelas lutas que falei antes, que era a situação do Brasil. Havia os deputados envolvidos no esquema de reformas de base do Jango e os deputados da oposição. Alguns jornais como

o Estado de Minas, o JB, o Globo nem se fala, também faziam oposição muito grande. Então a mesma polarização que havia no parlamento, havia na imprensa. De forma que tudo o que acontecia na Assembleia Legislativa era muito veiculado. Tanto é que um dos grandes assuntos de 62 foi o famoso caso do IBAD, quando se instalou uma Comissão Parlamentar de Inquérito, depois das denúncias de que ele havia financiado as campanhas eleitorais de vários deputados. A imprensa tratou tanto do assunto que os deputados que realmente tinham recebido as tais verbas, tentavam se esconder. Isso porque naquele tempo, era quase um crime nacional público o deputado mostrar que havia recebido dinheiro para fazer sua campanha.

Na Assembleia de Minas havia também um debate permanente, de defesa dos trabalhadores, na Voz dos deputados Sinval Bambirra, Dazinho, Claudsmith Rianni. E outros, como Batista Miranda, que apesar de ude-nista, fazia muito a defesa do minério de ferro de Minas e campanhas nacionalistas contra a Hanna. Aliás na imprensa havia um tabu muito grande em se falar nela. Não se falava na Hanna Corporation. Jornal nenhum fazia matéria. O Binômio talvez fosse o único que tocava no assunto.

Esse negócio todo, como a Hanna conseguiu a concessão da lavra, da mineração de Morro Velho, da compra das ações na Bolsa de Londres, era uma história incontável pela imprensa mineira. Dizem até que alguns jornalistas recebiam dinheiro para não falar nela.

DE FATO: Como era o repórter na época? Que papel ele tinha? Se você puder traçar um paralelo com a situação de hoje, parece que o repórter era muito mais atirado. Ele investigava mais. Não era mais um burocrata de gabinete, no qual se transformou hoje.

LÉLIO: A grande diferença é que o repórter da época tinha fatos para serem presenciados, vividos e narrados. O repórter era enviado para cobrir a contencimentos, os quais eram ricos. Então ele tinha que sentir o clima e contar as coisas que ele presenciava e vivia. Talvez aí a diferença de hoje, quando as coisas acontecem muito a nível de gabinete, a nível da palavra a menos a nível da ação.

DE FATO: A realidade da época cobrava dele um maior desempenho pessoal?

LÉLIO: A realidade quase exigia dele um posicionamento. Por exemplo, ele ia cobrir uma invasão de terras nos terrenos do Luciano. Lá ele via os favelados montando os barracos. Ele via de repente a polícia chegar e expulsar os favelados ou então a polícia não conseguir expulsar. Ele via o frei Josafá visitar uma favela inaugurada pelos egressos de outra favela. Via a interferência da Secretária do Trabalho. Tudo isso dava muita cor à matéria. Ele presenciava a injustiça social. Havia um desafio permanente do repórter mineiro. Minas Gerais sempre foi considerado um celeiro de repórteres. Teve ciclos de exportação de jornalistas. Eu mesmo presenciei quase que uma geração de jornalistas mineiros irem embora daqui. Muitos repórteres que hoje estão na *Veja* e no *Jornal da Tarde* foram da minha época. Eram repórteres feitos de fato na ação jornalística, que era fruto de uma ação social. Então eram matérias muito mais vibrantes, onde ele tinha muito mais possibilidade da narrativa.

O que o repórter faz hoje? Talvez hoje ele seja muito menos. Ele é o porta voz dos porta vozes. O reporter narra o que o porta voz do Governo narrou. Ele narra o que o Coronel Camargo Correia, que é o porta voz do governo Geisel narrou. Ele narra o que a Assessoria do Palácio do Governo distribui. Ele reescreve o release que um órgão de classe mandou para o jornal. Quando antes ele ouvia o representante da classe trabalhadora ou da classe chamada produtora. Ouvia sobre um fato que tinha acontecido antes. Havia de fato um baixo índice salarial dos bancários e provocava uma greve, o sujeito ia cobrir a greve. Tinha uma Assembleia e o sujeito tinha que narrar o que acontecia lá. Depois ele ia nos banqueiros ver o que eles tinham a falar, mas sobre o fato que já estava gerado. Hoje não, a coisa é feita quase que a nível de gabinete. Ele vai narrar uma reivindicação e esta quase que se reduz a um acordo no Ministério do Trabalho. Há muito pouco o que contar. No entanto o drama social que se tinha na época, que provoca a ação de rua, permanece até hoje. Só que permanece dentro dos lares, das fábricas, dentro da cabeça dos trabalhadores, mas nada disso extravasa para uma ação concreta de rua. Então é uma grande diferença.

Um outro aspecto, é que hoje muitas vezes nós vemos colegas que precisam se aproximar da fonte para se sobressair, quando antes a fonte é que procurava o profissional de imprensa, para justificar a sua existência política. Antes o jornalista (Não é vaidade) era importante dentro da dinâmica social. Não precisava nem falar o grande trabalho que o repórter



Marcha da Família com Deus pela «Liberdade»

«Os favelados invadiam os terrenos do Luciano, erguiam os barracos. A polícia os expulsava. O repórter cobria tudo: as matérias eram mais vibrantes, tinham muito mais cor»

«Quanto mais um jornal tem liberdade, mais bem humorado ele é»



General Antônio Carlos da Silva Muricy, Deputado José Maria Alkmin, General Olímpio Mourão Filho e Governador Magalhães Pinto

«Fizeram um IPM para apurar um complô de envenenamento da água de Belo Horizonte»

DE FATO: E o Correio de Minas? Quase ninguém mais novo sabe nada dele.

LÉLIO: Era um jornal feito pelo PSD. Prá fazer a campanha deste partido. Então jogaram tanto dinheiro no jornal que construíram um prédio só para ele. Ali onde funciona hoje a Caixa Econômica Estadual, na Olegário Maciel, perto da praça da Liberdade. Contrataram os melhores profissionais que havia nas redações de Belo Horizonte e levaram para lá. Era Guy de Almeida, Dídimo Paiva, Helio Fraga, Salomão, Marco Antônio Rodrigues Dias, Estácio Ramos, Cocenza e muitos outros. Compraram máquinas, tinham prédio e tinham o melhor pessoal. Então inauguraram o jornal. O primeiro número saiu uma bosta em termos de impressão, falhou tudo, borrou. Gastaram rios de dinheiro. Era um jornal bonito. Era um jornal do PSD contra a UDN. Durou pouco. De 62 até 64.

DE FATO: Televisão e rádio, tiveram alguma importância?

LÉLIO: As rádios tinham um papel muito importante na cobertura de rua. Depois de 64, por exemplo, quando os estudantes ocuparam a Assembleia Legislativa, eu me lembro direitinho do João Bosco, da Guarani, transmitindo diretamente do local. As grandes emissoras, que eu sei, que dominavam com muita vibração, que cobriam os acontecimentos importantes eram a Guarani, Inconfidência e Itatiaia. Todos esses fatos que eu estou narrando eram cobertos diretamente do palco do acontecimento. Quanto à televisão, era muito fraca. Afinal eram os primórdios da televisão e aqui praticamente só existia a Itacolomi.

DE FATO: Neste período de 63-64 houve algum episódio que você cobriu, que foi marcante para você?

LÉLIO: Em termos de clima, um que foi importante, foi a cobertura de 13 de março em Governador Valadares. Se bem que era uma guerra que não houve. Esperava-se uma grande movimentação em Valadares, invasões de terras em massa do Chicão...

DE FATO: Quem era Chicão?

LÉLIO: Era um sapateiro, de Governador Valadares, que ocupava as manchetes dos jornais do sul do país; que polarizava muito nas assembleias e movimentações; que era um grande líder na cidade e que achava que devia promover grandes invasões. Que mais ou menos assumiu a posição de líder camponês.

DE FATO: Ele queria ocupar as terras em função da Reforma Agrária ser decretada?

LÉLIO: Não sei se era por isso, mas havia muito esse clima. Havia muita invasão de terra no Estado todo e eles achavam que isso favorecia alguma coisa. Então eu fui-lá, mas não houve nada de especial. Foi até difícil fazer a matéria.

DE FATO: E a greve da própria imprensa em Minas Gerais?

LÉLIO: Foi outro acontecimento marcante. Bem, nós participamos da única greve de jornalistas que houve em Minas Gerais. É muito interessante o fenômeno que gerou a greve. Havia muitas greves nesse país; hoje tem essa «paz social». Então os jornalistas sempre cobriam essas greves, que geralmente eram por salários. Os bancários estavam com baixo salário, os jornalistas falavam do baixo salário dos bancários. Os tecelões tinham baixo salário, os jornalistas falavam... De repente a gente pensou: «Pô! Nós falamos do baixo salário de todo mundo e nós somos os piores de todos, como é que fica?» Então uma série de Assembleias mobilizou muito o sindicato, que na época funcionava em duas salinhas humildes, no Edifício Mariana. Os jornalistas viram que o salário era de fome mesmo. E naquele tempo não tinha recurso das assessorias; hoje eles não batalham tanto, não brigam tanto, porque a maioria deles tem altos salários nessas assessorias variadas que tem por aí. Na época eles viviam só de jornal. Houve várias assembleias no sindicato dos tecelões e uma consciência repentina de classe de ver que era a vez deles. Pediram aumento aos patrões. Eles recusaram e entrou-se em

greve. A greve foi vitoriosa, porque conseguiu-se um aumento substancial na época. Inclusive todos esses aumentos que se tem anualmente, nesses dissídios coletivos, nesses acordos vêm a partir de um teto conseguido-na época. A greve foi um marco muito importante para a imprensa mineira. Foi a primeira vez que a classe se mobilizou. Conseguiu-se uma unanimidade quase completa e parar os jornais.

DE FATO: Como a greve foi garantida?

LÉLIO: Havia piquetes. O pessoal juntava na porta das redações e ninguém entrava. Na hora que algum tentava era aquela vaia. E conseguiu-se parar os jornais mineiros durante dois ou três dias. No Estado de Minas acabou saindo matérias, mas feitas pelos patrões. Os diretores, os donos, um ou outro elemento de confiança da empresa é que tiveram que fazer os jornais.

Conseguiu-se também, que a população visse que os jornalistas tinham parado porque ganhavam mal. Que não eram sujeitos privilegiados como todo mundo pensava. Porque na época o jornalista tinha uma série de privilégios como por exemplo, não pagava Imposto de Renda, tinham 50% de descontos nas passagens aéreas etc.

DE FATO: A greve foi só de jornalistas ou de gráficos também?

LÉLIO: Só de jornalistas, mas os gráficos deram apoio. Inclusive os gráficos sempre foram muito mais politizados do que os jornalistas.

DE FATO: Como estava o clima político em 64, na sua opinião?

LÉLIO: O clima estava de muita euforia. Era uma euforia, que eu tenho a impressão que se podia comparar aos tempos de Allende no Chile. Todo mundo achava que o movimento de Reformas nesse país era irreversível. Que o exército brasileiro garantiria isso. Eram os sargentos falando adoidado no Rio de Janeiro, em grandes Assembleias; o Ministro da Guerra dando apoio. Tinha o famoso esque-

tinha em tempo de eleição. Por exemplo, a eleição para prefeito de Belo Horizonte em 1962: Tinha uns 5 ou 6 candidatos, o Carone, José Maria Rabelo, Rios Neto, o José Raimundo. Os repórteres tinham que se virar para cobrir os comícios. Evidentemente que um político precisava demais de um jornalista nessa hora, durante o acontecimento eleitoral.

Hoje ele tem que ficar dentro dos gabinetes para saber quem serão os candidatos. Ouvir uma fonte muito bem informada, que está situada na esfera tal, de tal andar, de tal Palácio, para contar. Afí o fato já chega todo escamoteado, esfriado. Quando antes não. A coisa era pública. Ele tinha que estar na rua, nos comícios, dentro do partido.

Era muito importante o repórter ir na sede do PTB, na sede da UDN, na sede do PSD, para saber o que estava acontecendo. Ele tinha que ir nas assembleias dos bancários, dos metalúrgicos, dos mineiros, para ter contato com tudo. O repórter tinha que ser o cara que transmite para a opinião pública, toda a luta social. Hoje a luta social está totalmente esvaziada nos gabinetes. A grande diferença está aí.

DE FATO: Qual era a linha do Estado de Minas na época? Interesses de quem ele representava?

LÉLIO: Era uma linha evidentemente conservadora. Sempre foi em toda a sua história e defendia muito a classe rural. Dava muita guarida para todos aqueles que defendiam os interesses das classes produtoras no meio rural. Era um jornal muito tradicional e conservador, tanto na forma quanto no conteúdo. Ele levava seu conservadorismo até na forma gráfica, paginação etc. Era realmente avesso a qualquer transformação. Era um jornal antigo, mesmo. Embora na época ele tivesse alguns grandes repórteres, toda a geração mais jovem, mais angustiada, mais vibrante, até por volta de 66, 67, estava em outros jornais, Binômio, Diário de Minas, Correio de Minas e Diário Católico

DE FATO: Na época ele já era o de maior penetração?

LÉLIO: Era. Mas eu tenho a impressão que a penetração hoje é maior do que antes. Na época ele era grande, sempre foi, mas talvez tivesse mais concorrentes. Pela própria vibração dos outros veículos, que faziam muito barulho.

DE FATO: E o Jornal de Minas, na época chamado o Diário?

LÉLIO: Nessa época, pré-64 ele tinha lá seus valores, mas era um jornal que polarizava pouco. Era um jornal muito eclesiástico. Foi importante, mas numa época bem anterior à minha.

DE FATO: E o Diário da Tarde?

LÉLIO: Já existia mas sempre desse mesmo jeito. Acho que foi um jornal que mudou pouco. Ele sempre reverberava, de alguma forma, a linha dos associados em Minas Gerais, mas nessa forma mais popular, mais superficial. Como é hoje. Não tem diferença nenhuma. E um jornal que evoluiu pouco. O Estado de Minas pode-se dizer que evoluiu alguma coisa, mas o Diário da Tarde não evoluiu nada.

DE FATO: No caso do Binômio, qual era a tiragem dele?

LÉLIO: Uns 15 mil exemplares. Era muito lido às segunda-feiras, que era o único que saía nesse dia. Tinha um espaço certo para os sindicatos, funcionários públicos, para estudantes etc. Inclusive, numa época, por volta de 1961, ele tinha até um encarte que era o jornal do DCE da Federal, o qual era distribuído junto com a edição do Binômio, chamava-se Tribuna Universitária.

ma de Assis Brasil, que garantiria completamente este negócio, para o Jango não cair... Eu lembro que um jornalista muito bem colocado na época falou: «Esse negócio não vira nada. O exército brasileiro tem raízes muito populares. É um exército diferente dos de outros países da América Latina, enquanto eles são elite».

Existia já uma pregação do golpe muito ostensiva, na grande imprensa. Os jornais conservadores praticamente pediam o golpe. Mas todo o mundo achando que o outro lado era muito forte. Até que, no dia 31 de março, o Magalhães faz um pronunciamento à nação, se rebelando contra o governo central. E no dia seguinte, 1º de abril, talvez o dia mais longo da História do Brasil, dezenas, centenas de pronunciamentos a cada minuto nas rádios, reeditando a batalha de 61, quando se garantiu a posse de João Goulart. Nessa noite, 31 de março para 1º de abril, instalaram-se duas redes de transmissões: a Rede da Legalidade, pela continuidade de Jango e a Rede da Liberdade, que era o Lacerda liderando, a favor da derrubada. Então esse dia foi um dia que a gente trabalhou o dia inteiro, até de noite, numa expectativa de ver o que estava acontecendo. De repente nós jornalistas vimos que éramos expectadores. Que havia milhões de reuniões na cidade, havia milhões de gente... pronunciamento assim: «reuniões em Agulhas Negras», «O General Amaury Kruehl vai dar apoio ao Jango»... logo vinham outras notícias que falavam que o 2º exército estava com o golpe etc. Surgiram nomes de generais que a gente nunca tinha ouvido falar. O nome do Castello Branco, por exemplo, ninguém conhecia nesse país. Aliás, é interessante notar, na época, como os nomes dos militares eram pouco conhecidos. Atrás, estava todo mundo acompanhando a renovação do Alto Comando do Exército. Alto Comando, sempre teve, mas no entanto a gente nunca sabia quem era o Alto Comando do Exército Brasileiro. Era um fato inteiramente rotineiro na vida interna do exército. E a imprensa nem noticiava. Eu pelo menos não me lembro de ter feito isso. Me lembro sim, e até achei interessante, que um analista do **Binômio** fez uma matéria, onde poucos dias antes de 31 de março, chamava atenção para esse nome: Humberto Castello Branco, pois que esses dois nomes ainda seriam ouvidos no Brasil. Para mim, isso, desse analista, foi quase profético.

A gente conhecia era o Amaury Kruehl, que era muito saúdo na época, pois era muito Janguista; o Ministro da Guerra, Assis Brasil, da casa militar do Jango; o general Osvino, da Petrobrás, mas que antes tinha sido Ministro da Guerra, também; o comandante Aragão, dos Fuzileiros Navais, que garantiria a Marinha quase toda, e mais uns poucos.

O dia 31 de março, então, foi de muitos comunicados: comunicados da Rede da Liberdade e comunicados da Rede da Legalidade. Na redação a gente preparou apenas uma cobertura de Assembléia Legislativa, pois estava havendo muitos pronunciamentos lá. Começamos uma movimentação de mandar repórteres acompanhar tropas que estavam caminhando, ouvir líderes... e no mais chegou um ponto que era expectativa. Saber quem estava ganhando e, ficamos na redação.

DE FATO: E havia torcida?

LÉLIO: Havia torcida. Eu lembro que eu mesmo durante uma fase do dia comuniquei a amigos e conhecidos, que sabiam que eu estava na imprensa, que Jango estava garantido. E chega no final do dia a gente vê que a coisa tinha acabado. E foi um pouco melancólico, porque nós tínhamos uma televisão na redação do **Diário de Minas** e ali pelas 8 ou 9 horas da noite, naquela guerra de comunicados, ocupa o vídeo, o Lacerda, Magalhães Pinto e outros, sempre conduzidos pelo Dênio Moreira, que foi o

grande arauto do golpe em Minas e inclusive se elegeu deputado com esse negócio. Então o Lacerda faz um pronunciamento que eu guardei direitinho. Com toda a eloquência, com toda aquela força verbal, ele fala: «Meus amigos, no momento que eu vi que a Rede da Legalidade estava entrevistando o Presidente da Associação dos Estudantes Baianos do Rio de Janeiro, eu falei: pronto, a guerra acabou. Nós ganhamos. Porque eu respeito muito os estudantes, respeito muito os baianos, respeito muito os cariocas, mas se eles chegaram ao ponto de entrevistar o Presidente da Associação dos Estudantes Baianos do Rio de Janeiro, é porque já não tem mais ninguém para ouvir». Naquele negócio das guerras dos comunicados, cada uma das emissoras ouvia o maior número de gente possível, de livres opiniões, de que lado estavam. Então chegou um momento que a Cadeia da Legalidade foi ouvir o presidente da Associação dos Estudantes Baianos do Rio de Janeiro. Para o Lacerda isso quiz dizer que todo mundo já estava do outro lado. Do lado deles.

Se de um lado havia a Cutal, Ligas Camponesas, Sindicatos, Julião, Favelados, Brizola, esse negócio todo, por outro, em fevereiro, março, eles tinham «Marcha da Família, com Deus pela Liberdade», «Cruzada do Terço», as mulheres, as mães, rezando em praça pública, a classe média toda: «A família que reza unida permanece unida». Todos polarizando a campanha de rua.

Nesse dia 31, eles saíram prá rua para comemorar. Toda aquela massa que estava sendo manobrada pela burguesia, pelos jornais conservadores, entrou num clima de euforia. Enquanto todos os outros entraram num clima de pânico. Mesmo pessoas como eu, que não tinham nada, que eram meros repórteres, entraram em pânico. Ninguém foi dormir em casa nesse dia, na expectativa que todo mundo podia ser preso a qualquer hora. E aí começou a caça às bruxas. De repente a Penitenciária de Neves ficou cheia. Vários colegas de jornal foram presos. E o grande drama foi no dia seguinte. Que fazer? Eu lembro que eu era roteirista do **Diário de Minas**, cheguei no jornal e não sabia o que fazer. Mandar os repórteres cobrir o que? Ouvir quem? Todo o pessoal que conduzia os fatos sociais estavam presos, foragidos, escondidos...

DE FATO: Isso da noite pro dia...

LÉLIO: Da noite pro dia. No dia seguinte, eu, profissionalmente, não sabia mais o que fazer. Peguei uma folha em branco, coloquei na máquina, mas não sabia distribuir matéria prá ninguém. Foi assim um corte visceral. O **Binômio** foi fechado nesse mesmo dia. O **Diário de Minas** mudou radicalmente a sua linha. E ninguém sabia mais o que fazer no Jornal.

DE FATO: No Diário de Minas, a linha foi mudada com o afastamento dos redatores, editores?

LÉLIO: Sim. Muitos deles foram afastados aos poucos. Eu fiquei ainda mais um pouco. Nessa época eu trabalhava no **DM** e **JB**. Depois fiquei só no **JB**. Houve uma perseguição desse pessoal com a prisão de pessoas que faziam esse tipo de cobertura. Era simplesmente um clima de guerra civil. De um lado o pessoal que ganhou a guerra civil, perseguindo todo o lado oponente. Isso aí já era acintoso demais. Foi aí que eu senti que nesse dia 1º de abril de 1964, a imprensa brasileira perdeu a sua liberdade. O **Correio da Manhã** que até o dia 31 de março era o grande arauto da derrubada do Jango, dois três, quatro, de abril, já estava contra o governo militar. Então quer dizer, dois dias depois, ainda havia um clima de liberdade de imprensa. Talvez pudéssemos dizer isso «entre aspas»: alguns órgãos, mais fortes, que não viviam de seus profissionais, que viviam muito mais recostados na sua história liberal, es-



«Comício do Brizola», Secretaria de Saúde, 25 de fevereiro de 1964



«Comício do Brizola»



Brizola no comício que não houve

ses aí se arvoraram em falar alguma coisa. Foi o caso típico do **Correio da Manhã**, que teve uma posição digna. Eu lembro que no auge dos desmandos, prá época, da caça às bruxas, que prá hoje não é nada, o **Correio da Manhã**, que se esgotava nas bancas, estampa na primeira página uma foto imensa do Castello Branco, com a faixa presidencial, só com essa legenda: «Marechal Humberto Castello Branco, de Macejana - Ceará». Só isso, prá mostrar em que ponto nós tínhamos chegado, usando uma foto típica de ditador latino americano.

DE FATO: Concretamente, no caso do Diário de Minas, quantas pessoas e que cargo ocupavam, foram mandadas embora, ou presas?

LÉLIO: O principal problema não eram as prisões e sim as intimidações, o Inquerito Policial Militar: Antiga-mente ninguém conhecia essa figura, ninguém falava em IPM. De repente

isso aí pegou... era uma coisa rotineira, que até então quando chegava, era para algum caso de corrupção nas Forças Armadas, na Polícia Militar, do Exército, e só. De fato houve muitos presos, claro que houve, mas talvez menos do que se esperasse. Agora quase todo mundo foi envolvido em IPM, ou como indiciados já ou como testemunha, cujo depoimento poderia torná-lo em indiciado. Eu por exemplo respondi a uns três ou quatro. Então esse IPM era um pavor danado. Isso aí é que era a atemorização e que foi o crescer disso que está aí. Eles não estavam mobilizados, aparelhados, nada disso. Ouviam até cortêsmente. Mas prá época isso dava um pânico muito grande, porque nossa geração não tinha muita experiência do que fosse prisão política. Quase todo mundo era fichado no DOPS. Mas ninguém quase era preso. Em 64 eles pegavam os que eram fichados.

DE FATO: Quer dizer que a censura só veio bem na frente? Anos depois?



Mais Brizola



As classes médias se mobilizam para apoiar a direita

LÉLIO: Em 68. Nessa primeira fase o golpe não trouxe a censura para dentro das redações. Mas eles enchiam o saco. O Calazans, que era chefe da sucursal daqui e já faleceu, várias vezes foi chamado à ID4 para dar explicações, intimidações, e coisa assim. Iam às vezes, gente do exército, vasculhar as redações... Mas a figura do censor, não. Havia uma movimentação social muito grande, de repente um lado ganha, não se pode falar mais dela. Mesmo porque movimentação já não tinha mais e o sujeito tinha medo do IPM. Você já estava fichado antes, então era afastado.

DE FATO: Os patrões chegaram a fazer algum tipo de represália? Mandar funcionário embora?

LÉLIO: No Diário de Minas quase todo o mundo foi embora, aos poucos. Não houve demissão em massa, não. Nessa época houve acontecimentos muito tristes. Colegas, companheiros que conviviam com você... Foi nessa

época que surgiu a figura do **dedo duro**. Exatamente em 64 nasceu essa linguagem. Era uma figura de linguagem inexistente no vocabulário. De repente pessoas começaram a ser presas por denúncias de alguém. Esse alguém era o **dedo duro**. Tinha pessoas que conviviam com você no dia-a-dia, e você achava que era até amigo do sujeito. Às vezes você tinha até defendido esse sujeito. Pessoas que tecnicamente e profissionalmente eram fracas, mas em termos de vida necessitavam do emprego. Você então defendia essa pessoa em termos de companheirismo, solidariedade, de sobrevivência familiar. Passado o negócio, ele para ficar do lado mais forte, ou até ideologicamente, não sei... Então começamos a sentir esse problema na carne. Na hora que você ia responder o IPM eles te davam fatos completamente torcidos, que eram fruto de denúncias de companheiros. Mas isso aconteceu em todas as áreas, não foi só dentro da imprensa, não.

DE FATO: Como eram conduzidos esses IPMs?

LÉLIO: Havia muita inexperiência dos próprios condutores dos inquiridos. Eles pegavam peças que não tinham nada demais e usavam para incriminar as pessoas. Eu lembro por exemplo, que tinha gente, na época, com acusação de que fazia parte de um complot para envenenar a água de Belo Horizonte. Em vários incursos de IPMs consta isso. Ora, você vê que envenenar a água de Belo Horizonte implica em envenenar a sua própria água, da família toda. O sujeito mesmo ia morrer. Isso consta em alguns IPMs. Havia muitas coisas desse tipo. Pegavam um papel na sua gaveta, que não tinha nada demais, que todo mundo tinha, mas só porque você tinha sido denunciado por alguém, eles faziam ligações do papel com uma porção de coisas.

DE FATO: Quais eram os limites desse tipo de ideário de liberdade de expressão na época? Era liberdade de expressão efetiva? Como você vê isso à luz de toda a sua experiência jornalística? Que sentido tinha essa liberdade de expressão?

LÉLIO: Eu acho que dentro do conceito de liberdade de expressão burguesa, havia liberdade de expressão. Havia jornais de várias tendências e podia se falar. Um certo pluralismo ideológico, político, ou o que seja. Havia jornais comunistas, socialistas, conservadores, progressistas. Havia «Novos Rumos», «Binômio», «Brasil Urgente», dezenas de publicações. Quer dizer, não havia nenhum tipo de controle, salvo aquele controle convencional, da própria sociedade burguesa. Controle da própria empresa que defende seus interesses.

DE FATO: Casos de prisões de repórteres fazendo coberturas eram frequentes?

LÉLIO: Não, eram episódicos. Muito episódicos. Casos como o meu, que eu relatei, eram raros. O jornalista não era preso normalmente, porque estava coberto de uma manifestação como aquela. Havia até muito respeito pelo jornalista.

DE FATO: No período pré-64 já havia boicote econômico à imprensa que representava ou dizia representar interesses populares?

LÉLIO: Eu tenho a impressão que órgãos governamentais ou ligados à administração direta ou indireta do Estado não veiculavam publicidade no Binômio. Ele tinha aí publicidade da Bemoreira, Ingleza Levy etc. Já o Brasil Urgente, não: por falta de interesse mesmo dos mídias; um pouco de medo das empresas de anunciarem num jornal daquele tipo, ou talvez porque fosse um dos pioneiros desse tipo de imprensa que se vê hoje, que é o Movimento, Em tempo, foi o Opinião, até na forma tabloide, jornal com pouca publicidade, muito texto. Eles não anunciavam, dentro do ponto de vista dos mídias, porque o jornal defendia interesses completamente opostos aos anunciantes. Então eles jamais iam anunciar lá.

DE FATO: Você não acha que a liberdade de expressão era limitada pela própria natureza da empresa jornalística, que exige um capital volumoso pra ser feita? Não é qualquer núcleo de trabalhadores, despojados dos meios de produção, de máquinas, do edifício, do papel etc, que pode fazer seu jornal. A liberdade de expressão nesse caso tem um limite pela própria natureza capitalista da organização da imprensa.

LÉLIO: É uma liberdade de expressão burguesa das classes que dominam os meios de produção cultural e intelectual. Sempre vendiam o produto como vendiam qualquer outro. Quando a gente fala assim de liberdade de expressão, a gente tem de deixar bem claro o conceito que se tem, que é

liberdade de expressão de uma determinada classe.

DE FATO: Dos jornais de fora quais o que tinham mais influência aqui, antes do movimento militar de 64?

LÉLIO: Vendia-se muito menos a imprensa carioca e paulista do que hoje. O Jornal do Brasil não tinha essa penetração que tem hoje de jeito nenhum. O mineiro lia mesmo era o Binômio, Estado de Minas, Diário de Minas etc. A imprensa carioca e paulista era inteiramente episódica aqui. Os próprios jornalistas liam por obrigação: alguns que eram famosos liam o JB. Os caras de belo texto, sempre entravam na redação com o JB debaixo do braço. Eram vistos como um cara, assim bastante alto na carreira jornalística.

DE FATO: A nível da forma jornalística como eram os jornais?

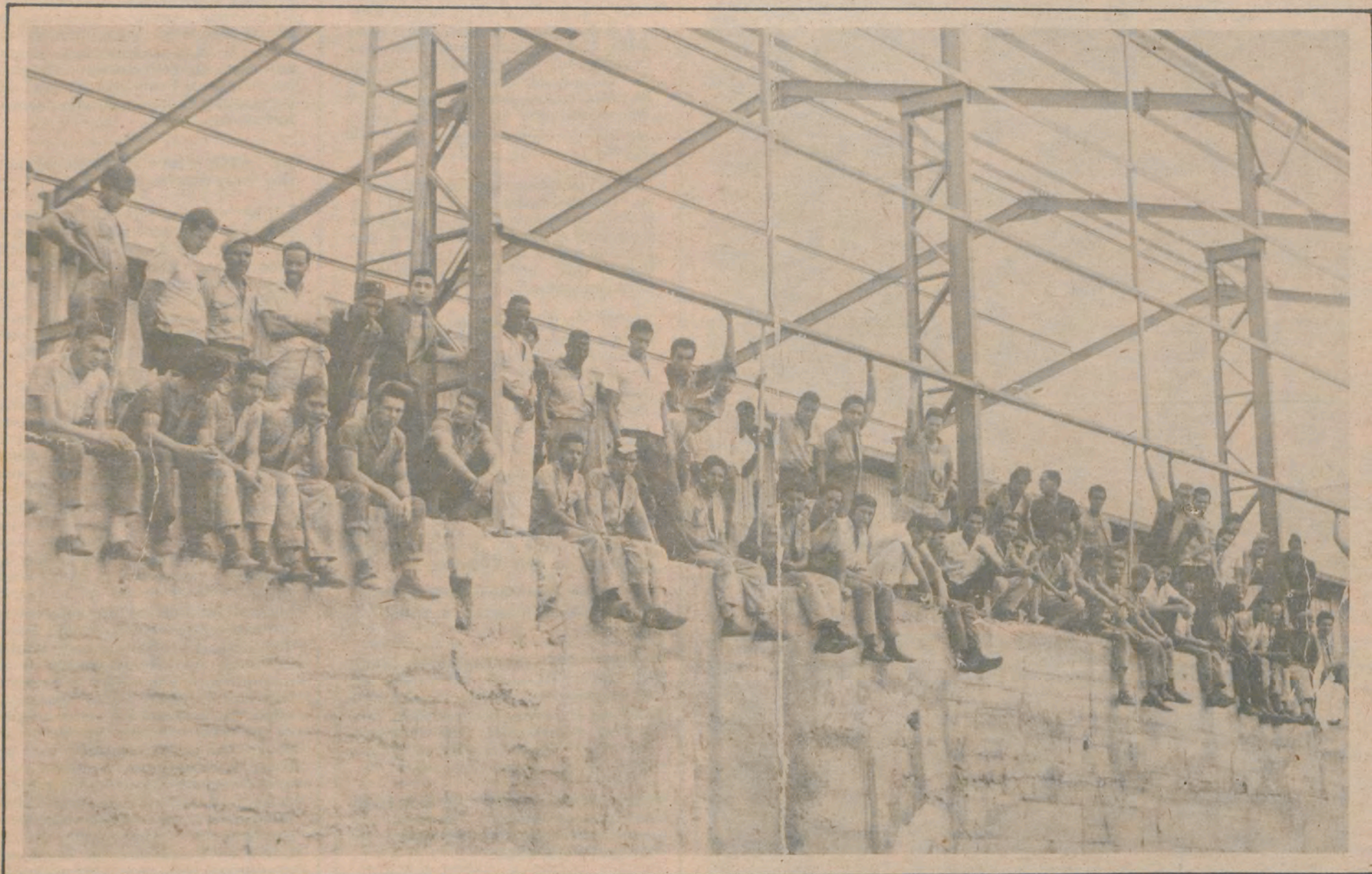
LÉLIO: A forma está muito ligada ao conteúdo. Um conteúdo que vai sendo denso, rico, dinâmico, vai pedindo uma forma densa, rica e dinâmica. A imprensa batalhando coisas bastante dinâmicas em termos de protesto social, gerou uma forma também dinâmica. Havia riqueza cultural no país, muito despertar cultural. Era a época do CPC da UNE, por exemplo, e o Brasil estava redescobindo sua cultura popular. Tudo isso refletia na imprensa. Fora um ou outro jornal mais conservador, os outros como o Diário de Minas, Binômio, Correio de Minas, eram jornais muito vibrantes. Grandes manchetes, grandes títulos, bem feitos. Acompanhando o despertar da época.

DE FATO: O humor, como era na época?

LÉLIO: Toda época que não tem repressão você é mais humorado. Quando a situação é outra, você arranja um outro tipo de humor, mas é um humor negro. Um humor que responde a uma opressão. Todas essas piadinhas que se fazem hoje com a figura de um general é um tipo de humor negro. Um humor de quem está por baixo, que conta uma piadinha baixinho. Na época não. Era uma época de euforia, o texto era despojado, bem humorado, irreverente. Numa charge daquela época você podia ironizar qualquer Presidente da República. Como você pode hoje fazer uma charge sobre o Geisel? Contra um Governador? Hoje você não pode, que é incurso na Lei de Segurança Nacional, na hora. Na época ninguém conhecia Lei de Segurança Nacional. Quanto mais um jornal tem liberdade, mais bem humorado ele é. A grande imprensa, o JB mesmo, depois que a censura caiu é bem mais humorado. Pelo menos na charge. Compare as charges de agora com as do tempo de Médici. A Última Hora então, era um jornal bem humoradíssimo, tinha o Ponte Preta... Quanto mais repressão mais mal humorado o jornal é. O Movimento é carrancudo, mal humorado, não é só por outras coisas, não. É sobretudo por essa condicionante.

DE FATO: Conta aí sua demissão por telex.

LÉLIO: Eu estava no JB, na sucursal daqui. Um ou dois meses depois do golpe, o telex toca e registra sumariamente três ou quatro linhas, para o João Batista, chefe da Sucursal: «Mandar embora hoje o sr. Lélío Santos». No mesmo telex ele pedia a demissão de mais outros dois companheiros. Depois nós viemos a saber que foi a partir de uma denúncia da ID4 ao JB. O Nascimento Brito, dono do jornal, não quis nem saber, me mandou embora. E esta denúncia tinha sido feita por um colega nosso do Diário de Minas e do Jornal do Brasil. Isso mostra um pouco o clima de convivência da imprensa, nesse caso do JB, com o movimento de 64. Fui demitido no mesmo dia, sem explicações.



Na Cidade Industrial,
as fábricas param:

“NOSSO LIDER É A FOME”

Foram quase dez dias de greve, em abril de 1968. Quinze mil trabalhadores, em Contagem, reivindicam o «fim do arrocho» e exigem aumento salarial de 25%. O Ministro do Trabalho, na época Jarbas Passarinho, vem a Beagá para negociar diretamente com os grevistas, mas sem resultado. A Polícia Militar ocupa a Cidade Industrial e desarticula o movimento. Resultado: 10% de aumento salarial «fora de prazo» e a disposição para uma nova greve, que veio a ocorrer em outubro, dessa vez prontamente desmobilizada pela ação repressiva. Sindicato fechado, líderes presos. Passo a passo, a história dessas duas greves está nessa reportagem, baseada nas seguintes fontes: depoimentos atuais de alguns personagens, como vários grevistas, e o delegado Regional do Trabalho, Onésimo Vianna; noticiário de jornais da grande imprensa da época; e a pesquisa do sociólogo Francisco Weffort, publicada pelo CEBRAP, sob o título «Participação e Conflito Industrial: Contagem e Osasco, 1968». Os participantes das greves entrevistados insistiram para que seus nomes não fossem divulgados, por razões mais ou menos óbvias.

Desde o início do ano de 68 a situação já se mostrava caótica para o operariado. Com o salário arrochado, o problema era a alimentação, a própria sobrevivência. Era muito comum os operários se reunirem na hora do almoço para comer juntos, batendo papo, mas no começo de 68, notava-se que eles começavam a se separar, escondendo-se para almoçar. Era porque tinham vergonha de abrir as marmitas na vista dos companheiros, e eles notarem que só tinha angú. Então cada um comia no seu canto, sozinho.

As condições de trabalho eram precaríssimas, choviam denúncias. Nem sequer o mínimo estabelecido pelas leis era observado pelos patrões. Por exemplo, o leite não era distribuído aos operários que, por força das condições insalubres de seus serviços, tinham direito a ele. A vigilância era extrema, na Belgo-Mineira quase nem se podia ir ao banheiro. Havia muito acidente de trabalho por falta de segurança, e a dispensa dos acidentados quando voltavam da licença médica: um operário teve um olho furado por um arame que se quebrou na máquina, e quando retornou ao trabalho um mês depois, foi despedido. tudo isso causava muita revolta.

O movimento operário em Belo Horizonte e Contagem recomeçou a organizar-se, após 1964, praticamente junto com a movimentação para as eleições do Sindicato dos Metalúrgicos. As lideranças que tinham ficado quietas depois de 64 voltaram, lançando uma chapa de oposição liderada pelo Ênio Seabra. Aproveitou-se a

campanha eleitoral para organizar o movimento operário em BH e Contagem. O descontentamento era geral e profundo, e a oposição obteve votação maciça; a plataforma de luta contra o arrocho salarial era também contra os pelegos e pela defesa dos direitos dos trabalhadores. Eleito, Ênio Seabra teve seus direitos políticos cassados por dez anos, mas permaneceu como o líder de fato do movimento operário: em termos reais era o presidente do sindicato, em termos legais, não.

A greve de abril iniciou-se espontaneamente na Belgo-Mineira, mas logo foi assumida pela diretoria do Sindicato e pelas lideranças reais e significativas dos metalúrgicos em Belo Horizonte e Contagem. A forma de luta adotada ocupação da fábrica e expulsão dos donos e diretores, foi bastante avançada na época, e o objetivo, claramente principal, era o aumento salarial. Foi o primeiro movimento grevista que, na prática, furou o arrocho salarial, ao conseguir para si e para os trabalhadores brasileiros em geral, o abono de 10%. Na época ocupava o Ministério do Trabalho o coronel Jarbas Passarinho.

**Contra o arrocho,
1600 operários abrem
greve na Belgo-Mineira**

A greve começou a 16 de abril na seção de trefilaria da Belgo-Mineira, fora dos marcos do sindicato. O Presi-

dente do Sindicato dos Metalúrgicos declara-se surpreendido, pois o movimento começara «sem que ninguém soubesse de nada».

As sete horas da manhã, os operários ocupam a empresa, e de imediato criam a organização que deveria ampliar a greve e mantê-la por uma semana. Elegem uma comissão de 25 membros que assume a tarefa de representá-los no diálogo com os diretores da Belgo, alguns dos quais ficaram detidos na fábrica.

Na primeira reunião, os patrões propõem um aumento de 10%, que os operários recusam reivindicando 25% sobre o salário corrente, mais o mesmo percentual sobre as horas de trabalho noturno. Estabelecido o impasse, os diretores rompem o diálogo com a Comissão dos operários. O Presidente do Sindicato é chamado para servir de mediador entre as partes. Faz-se uma segunda reunião que termina também sem qualquer resultado.

O movimento, decidido a continuar, retoma sua tarefa organizatória e estabelece grupos encarregados de manter disciplina — uma das medidas iniciais é a proibição de entrada de bebidas alcóolicas na fábrica. À tarde, o representante da Delegacia Regional do Trabalho, aparece para uma visita aos diretores e surge, entre os operários, um temor de invasão policial da empresa. Decidem então organizar grupos de segurança. No fim do dia, já organizados em suas comissões de representação, de disciplina e de segurança, os operários grevistas permitem a entrada na fábrica dos trabalhadores do segundo turno, e conquistam-nos para a greve e a ocupação da empresa. No dia seguinte, a Delegacia Regional do Trabalho define a greve como ilegal. Diante disso, os operários decidem abandonar a ocupação e dirigem-se ao Sindicato. As 18 horas, a Polícia Militar ocupa a empresa.

Na fábrica S.B.E., 300 operários aderem: «nosso líder é a fome»

Às treze horas, cerca de trezentos empregados da Sociedade Brasileira de Eletrificação, S.B.E., localizada na cidade industrial, entraram em greve de solidariedade aos trabalhadores da Belgo. Lacraram os portões da S.B.E. e permaneceram no seu interior mais de duzentos operários. Os grevistas afirmaram que os baixos salários que ganham, Cr\$ 120,00 e Cr\$ 170,00 novos, «não permite que nossos filhos vivam dignamente, e não é possível suportar mais ver os nossos filhos passarem fome». Afirmaram que não visam protestar exclusivamente contra a empresa, mas também contra a política de arrocho. Disseram que não sabem da existência de leis que proíbem greves, porque «as leis devem basear-se em fatos e se elas não estão mais atendendo nossas necessidades, é preciso mudá-las». Afirmaram que «nosso líder é a fome». O Ministro Jarbas Passarinho é esperado em Belo Horizonte para manter contatos com os grevistas.

A S.B.E. com cerca de 500 operários, fazia a primeira greve de sua existência como empresa e a inexperiência não deixou de ter alguma influência em algumas das ações iniciais. Do mesmo modo que a greve da Belgo-Mineira, foi também um ato de espontaneidade operária. Em realidade, quase uma explosão do mal-estar que lavrava desde há algum tempo na empresa. Não teria havido nenhuma reunião formal para programar a greve que praticamente foi decidida no mesmo momento mesmo de sua eclosão. Diferentemente do que ocorreu na Belgo, aqui os operários não conseguiram organizar-se de imediato. As primeiras tentativas de formar uma comissão não chegaram a nenhum resultado, pois as primeiras comissões propostas foram rechaçadas pela maioria e chegou a criar-se

um ambiente de confusão. Finalmente alguns operários asusmiram a liderança e foram acatados. A reivindicação era também de 25% de aumento, mas os grevistas acrescentaram um protesto contra a lei de salários e uma manifestação de solidariedade aos trabalhadores da Belgo-Mineira. Os operários da S.B.E. também dirigiram-se a um sindicato, como os operários da Belgo-Mineira haviam feito. Desta vez, porém, foram ao Sindicato dos Bancários, pois os operários da Belgo já haviam praticamente ocupado o dos metalúrgicos.

O Ministro Passarinho adverte: «Querem derrubar o governo»

A esta altura, o movimento ameaçou expandir-se e durar mais do que se supunha inicialmente. Tendo fracassado todas as tentativas de conciliação a nível local, começava a afetar o governo federal. O Ministro Jarbas Passarinho, do Trabalho, dirige um apelo aos Sindicatos:

«Em Belo Horizonte, sem cumprir qualquer dos requisitos legais e superando os próprios sindicatos, grupos provocadores fecharam a trefilaria da Belgo Mineira, ocuparam esta seção da siderúrgica e mantiveram presos engenheiros da empresa sob o pretexto de obter um imediato aumento de salário. Depois de haverem concordado em desocupar a empresa, voltaram-se no sentido de obter o apoio dos trabalhadores de outras empresas situadas na chamada Cidade Industrial. Os boletins distribuídos falam em derrubar o governo e na formação de grupos de cinco para controlar as unidades das fábricas. Não se trata, pois, de movimento justificado ou legal ou tolerável, mas de pura e simples agitação. Apelo

então para os líderes sindicais sobre os quais jamais exerci pressão até aqui. Eles devem mostrar aos trabalhadores o perigo das medidas adotadas por aqueles que tentam envolvê-los hoje na Cidade Industrial, todas fora da lei, todas com o claríssimo objetivo de provocar a violência das autoridades que devem manter a ordem de qualquer forma.

Indicando sua intenção de dirigir-se à capital mineira, anuñciou o ministro do Trabalho:

«Farei em Belo Horizonte todos os entendimentos necessários, disposto a dialogar ainda mesmo com aqueles que se utilizaram de processos equivocados para realizar seu protesto, mas determinado, decididamente determinado, a fazer cumprir a lei em benefício desta Nação».

O governo faz ameaças: «Não queremos fabricar cadáveres»

As primeiras tentativas de organização geral da greve apareceram em 20 de abril, um dia depois da adesão da S.B.E. e da primeira manifestação do Ministro. Ocorrem na primeira assembléia dos grevistas, pouco depois da entrada de mais uma empresa no movimento, a Mannesmann, cerca de 4 500 empregados. Enio Seabra, o presidente do sindicato, era dessa empresa. A Assembléia, reunida pouco depois dessa adesão, decide a formação de uma Comissão de Greve e de piquetes, cuja missão seria a de tentar ampliar o movimento. Seabra é designado Presidente da Comissão.

Assim, quando o Ministro do Trabalho chega a Belo Horizonte, na manhã do dia 20, a greve já se havia estendido a três empresas e atingia cerca de 5 mil trabalhadores. O Minis-

tro dirigiu-se à diretoria do Sindicato buscando iniciar os entendimentos. Imediatamente após, Passarinho tratou de falar diretamente aos trabalhadores reunidos em Assembléia. Enfatizou sua intenção do diálogo e tentou esclarecer a posição do governo em relação à política salarial, mas assinou igualmente o caráter ilegal do movimento e as implicações políticas deste fato. Disse Passarinho:

«Se as condições se agravarem, passando para a provocação e o desafio, vai haver luta e perderá quem tiver menos força, embora não queiramos fabricar e nem nos transformarmos em cadáveres porque há muita gente interessada em transformar operários em carga de canhão, iniciando uma contra-revolução, que saberemos enfrentar com as mesmas armas».

Suas declarações não impressionaram favoravelmente a Assembléia. Os trabalhadores viram ameaças nas considerações do Ministro que extrapolavam os aspectos políticos da situação e chegavam a caracterizar a greve como o começo de um movimento de derrubada do regime. Segundo descrição de jornais, da época, «os operários apartearam o Ministro do Trabalho por várias vezes, reafirmando que seu movimento é autêntico e espontâneo, não estando ligado a qualquer grupo, tendo alguns declarado que as explicações do Ministro foram recebidas como ameaça do governo, quando fala em armas, força, contra-revolução e pessoas interessadas em virar a mesa».

Por outro lado, os trabalhadores não aceitaram suas explicações para o atraso na reformulação da política salarial e chegaram a vaiá-lo quando disse que a nova lei em andamento no Congresso — que ele assegurava que viria no máximo até junho — possibilitaria «um aumento imediato de salários da ordem de 6 a 8%».

Quase dez anos depois, um grevista lembra a fala do Ministro

«A atmosfera política era bem diferente de hoje, é até difícil de explicar. As prisões, por exemplo, eram só para intimidar, algumas horas depois soltavam. O encontro com o Ministro Passarinho foi uma baderna no Sindicato. Foi na base de ataques pessoais, ele atacando o trabalhador, nós mostrando que o problema era a marmitta vazia. Ele dizia que era demagogia, que havia entre nós elementos com relógio de ouro no braço. Ora, o operário precisa comer e precisa também do relógio para marcar hora pro serviço. O Passarinho bateu na mesa gritando que a gente queria sangue, mas não haveria sangue porque havia um exército forte e organizado. Que a revolução de 64 tinha partido de Minas e que não partiria daqui a contra revolução. No outro dia, ele foi para a TV procurar o diálogo.»

Os grevistas recusam 10% de aumento. Mais dez fábricas aderem.

Os atores principais do processo — de um lado, a massa de trabalhadores, de outro o governo — delinearam suas posições tão claramente quanto podiam no cenário emprestado pelo Sindicato para o encontro. O poder de barganha com o qual podiam contar os trabalhadores para o diálogo era o que resultava da expansão da própria greve. Os que estavam na Assembléia mantinham expectativa de que alguns milhares mais se juntassem à greve, movidos pelos mesmos sentimentos de insatisfação que os tinham



Piquete na greve de abril

conduzido à incitá-la. E de fato a greve deveria se ampliar mais no dia 21, com a adesão de três outras empresas, a RCA Victor, a Demisa, e a Industam, além dos 2 300 operários das demais seções da Belgo-Mineira.

Eram poucos os passos que separavam o governo da tentativa do diálogo direto com a massa da decisão de reprimir o movimento. No mesmo dia, o Ministro anuncia a preparação de uma proposta de conciliação que acompanha da seguinte afirmação: «A recusa da proposta significa declaração de guerra». Para o governo, eram estes os limites do jogo. Não sem motivo, os operários haviam sentido um tom de ameaça nas declarações oficiais feitas à Assembléia, na véspera.

A proposta oficial, apresentada modificava um pouco a proposta feita pela diretoria da Belgo-Mineira no início da greve. Oferecia também um

abono de emergência de 10%, mas acrescentava que este aumento não seria deduzido no próximo reajustamento de salários. Esta concessão de um aumento de salários «fora de prazo», significava já uma primeira fissura na política vigente de compressão salarial, mas parecia ser também o limite que se permitiria o governo na situação que o governo o colocara. A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos opina favoravelmente à proposta. A Assembléia dos operários a rechaça. O impasse persistia.

A greve amplia-se ainda mais no dia 22 de abril, que foi o seu momento mais alto. Mais dez empresas aderiam, já agora como resultado da ação organizada dos piquetes, formados principalmente por operários da Belgo-Mineira e da S.B.E., que assim defendiam seu título de linha de frente do movimento. As novas adesões

vêm da Simel (800 operários), Metalúrgica Belo Horizonte (800), Metalúrgica Triângulo (650), Pollig Heckel (500), Minas Ferro (500) Mafersa (360) e quatro outras empresas menores.

Nesse dia, a Assembléia toma novas medidas que buscam organizar a espontaneidade do movimento. Decide ampliar a Comissão de Greve, mas agora em bases diferentes da anterior, pois incluindo representantes de todas as novas fábricas paralisadas. As diretorias de metalúrgicos e bancários trataram também de buscar a ajuda que podiam na estrutura sindical oficial e começaram a desenvolver contatos em outros estados do país. De novo, porém, os esforços de organização chegam atrasados. As decisões que o governo tomara depois da recusa dos trabalhadores à sua proposta não darão tempo a que esta reorganização da greve chegue a apresentar resultados.

A Polícia Militar ocupa Contagem. É o começo do fim.

No dia 23 de abril, o Ministro Passarinho fala aos trabalhadores e a toda a população, utilizando uma cadeia de rádio e televisão. Reafirma a decisão do governo em conceder o abono de emergência, mas reafirma também a ilegalidade da greve «e suas possíveis conseqüências». Era o começo da «guerra». Era também o começo do fim para o movimento grevista. Em obediência a estas determinações, a Polícia Militar passa a ocupar a Cidade Industrial, proíbe as Assembléias, a distribuição de boletins e os ajuntamentos de rua. Desarticulam-se assim os meios difusos de comunicação, que eram os decisivos, senão os únicos disponíveis para a articulação do movimento. Ao lado da presença policial, algumas empresas desencadeiam seus próprios mecanismos repressivos e enviam representantes à casa dos operários, chamando-os à volta ao trabalho sob a ameaça de demissão.

Num informe enviado ao general Jaime Portela, chefe da Casa Militar da Presidência da República, Passarinho relata: «Particpei até alta noite de reunião na área da segurança estadual e federal, combinando a atuação de hoje, a fim de darmos total garantia à retomada do trabalho pelos que não desejassem continuar a greve, oficialmente declarada ilegal. A Cidade Industrial hoje começa a responder muito bem às providências. A Trefilaria da Belgo-Mineira, onde começou o movimento, já está funcionando parcialmente. Idem, a Mannesmann, Monlevade, cuja adesão à greve era importantíssima, voltou à normalidade hoje».

O movimento foi dissolvendo-se aos poucos, à medida que os operários, agora completamente isolados, foram retornando ao trabalho. Alguns dias depois a Cidade Industrial já havia restabelecido plenamente suas atividades. Terminara a Greve de Abril, com uma vitória parcial: o aumento «fora de prazo» de 10% no salário dos trabalhadores.



Jarbas Passarinho perante a assembléia dos trabalhadores. Entre as autoridades assentadas, está o dr. Onésimo Vianna, de óculos escuros

Nove anos depois, o dr. Onésimo revela o motivo da intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos:

“A greve era política”

DE FATO: O Sr. poderia dizer quais foram as razões da greve de abril e a atitude dessa Delegacia diante dela?

Vianna—As razões do movimento eu francamente não tenho condições de definir no momento. Posso informar que houve a participação da Delegacia, promovendo reuniões entre empregados e empregadores, objetivando sempre encontrar soluções harmoniosas que pudessem dar fim ao movimento grevista. Entretanto o que deu término àquele movimento foi a presença em BH, do ex-Ministro do Trabalho, senador Jarbas Passarinho, que dialogou com os trabalhadores em greve. Ele participou de uma assembléia no Sindicato dos Metalúrgicos e expôs a filosofia do Ministério do Trabalho e, inclusive, dali surgiu aquela providência conhecida de todos, em que o Ministro, através de ato presidencial, concedeu um aumento geral a todos os trabalhadores brasileiros da ordem de 10%. Este ato pôs término a esse movimento. Foi bem

compreendido por todas as categorias profissionais e econômicas e a Delegacia teve participação efetiva, porque inclusive nós parlamentamos com os grevistas dentro da própria Belgo-Mineira, na época. Os trabalhadores nos receberam com a maior dignidade e nós tivemos oportunidade de falar a todos os trabalhadores da trefilaria da Belgo e fomos ouvidos em absoluto silêncio. Depois dessa minha palavra tivemos a satisfação de, à tarde desse mesmo dia, as portas da fábrica foram abertas, os trabalhadores saíram e logo após houve o término da greve.

DE FATO — O Sr. considera que o abono de 10% concedido no mês de abril, e portanto num mês que não correspondia ao período de campanha salarial, foi uma conquista dos trabalhadores ou uma concessão feita pelo governo?

Vianna — Não. Eu acredito que o Governo, através do Ministro Passarinho, admitiu essa possibilidade. Os

trabalhadores pretendiam aumento salarial e o governo naturalmente aceitou as argumentações dos trabalhadores e deu aquele 10% que na época foi chamado de «afrocho salarial». O próprio Ministro Passarinho é que deu esse nome à medida. De modo que todas as duas partes satisfizeram afinal as suas vontades.

DE FATO — No encontro que o Ministro teve com os trabalhadores, ele teria dito aos trabalhadores que eles queriam um morto. O que o Sr. pode nos dizer a respeito disto?

Vianna — Nada. Eu não presenciei nenhum ato dessa natureza e não me recordo de ter havido pronunciamento nesse sentido.

DE FATO — A respeito da segunda greve, cuja conseqüência foi a intervenção no Sindicato dos Metalúrgicos de BH-Contagem, feita pelo Ministério do Trabalho, perguntaria ao Sr. Duas coisas:

● essas greves eram greves legítimas, segundo os trabalhadores as viam;

● ou eram greves ilegítimas e se a intervenção teve alguma razão que possa ser considerada justa?

Vianna — Essas intervenções ocorreram há quase dez anos. O que eu posso dizer é que essas intervenções se processaram mais por situações geradas por movimentos de natureza

política, o que é vedado às entidades sindicais. Não é por motivo de reivindicações que nós fazemos intervenção. A maior parte das intervenções têm sido ocasionadas por dilapidação de bens do sindicato. Basta dizer que atualmente no país nós temos aproximadamente 7 mil sindicatos de trabalhadores e somente existem 7 intervenções em todo o país. Essas foram efetuadas por motivo de malversação dos bens das entidades sindicais, e essas intervenções se fizeram de maneira supletiva atendendo a pedidos dos próprios associados das entidades sindicais. Naquela época havia inclusive algumas greves de solidariedade que são greves absolutamente proibidas conforme a Legislação do Trabalho.

DE FATO — No caso do Sindicato dos Metalúrgicos de BH-Contagem a intervenção não se deu por motivo de malversação de fundos. A intervenção foi decretada por que?

Vianna — Embora nós estivéssemos feito levantamentos de ordem contábil no Sindicato, a verdade é que a intervenção se processou lá porque a greve foi definida ou enquadrada como uma greve política.

DE FATO — Se fosse uma greve feita por razões salariais a intervenção teria ocorrido ou a greve por si mesma já é considerada um fato político que basta para gerar a intervenção?

«O AI-5 para os operários começou em outubro»

Um dos milhares de grevistas presta seu depoimento ao De Fato

Depois da greve de abril, as fábricas começaram a se «limpar», sem dizer que era repressão. Na Belgo-Mineira, estava sendo implantado o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço. As fábricas ofereciam acordos de seis, sete, oito mil cruzeiros aos operários e os recontratava pelo fundo, perdendo eles a estabilidade. O operário via a oportunidade de construir seu barracão com aquele dinheiro todo junto, e acabava aceitando. Fizeram muito isso. No 1º de Maio é que se decidiu fazer a greve pela campanha salarial, em outubro. Entre às duas greves, houve movimentos parciais, greves de seção na Mannesmann e na Polhig.

A segunda greve era inviável, apesar de proposta por todos. Havia um clima de confiança excessiva. Enquanto isso a Belgo combinava corrupção e repressão, subindo salários para neutralizar, recontratando alguns e outros não. Mas em toda as fábricas tinha um grupinho; o grupo do jornal **Companheiro** tinha mais liderança de massa, contava com muita gente na Belgo e Polhig e Mannesmann; o **Piquete** na SBE e na Belgo, o **1º de Maio** e **Combate**, nas fábricas menores.

A primeira assembléia, convocada para definir a reivindicação, tirou uma Comissão de Salário para comandar a greve, tirando o controle do sindicato. A grande assembléia seria no dia 29 de setembro, no dia anterior



tinha sido a assembléia dos bancários. Auditório lotado, umas 1.500 pessoas. O Ênio Seabra propôs greve, sem proclamar a data, para os patrões não saberem, mas todo mundo já sabia que era no 1º de outubro, às 7 da manhã. A esperança e a confiança dominavam.

A Comissão de Salário era composta por 11 pessoas: os sete da Cidade Industrial caíram depois sob a repressão, os outros 4 que entraram caíram fora quando começou a greve. Não havia comando único, eram dois comitês de greve, opostos. Só o pessoal do **Piquete** não foi favorável à greve.

A terça-feira amanheceu ocupada a Cidade Industrial, isso prova que os patrões sabiam a data da greve. No começo a polícia não interviu: na porta da Mafersa, por exemplo, tinha um grupo de operários e PMs batendo papo, e os boletins eram distribuídos. Hoje é que há esse aguçamento terrível, naquela época não tinha essa contradição do soldado reprimindo o operário, ou seja, sua própria classe. Quem reprimiu foi a PE, o Exército. O policiamento dos PMs era só os-

tensivo, eles tinham parentes na greve. Havia um verdadeiro QG na praça da Cemig.

No dia 1º de outubro os operários chegaram ao trabalho, bateram o ponto e não pegaram as ferramentas nem foram para seus postos de trabalho, uns dentro da fábrica, outros do lado de fora.

Com a chegada de Ênio Seabra, a Mannesmann foi parando. Não achavam que a polícia invadiria, mas a Mannesmann foi ocupada pelas tropas, até o secretário de Segurança Pública, (Joaquim Ferreira Gonçalves), entrou lá dentro. Os operários partiram para as concentrações em igrejas porque no dia 1º de outubro lacraram as portas do sindicato. O AI-5 para os operários começou em outubro.

No segundo dia de greve houve assembléia na Igreja do Eldorado. Os padres apoiavam. Os operários impossibilitados de se reunirem no sindicato utilizavam das dependências das igrejas cedidas pelos padres, que chegaram a constituir inclusive, um Comitê de Apoio. Foi estabelecido pelos comandos, um fundo de greve,

com a venda de bônus, que chegou a levantar Cr\$ 6 mil.

Mas havia dois boletins, as duas convocações dispersaram o pessoal. Tumultuou tudo e a greve não tinha tempo determinado. Havia dois locais de reunião ao mesmo tempo, tudo dividido. Um grupo marcou na Igreja da Água Branca, outro na Igreja do Bairro Inconfidentes. No 3º dia, resolveram ajuntar os comandos. Um cara chamado João de Deus avisou a polícia que os dois comandos estavam na Igreja do bairro Inconfidentes. A essas alturas a repressão tinha feito os comandos perderem contato com as bases.

Um fato engraçado: dois policiais correram atrás de um operário; um dos policiais desistiu e o outro continuou, aí o grevista olhou para trás pra ver como estava a situação e viu que só tinha um. Avaliou, viu que dava, e voltou pra cima do policial, invertendo a ordem da perseguição.

No movimento havia várias tendências políticas que se faziam representar pelos jornais: **O Companheiro**, **Combate**, **1º de Maio**, **Piquete**. Uns defendiam as palavras de ordem como: «formar grupos de cinco», «comitês de empresa» (independentes dos sindicatos), «comissão de fábricas», outros queriam grupos semiclandestinos, já num outro estágio de luta. Acontecia de as várias tendências coexistirem numa mesma fábrica, e havia muito sectarismo. Não se procurava preservar a unidade do movimento e isto teve consequências na segunda greve. Apesar de alguns operários estarem se radicalizando, a consciência política ainda era baixa. Os jornais das fábricas denunciavam condições de trabalho, segurança e terminavam assim: «por um Governo Popular», «Por um governo dos trabalhadores da cidade e do campo». Cada um tinha suas palavras de ordem, mas o «abaixo a ditadura», vinha em todos, embora uns fossem contra a ditadura dos patrões, outros contra o «imperialismo».

Vianna - Existe em vigor uma lei de greve. Evidentemente uma vez obedecida toda a tramitação que a lei determina seja cumprida e uma vez que o, processo de dissídio salarial não esteja ajuizado na Justiça, pode-se fazer o movimento mas contanto que se obedeça rigorosamente as determinações da lei. A lei de greve realmente põe dificuldades para a sua execução porque ela exige obediência a quoruns, o comparecimento da categoria para votação. Então uma greve, para ser legal, tem de obedecer rigorosamente às determinações da lei. Existe a lei de greve. Agora uma vez instaurado o processo na Justiça do Trabalho ela há que terminar, se for eclodida, porque aí ela se tornaria ilegal.

DE FATO - A partir de 74 quando começou a se falar em nova CLT, apareceram nos jornais diversas críticas, e estudos de tipo acadêmico tem sido feitos, e mesmo em pronunciamentos de líderes sindicais, no sentido de que a Legislação do Trabalho até hoje permanece inspirada na Carta del Lavoro... do governo italiano de Mussolini. E que desde 1943, quando foi promulgada, teria sofrido apenas modificações secundárias. Seu caráter essencial, conforme as críticas, seria de defender o Estado em prejuízo do trabalhador. Qual a opinião do Sr. a respeito disso?

Vianna - Não é verdade. Muitos dos objetivos da CLT foram examinados face a encíclica **Rerum Novarum**. De



A sede do sindicato ocupada

modo que foi uma Legislação absolutamente cristã, de modo que essa questão da Carta del Lavoro não existiu. O que me consta e do que eu me lembro perfeitamente é que a CLT baseou-se na Encíclica. Lembro-me de ter lido em publicações da época referências à Encíclica, na qual se basearam diversos dispositivos da CLT. Não há nenhum pensamento de vincular sindicato ao governo, absolutamente. A liderança sindical em Minas e em grande parte de nosso país debate livremente e pode postular as suas reivindicações. Desejamos

apenas que eles façam reivindicações obedecendo rigorosamente a lei. A lei existe para ser cumprida. Todos nós temos de nos ater a ela. A CLT está sendo reformulada, e reformulada sempre a favor do trabalhador. Na área de Higiene e Segurança do Trabalho estão sendo propostas penalidades altíssimas, inclusive a paralisa-

ção do trabalho caso as disposições de segurança não sejam aplicadas. Será muito mais severa para os empregadores. Todo o sentido da lei é assistir o trabalhador brasileiro. O

pensamento do governo é sobretudo o homem.

DE FATO - À época da segunda greve, quando houve intervenção, falou-se que a greve teria sido política, não porque tivesse contrariado a Legislação vigente, mas, principalmente, porque teria se tratado de uma greve organizada de forma política. Qual a opinião do Sr?

Vianna - Toda a nossa liderança sindical em Minas hoje é eficiente, é notável em seu trabalho de defender as categorias profissionais. A época de 68 eu não diria ao contrário. Mas é que havia interferências de lideranças sindicais de outros estados, o que ocasionou a intervenção nesses estabelecimentos dado ao aspecto político que as greves assumiram.

DE FATO - Na época existiu uma Intersindical. O Sr. poderia explicar o que é isso, como ela foi organizada e que trabalho ela desempenhou?

Vianna - Praticamente aqui naquele período não havia isso como não há hoje. Em São Paulo havia o Pacto de União e Ação (PUA) e havia CGT com ramificações em alguns Estados. De modo que aqui na época existia, contra a lei, pois de acordo com a Legislação Sindical não é permitida a organização de Intersindicais. Isso é contrário ao pensamento do Governo. Reuniões entre diversas categorias profissionais estão proibidas.

Dava-se importância a luta econômica, mas ao lado disso havia propaganda geral, muita agitação e pouca organização da massa operária. Agitava-se, mas não se criava consciência; se esse período fosse de organização hoje a massa não estaria nesse nível de desorientação e alienação.

A greve não tinha prazo, não tinha condições nem comando para responder: estava dividida. Uma greve de 48 horas era possível, mas como pressão. Mas a confiança era total. Só que a situação política tinha mudado, a «abertura» de Costa e Silva tinha chegado ao fim, e todo mundo achando que daí uns dias o governo ia cair... Os horários da greve não foram respeitados, a partir do 2º dia alguns já voltavam ao trabalho. A Mannesmann pegava caminhões e mandava os chefes de seção ir de casa em casa chamando, pressionando, ameaçando.

O pessoal desconfiava do sindicato, mas tudo girava em sua volta porque era aberto, podíamos ir, discutir. Ele não apoiava diretamente, mas não impedia. Acontece que também o sindicato estava dividido, não era coeso. Mas havia mobilização de fato.

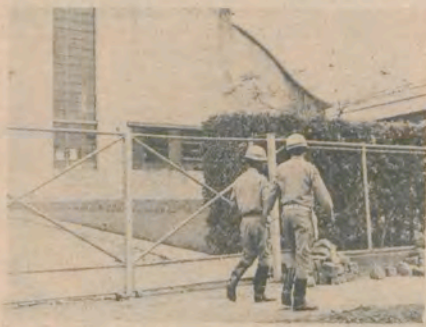
A Mannesmann e Belgo não chegaram a parar totalmente: as fábricas funcionando desgastaram o movimento acabando com o moral de quem estava fora.

Três de outubro: a prisão do comando na igreja, toda a diretoria do sindicato despedida sem direito a nada, repressão violenta, todas as lideranças demitidas em massa. Só na Mannesmann foram umas 200 de uma vez. As fábricas divulgaram entre elas uma lista negra: os que estavam nelas não conseguiam emprego. Alguns abriram botequim, outros são fotógrafos, ou são donos de pequenas oficinas.

«Em 10 minutos deixamos as fábricas às moscas»

Outro participante também dá o seu relato

O apito para o almoço, às 10 horas do dia 1º de outubro, marcaria o início do movimento: a Mannesmann entraria em greve, as outras fábricas seguiriam. A repressão já rondava as fábricas da Cidade Industrial dias antes da eclosão da greve. Em cada quarteirão estavam cinco soldados com baionetas e as rondas eram rigorosas, exigiam vários documentos, e se faltasse um, eles levavam. Foi numa dessas rondas que prenderam o Ênio Seabra, e o que aconteceu depois mostra bem o nível de mobilização. Ele foi preso na madrugada do dia 29 para 30, e ao meio dia do dia 30 já estava na fábrica por pressão dos operários: eles se reuniram e ameaçaram: «ou soltam o Ênio ou começamos a greve agora mesmo». O dr. Valdir, um dos diretores da Mannesmann saiu rapidinho e voltou com Ênio.



Outro episódio que prova o entusiasmo na época da greve é o de um menino de uns nove anos que achou uma pilha de panfletos e começou a distribuí-los na praça B, que estava cheia de soldados. Aconselhado por alguém a ir embora porque era perigoso, não se importou, dizendo que distribuía porque achava certo.

Numa das fábricas, que tinha mais de 500 operários, a paralisação aconteceu tranquilamente. Os operários saíram para o almoço, acabaram de acertar os últimos detalhes da greve, assinaram o ponto de volta, e logo que chegaram às suas respectivas seções iniciaram a paralisação, calmamente; cada um vestiu sua roupa de rua, trancou seu armário e saiu para o pátio da fábrica, onde haveria uma assembleia. Dez ou quinze minutos foram suficientes para deixar a fábrica às moscas, com apenas alguns diretores, chefes de seção e uns gatos-pingados de fura-greves, cinco no máximo.

No processo de mobilização teve grande importância o aparecimento e circulação dos chamados «jornalzinhos». Havia um, de caráter geral, abrangendo toda a categoria, que era **O Companheiro**, e vários outros, específicos para cada fábrica: **Flecha, Martete, Bodoque** etc. É bom destacar que alguns destes jornais saíram de forma mais ou menos regular, 5 ou 6 números em cinco meses, e no fundamental, foram feitos pelos próprios operários, que participavam de forma efetiva elaborando matérias, sustentando financeiramente o jornal através de coletas periódicas, seção por seção, e inclusive compraram mimeógrafo, em campanha «ao pé do ouvido» dentro da fábrica. A distribuição era feita de mão em mão dentro das fábricas, o jornal **Companheiro**, por exemplo, que tinha uma tiragem de mais de dois mil exemplares, era distribuído quase todo através do que se chamava «corrente», a própria organização dentro da fábrica. A maioria era impressa em mimeógrafo a tinta, e era justamente nessa fase de produção que contavam (e não havia outra alternativa) com o apoio e a ajuda ou dos estudantes, ou dos bancários, ou de outros setores de oposição organizados em solidariedade ao movimento grevista dos operários (clero progressista, intelectuais etc.). Os jornais entravam nas fábricas pelas maneiras mais criativas e imaginosas, dentro de marmitas, nos bolsos de um paletó vestido apenas com esta finalidade, debaixo do capote etc. No dia de distribuição do jornal na fábrica dava fila no banheiro e a repercussão era impressionante, pois tratava dos problemas mais gerais da greve em gestação mas também dos problemas específicos daque-

la fábrica, desta ou daquela seção.

Foi realizada uma longa passeata pelos operários da Pohlig Haeckel, logo depois da paralisação da fábrica. De lá eles se dirigiram em peso à Delegacia do Sindicato, aproximadamente uns dez quarteirões, conchamando espontaneamente os operários das fábricas situadas no percurso a aderirem ao movimento. Na Delegacia realizaram uma assembleia, onde além de escolherem os membros da comissão de direção, definiram uma nova passeata até a Belgo-Mineira, passando por uma subsidiária da Pohlig, agora com o objetivo explícito de ganhar mais adesão. Após novo percurso de uns quinze quarteirões a passeata foi dissolvida na Av. Amazonas pela PM. Durante a passeata a liderança realizou uma ou duas rápidas assembleias, uma delas em frente à subsidiária da Pohlig, os operários desta aderiram ao movimento, mas os da Belgo-Mineira não.

Uma versão sobre o fato da não paralisação da belgo: quando os operários da Pohlig chegaram ao portão tinha acabado de ocorrer a troca de turno (a Belgo funciona em três turnos) e o mais combativo tinha acabado de sair da fábrica, após várias tentativas frustradas de paralisação. Lideranças da Belgo afirmaram depois, que se a passeata tivesse conseguido chegar antes da troca de turno, eles teriam conseguido a paralisação.

A Greve de Outubro foi planejada a partir da experiência da Greve de Abril e logo depois do seu término. Apesar do abono dos 10% a situação salarial dos metalúrgicos continuava ruim e o descontentamento era geral. A conjuntura era de ascensão do movimento operário em geral, dentro de uma conjuntura de ascensão do movimento de oposição no país. A questão era preparar uma luta com antecedência, levando em consideração os erros e acertos da Greve de Abril e tendo como ponto de referência a data do acordo salarial da categoria: 1º de outubro.

Como não havia dívida que o problema principal da categoria era salarial e que, portanto, iria se tratar de uma luta por aumento de salários, desde já se colocava por qual aumen-

to se lutaria. Uma pesquisa na maioria das fábricas levou à conclusão de que se reivindicaria um aumento de 50% — índice que traduziria um certo atendimento das necessidades dos operários metalúrgicos e que levava em consideração a correlação de forças na época. Quanto à forma de luta, praticamente desde o início se optou pela greve.

A primeira palavra de ordem proposta, sintetizando o objetivo e a forma, foi «50% ou Greve». Posteriormente se viu que esta palavra de ordem tinha uma incorreção grave: dava à massa operária a impressão de que havia alguma chance de obtenção dos 50% através de outras formas de luta que não a greve, ou, mais precisamente, colocava duas etapas distintas: a primeira de negociação com os patrões (na linha da então diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos) de onde se esperaria alguma coisa; se não saísse os 50% então viria a segunda etapa: greve.

É claro que num contexto onde os índices de aumento salarial do arrocho estavam em torno de 18 e 19%, acreditar na obtenção de 50% na mesa de negociações, e espalhar essa crença, era uma posição errada. Adotou-se então outra palavra de ordem — «Greve pelos 50%» — que permaneceu até o final da greve. O movimento grevista foi então preparado, tendo como eixo a mobilização e organização em cada fábrica, e dentro desta, mobilização e organização em cada seção. Não se deixou de utilizar o sindicato, inclusive participando das assembleias de forma ativa e organizada, mas sem contar nem depender da diretoria.

O movimento grevista dispensou o tradicional piquete, grupo de operários que ficam em frente às fábricas para impedir a entrada de seus companheiros e conseguir sua adesão à greve. A decisão da greve era tomada numa mini-assembleia da categoria, então se formavam comissões de operários (os piquetes) que iam para cada fábrica conseguir a adesão dos demais. Essa nova proposta de condução de um movimento grevista só se concretizou, e de forma relativa, em poucas fábricas, embora fossem as mais importantes.



REDE·PAREDE·PAREDE·PAREDE·PAREDE

A vetusta Casa de Afonso Pena

A Faculdade de Direito da UFMG no último dia 10 de dezembro colocou a octuagésima quinta velinha no seu batumado e mofado bolo. Coincidentemente, nesta mesma data aniversaria a Declaração Universal dos Direitos do Homem. Também celebra-se o dia Internacional da Anistia. Sem sombras de dúvida, a data é bastante significativa. Mas enquanto a Faculdade de Direito, também conhecida como «a venerável e vestuta Casa de Afonso Pena» na comemoração de seu aniversário acende as luzes dos seus salões nobres para eminentes juristas do país discursarem sobre os exagerados e estereis formalismos do nosso Direito, enfileirando também algumas outras promoções descomprometidas com a nossa realidade, o quadro que se coloca para os outros aniversariantes da data é desolador.

É importante frisar esta coincidência de datas, quando se sabe que nas Faculdades de Direito do país, salvo raríssimas exceções, a atitude é de total descompromisso com a luta pela justiça e pelas liberdades. Enquanto o eco da luta pelas liberdades democráticas e pela elevação do nível material e cultural da vida dos trabalhadores se alastra por todo país, as escolas de Direito, por ironia, jazem eternamente adormecidas em seu berço de alienação e obscurantismo. Até no momento, somente a tradicional – tradicional pelo seu espírito de luta, esclareça-se – Faculdade de Direito do Largo de São Francisco da Universidade de São Paulo – deu mostras de vida e de que começa a se engajar na luta da nossa população. Na passagem do sesquicentenário da implantação dos cursos jurídicos no país, o Largo de São Francisco lançou a «Carta aos Brasileiros» onde se condena com veemência a opressão política.

Mas nas outras escolas importa-se somente discutir e aperfeiçoar neste momento as leis de mercado de capital ou reguladoras das sociedades comerciais. Ou talvez a estabilização jurídica das malfadadas e depredadoras multinacionais.

A Faculdade de Direito da UFMG, vinda no início do século de Ouro Preto com o sugestivo nome de Faculdade LIVRE de Direito, não é exceção à regra de apatia e amorfismo da numerosa constelação de Escolas de Direito espalhadas por todos os cantos do país. Na verdade, elas são muitas, pois os empresários do ensino sabidamente aproveitando a brecha graciosa deixada pela Reforma Universitária à iniciativa privada, salpicaram o nosso chão de escolas de direito. Elas são bem mais fáceis de serem criadas. Pouco onerosas e estrutura simplificada. Foi um prato cheio para a sanha gananciosa de lucros dos empresários do ensino. Com isto, comprometeu-se seriamente o nível do ensino e a formação do profissional do Direito.

Costuma-se decantar as glórias da Vestuta Casa de Afonso Pena. Talvez os bustos dos carrancudos juristas enfileirados na entrada do prédio tenham histórias para contar. Dos liberais e democratas que de lá saíram para lutar contra a Ditadura de Vargas. Ou de outros que por lá passaram e trilharam caminhos de uma prática política honesta e democrática. Ainda, dos inúmeros advogados, juristas, magistrados e homens públicos que muito honraram e enalteciram o nome da Faculdade. Da sua porta assistia-se com frequência a saída de manifestações em defesa dos interesses da população brasileira. Tempos gloriosos! Dirão os juristas esverdeados pelo tempo e pela fuligem. Naquelles tempos discutiu-se sem franquias a situação dos Direitos Humanos e lutou-se muito na Ditadura Vargas pela anistia aos presos políticos nas trincheiras da Faculdade.

Talvez tenha sido por este motivo que os cursos jurídicos, principalmente aqueles que se pautavam por uma tradição mais liberal, tenham sido um dos alvos preferidos das iras do regime implantado em 1964 contra as nossas formas de cultura e os centros de tradição liberal e democrático do país. Assim aconteceu com a Faculdade de Direito da UFMG. Em 1968 operou-se uma verdadeira operação marcatista no seu interior. As cassações e aposentadorias compulsórias atingiram vários de seus professores. Funcionários expulsos. Seus líderes estudantis das movimentadas jornadas da década de 60 foram presos e duramente perseguidos. Houve mudanças substanciais no conteúdo do seu currículo, transformando o curso num saco de anacronismo e estimulador da memorização de leis e códigos.

Nos escombros do quadro aqui descrito construiu-se a «nova» Faculdade de Direito. A metodologia de ensino é a mais castradora possível. Os professores, com raras exceções, são super-bedéis. Introduzem-se solenemente nas salas de aula, envergando um impecável terno e se colocam sobre um tablado diante do quadro negro. Talvez seja a única escola a conservar nas salas de aula estes tablados. O professor, ou o super bedel, do cimo daquela espécie de caixote dá início a sua aula. São cinquenta minutos a fio de discurso onde a oratória acadêmica é uma constante. Impossível interromper-se o seu discurso para uma pergunta ou uma questão não entendida. E não raro, explode no ar uma sonora expressão latina retirada dos baús do glorioso império romano.

E o que falar do currículo? Dele foram retiradas todas disciplinas que poderiam desenvolver e elevar o nível de consciência dos acadêmicos de Direito. Isto comprometeu seriamente não só a visão crítica que se deve ter da realidade que nos cerca, como

também a própria formação profissional do estudante. Ele é treinado simplesmente para memorizar e manipular os códigos e leis. O Direito, como se ensina na Faculdade, é a norma e a lei impostas coercitivamente pelo aparelho de Estado. O seu conteúdo e finalidades não devem ser questionados. É o chamado positivismo ou normativismo jurídico, onde o Direito se consubstancia na lei deixando de ser o produto de determinadas relações da sociedade num dado momento histórico.

Nas aulas de Direito Constitucional, onde se estuda a organização jurídica do Estado, não se pode falar dos atos institucionais. São dogmas que devem ser mantidos intocáveis em seus invólucros. Se o estudante se atreve em perguntar pelo AI-5 causa um pesado mal estar na sala. O professor atalha argumentando pertencer o AI-5 a uma ordem jurídica institucional paralela à ordem constitucional. Não cabe discutí-lo em sala de aula. O mesmo acontece nas aulas de Direito Penal onde não se ouve falar nunca das famigeradas Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa etc...

A Faculdade de Direito completa seus 85 anos de existência. Depois de uma incursão pelo estudo dos institutos jurídicos dos romanos ou talvez nas Ordenações Filipinas e Manuêlinas os estudantes estão convidados para a festa. Levantam atônitos de suas carteiras, deixam a companhia das colunas existentes dentro das salas de aula e rumam aos bebedouros instalados estrategicamente à beira de um abismo no interior do prédio. Tirada a poeira e o mofo das gargantas depois de uma viagem ao império justineaneu e às noites da Idade Média, gritam em coro: ACENDAM AS VELAS DO BOLO, POR FAVOR!

João Bosco Pinto Lara
José Jaime Nogueira Filho

ASSINE COOJORNAL

Leia o jornal de idéias e opiniões que estimula o debate. Que expõe os assuntos polêmicos sem rodeios. Que abre as suas páginas para os que estão pensando e analisando a realidade brasileira. Um jornal crítico e independente, dirigido às pessoas formadoras de opinião. Este é o Coojornal, editado pela Cooperativa dos Jornalistas de Porto Alegre.

Cupom de assinatura

Nome: _____
Profissão: _____
Endereço: _____
CEP: _____ Cidade: _____ Estado: _____

Assinatura por doze edições: Cr\$ 110,00
Envie cheque nominal ou vale postal para:
Rua Comendador Coruja, 372 – Porto Alegre – RS – 90.000
Fones: 21-8984 e 24-0951 – Telex: (051)1605

ASSINE DE FATO

Nome _____
Profissão _____ Idade _____
Endereço _____
Cidade _____ Estado _____
CEP _____

Assinatura anual
\$ 100,00

O interessado deve enviar pelo correio cheque nominal visado ou vale postal ao Jornal DE FATO, av. do Contorno 2399 – Floresta – BH – MG – CEP 30000.

Que 1978 nos aproxime da liberdade, da independência e de uma vida melhor.

MOVIMENTO

com a edição semanal brasileira do **Le Monde**

Desejo receber uma assinatura de Movimento:

Nome _____
Endereço _____
CEP _____ Profissão _____ Idade _____
Cidade _____ Estado _____

Estou enviando o cheque nº _____ em nome de Edição S/A. - Editora de Livros, Jornais e Revistas. Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 625, São Paulo, SP, CEP 05415. Se o pedido de assinatura for feito na Europa, o pagamento deve ser enviado para a Conta Postal CCP 1202254 D - M Villas - Paris - França. Preço de assinatura no exterior. ANUAL: JS/70 SEMESTRAL US/35.

ANUAL Cr\$ 520,00 Desejo receber gratuitamente 10 exemplares atrasados. SEMESTRAL Cr\$ 260,00 Desejo receber gratuitamente 5 exemplares atrasados.

17 de julho de 1972, um dia igual aos outros, mas para mim especial, pois é o dia de meu aniversário. E que bicho deu? Dentre poucas certezas que me restam uma é a de que este dia nunca irá sair de minha lembrança, algo amargo como fel. É verdade que por estes dias me encontrava um tanto excitado, uma dessas excitações que todo ser humano que não seja de ferro ou insensível experimenta. Mas o clima em minha casa pedia uma justificativa, um diagnóstico.

Me apontaram os dedos e acusaram «você anda dopado de maconha» e muito blá, blá, blá. A acusação doia muito, porque além de não ter fundamento, eu comigo mesmo sabia que desde 69 não queimava mais fumo. Meu pai me encarou e disse: «vamos ao psiquiatra conversar, que vai te fazer bem e no mais é um médico novo, recém-formado, que você conhece».

Anteriormente tinha me encontrado com este médico por três vezes, por livre e espontânea vontade, o que me oferecia elementos mínimos para aquilatar as barbaridades que pode exercer ou cometer. Reconhecendo que estava um tanto nervoso e prevalecendo a autocrítica, aceitei a proposta, acreditando nas pessoas. Mas levado por minha ingenuidade acabaram se abrindo e se fechando para mim uma temporada no inferno (com licença de Rimbaud), onde os astros ou melhor «desastros» que estrelavam ou ainda negravam eram distintos vampiros vestidos de gente.

Entramos numa sala, o consultório do dr. H. Nós três e até aí tudo não passava de um purgatório com muito blá, blá, blá. De repente meu pai alega que precisa sair, que tinha que ver uns negócios. Quis sair também, mas o dr. H enfatizou que estava terminando. Comecei a gelar, arpepiando o corpo todo, uma sensação de imobilidade total. Já me encontrava na arapuca, mas queria conceber ou fingir não ter dado pela coisa. E ele na minha frente, prostado igual a uma geladeira, os dois olhos imóveis, frios, eram naquele momento duas navalhas. A armadilha àquela altura já estava arquitetada com todos os elementos necessários a postos.

Tudo muito rápido e eis que senão quando... pluft... abre-se gradativamente a porta. Percebo alguns homens rondando à minha espreita e sei então o que me espera, mas tento não acreditar. Olho bem para o dr. H. e este, num sinal cortante com os olhos, aciona o movimento das hienas, os enfermeiros. São em número de cinco e me cercam. Em minha reação de defesa sinto-me um touro e não conseguem me render. Um deles dá um sinal e vêm mais dois, sendo agora sete. Tentam seguidamente me dominar e eu me debatendo, um touro já ferido. Vejo um corrimão e seguro com as duas mãos, sendo que numa delas tenho um canivete que tentam me tomar.

Esta cena dura exatamente 20 minutos, pois havia um relógio à minha frente. Aos poucos vão me dominando usando uma técnica (?) mais sacana, estúpida e repugnante: chutes no saco, um deles me dá uma chave na barriga, outro na perna e tome porrada.

Estou dominado. Começam a me arrastar, mas tem um que tá danado da vida pois não consegue tirar o canivete das minhas mãos. Já reconhecendo o que me aguardava, faço todo o esforço possível e impossível para gravar tudo o que se passa, sem me esquecer depois. Tanto consciente como inconscientes, meus olhos trabalham como filmadoras.

Estou no segundo andar. Me soltam mas ainda tenho o canivete, então tomo a atitude de que o primeiro que vier me atacar de novo pelo menos levará uns furinhos. Esperam

UMA TEMPORADA

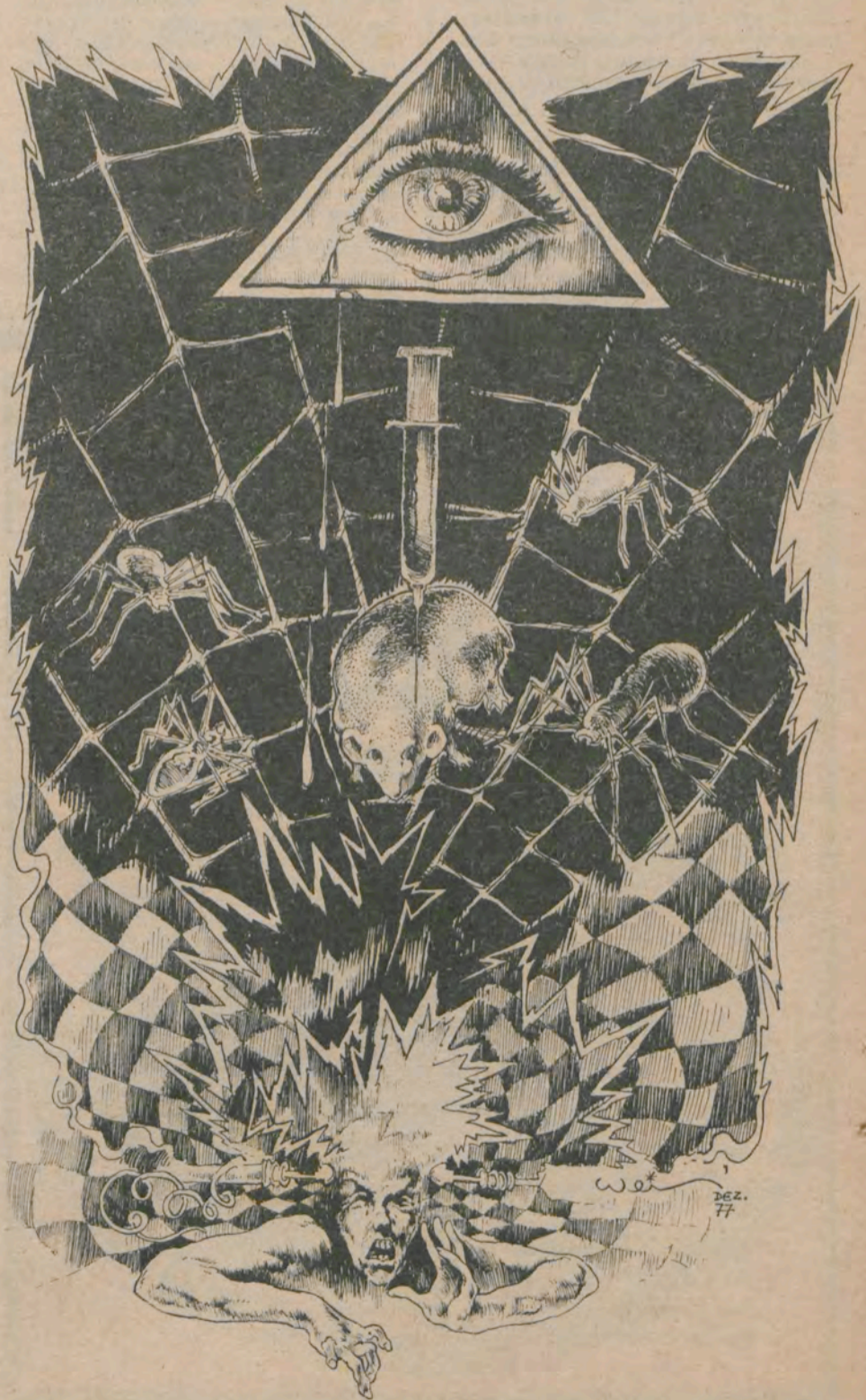
Um jovem de 28 anos conta o que passou nas quatro vezes em que esteve internado em clínicas psiquiátricas de B.H.

que eu me canse e entregue, estando cercado dos dois lados no corredor. Se aproximam vários internos e lhes dou cigarros. Me distraíram de um lado e vapt, vupt, cinco hienas voam pra cima de mim. Aí conseguem tomar o canivete e um deles, de nome Alfredo, se fazendo passar por enfermeiro, na verdade era um faxineiro, se aproveita e me dá uma porrada quente na cara. E se justifica dizendo que foi meu pai quem mandou dar.

Me agarram de novo na base da gravata e arrastam até uma sala escura onde me trancam, então já sei qual a próxima providência e continuo fazendo muito esforço no subconsciente para fixar tudo, apesar das descargas dos choques elétricos. E tome choque elétrico. Quando acordo descubro que estou no chiqueiro, ou segundão como também é conhecido. Pois é onde ficam os considerados doentes mais perigosos, os mais violentos, os débeis mentais, os farrapos humanos. Chiqueiro, e querem fazer de mim mais um porco e neste estado de merda permaneço 25 dias exatamente. A dor é triplicada pelo grau de lucidez, compreendendo e percebendo todo o jogo. Em volta, bosta nos corredores e muitas vezes nas camas, tudo mijado, gente feia e nua. Enjaulados, sem direito a pátio, corredores e quartos escuros e frios, às vezes alguns banhos de sol. Comida? Não deve merecer este nome aquela coisa enjojante. Ressalte-se que à excessão do pavilhão «nobre» ou seja o andar para os pacientes (?) particulares, a comida só é comida por não ter outra alternativa.

Após o período no chiqueiro me passaram para o chamado **segundo-novo**, mas os limites de espaço continuavam os mesmos, ou sejam os quartos e corredores escuros, repressivos. Voltavam aos choques elétricos que estimo no mínimo, de uma forma otimista, 95% dos psiquiatras adoram, têm verdadeira obsessão em aplicá-los nos «pacientes»; antes aplica-se a anestesia geral. Porém, em muitos casos, que ninguém sabe e ninguém vê, é aplicada a seco mesmo ou sem anestesia, isto acontece aos internos indigentes, aos sem família, muito pobres. Mas acontece casos surrealistas também, como este que um amigo me contou, recentemente. Ele foi visitar uma amiga que se encontrava internada e que inclusive vendo o seu estado, resolveu retirá-la tornando-se responsável pela sua atitude. Na oportunidade teve contatos com outros internos e conheceu uma garota menor que se apresentava impregnada, e havia tomado vários choques. Ela contou que o que motivou seu internamento foi o fato de seus pais a terem visto andando na garupa de uma motocicleta com amigos. Os pais, talvez bastante ingênuos e daquele tipo dos bem intencionados, apenas seguiram o conselho de certas pessoas amigas que lhes informaram saber de uma clínica em Belo Horizonte, a Santa Clara, que havia os melhores médicos, que seria bem tratada.

Para sintetizar um pensamento sobre esta hedionda terapêutica (?) ninguém melhor que Wilhem Reich, nesta passagem em seu livro **Escuta João Ninguém**, aos zés ninguém da psiquiatria... «Tens a escolher entre a compreensão da doença mental e as terapêuticas de choque. Escolhes esta de modo a não teres de enfrentar as



NO INFERNO

dimensões monstruosas da tua própria miséria, preferindo a cegueira onde só de olhos bem abertos te poderias salvar».

Houve um dia em que o excesso se evidenciou em proporções tão alarmantes que meu próprio pai desta vez tomou uma atitude. Pois a minha ração diária de drogas chegou precisamente a 28 comprimidos. Fora as injeções. Então meu pai, que também é médico, interpelou o dr. H. inquirindo-o se não estaria havendo excessos, pois a dosagem, quando ele tomou conhecimento, ficou estarrlecido. A partir deste episódio a dosagem passou de 28 para 12 comprimidos. Se ele estava interessado em usar-me como cobaia para novos lançamentos de drogas não posso afirmar com provas, mas que fica uma interrogação fica.

Quanto a algumas das conseqüências estas se tornaram evidentes ou talvez sejam meras coincidências. Pois por duas vezes em internações, em muito curto prazo, meus dentes ficaram em precárias condições. E me intriguei com a necessidade constante de tratamento dentário e com mais motivo depois que meu dentista particular elogiou muito minha arcada dentária, dentes fortes, tempos atrás. Conversando com ele sobre o que poderia estar acontecendo, ele disse que naturalmente esta carga de remédios danificam seriamente os dentes, por melhor que sejam. Reagir, não se submeter ao que eles impõem e você não aceitar? Não há a mínima possibilidade de defesa, pois você se torna um boneco, mas um boneco impotente.

Qualquer reação significa mais descargas de choques, insulina. Há da o maldito Haloperidol injetável, que na revista Veja nº 468, em sua reportagem especial sobre os hospitais da URSS, explica bem os seus fins entre outros para castigar, torturar. Porque esta situação de você estar insatisfeito ou querer questionar pode ser diagnosticada como «estar muito excitado» e outros adjetivos. Por coincidência - talvez eu esteja sendo contaminado de Ubaldeite, ou seja Ubaldo, o paranóico, personagem do humorista Henfil - mas hoje o Haloperidol mudou de nome, é só Haldol, o que parece proposital, com objetivo de amenizar um pouco. Porque na terapêutica (?) deste tratamento (?) não há lugar para diálogo, conversas com respectivos. É consumir drogas e esta questão de você ser gente é um fator secundário. Ah, perdão, havia conversas sim, de cinco minutos, uma vez por semana, para saber se mudavam, diminuiriam ou aumentavam a dosagem.

Mas para cada médico nestas sessões chegava a ter às vezes 25 pacientes, considerando que eles atendiam ainda a outros pavilhões. Um dia senti-me tão indignado em não ser tratado como gente, tanta necessidade de expor meus pontos de vista e problemas ao meu médico, que pedi, depois implorrei um mínimo de uma conversa. Ele passava pelos corredores e aproveitei para pedir uma chance para ter uma conversa. Além de não dar a mínima satisfação, ele deu as costas e foi embora. Aí não suportei mais e o mandei à pqp. Ele desceu para seu escritório e em questão de segundos deu ordem ao enfermeiro-chefe me aplicar o Haloperidol. O enfermeiro me chama e diz que tem uma vitamina para eu tomar, etc. e tal. Quis saber o que, para que, aí ele

engrossou, aquela história de estar cumprindo ordens.

Sei dizer que a sensação no seu efeito é algo assim de você querer voltar atrás, chamar vampiro de anjo, de da próxima vez ao invés do dito cujo, te jogue no formigueiro, te dêem facadas que fica melhor como opção. Seu efeito é de aproximadamente duas horas e meia a três horas. Como efeito imediato entorta a boca, contraí todo o cérebro e os músculos. Nesta época conheci somente dois enfermeiros com noções de enfermagem, algum preparo, mas bem precários. Enfermeiros formados com nível universitário, nenhum, mas com noções de luta livre, karatê e preparo físico havia e há bastante. Como disse um enfermeiro formado, Mauro, que trabalha numa clínica terapêutica de análise: «é claro que a prioridade é para os formados, pois são economicamente mais interessantes aos proprietários».

Minha situação de internação foi totalmente ilegal porque era maior de idade, com 23 anos e não tinha como não tenho direito ao INPS. Mesmo considerando que foi contra a minha vontade, a via legal seria a internação particular; daí que um dia aparece um médico da perícia do INPS e me pede para que assinasse a guia. Ponderei com ele que eu não tinha direito algum ao INPS e que não permaneceria ali se pudesse optar. Questionei com ele então se um louco ou coisa parecida tem condições de assinar documentos. Ele respondeu que não. Por conseqüência lógica pedi seu parecer sobre o meu estado de lucidez - se era médico-perito sua missão seria diagnosticar -. Respondeu-me que, para ele, era bom o meu grau de lucidez, nada de anormal. Me neguei a assinar, endossando que ali me encontrava preso sem a mínima defesa de direitos.

Aliás, hoje em dia tornou-se comum haver considerável número de internações de pessoas que estão envolvidas com justiça, respondendo a processos por crimes, drogas etc.. Um per capita considerável são os alcólatras, e constituindo curiosamente a maior incidência por profissão, os bancários. Há também grande número de motoristas de lotação.

Fato curioso aconteceu no N. S. de Lourdes, que é o receptor dos «doentes» considerados crônicos («que não tem mais salvação»), da triagem que é feita no Raul Soares e Galba Velloso (estatais). Foi presenciado pelo médico, na época ainda estagiário. É o seguinte: ele conheceu um interno que não sabia descer ou subir escadas, ou melhor, desapareceu. A informação que obteve foi de que o interno se encontrava internado fazia oito anos. Mas ele quis saber mais, por exemplo, se por ocasião da internação ele já se encontrava nestas condições. A resposta foi negativa. Mas ele se pasmou mais ainda ao constatar o elevadíssimo per capita de internos por metro quadrado, ou seja, o espaço era abaixo do insuficiente.

Para o psicanalista Celso Rennó, «não existe doente crônico (irrecuperável), pelo contrário, todos têm recuperação», como também não acredita ou faz uso de eletrochoque, considerando-o um atraso. Mas faz questão de não acusar ninguém, pois está preocupado em pesquisar, evoluir e dar um tratamento com dignidade, repetindo e acreditando sempre no homem. Até onde forçar o

homem a esquecer seus problemas e não enfrentá-los, analisar, vai curar alguém?

Um aspecto que me causa as maiores dúvidas é saber que nas três vezes em que estive internado não tive a mínima atitude agressiva física, nem na entrada, durante, ou na saída, e no entanto... Mas tome eletrochoque, que somando-se em dados oficiais que me foram fornecidos, são aproximadamente 30 descargas que tomei, se bem que oficialmente...

Uma confusão primária foi feita no relatório do dr. H. que constava «... suspeita de uso de cannabis sativa e outras drogas...», quando na realidade meu único hábito constante ou vício são os da Souza Cruz. Consegui ter conhecimento desta informação por uma distração do enfermeiro. Traduzindo, quer dizer que se seu comportamento é estar nervoso, um tanto excitado e baseado em sua imagem, tem que estar drogado, e como providência imediata te drogam nas quatro paredes.

R. D. Laing explica? **Explica.**

Por que será que nunca se vê uma entrevista (na acepção da palavra) de um psiquiatra na televisão ou jornais? E quando acontece uma zebra ficam só dissertando retóricas e blá, blá, blás e nunca do que se passa em seus métodos aplicados em tratamentos? Por que será que a maioria não questiona, revisa ou tenta uma perspectiva eficaz e humana, não demonstrando a mínima vontade (ou coragem) em mudar aplicações de tratamento (?) que não resolvem e sim muitas vezes pioram ou são meros paliativos? Por que será que acreditam tanto em drogas e pouco ou nada no homem, em gente? Por que será que criam os maiores obstáculos à imprensa para que se visite as instalações e os pacientes (ou impacientes) de seus hospitais? Por que será que o respeito à dignidade e os direitos do homem não os preocupa? Por que será que muitos continuam a empunhar desde o surgimento do nazismo a bandeira do eletrochoque, da lobotomia? E mais tarde da insulina e do torturador Haloperidol, que comprovadamente causam os mais sérios danos?

Recentemente houve, por iniciativa do deputado pernambucano Sérgio Murilo, do MDB, um interesse em se instaurar uma CPI para investigações sobre irregularidades nos hospitais psiquiátricos. A partir de uma denúncia mais tarde confirmada, quando viaturas de um sanatório em Recife apanhava pelas madrugadas em suas ruas, mendigos e os internavam fichando-os pelo INPS, o que rendia bom lucro ao hospital. Nós últimos meses o que aconteceu de alvissareiro foi em agosto último, durante o Congresso Anual e Mundial de Psiquiatria realizado em Honolulu (Hawaii), em que ficou estabelecido que **nenhum internamento poderá, a partir de então, ser efetuado sem a concordância do paciente.**

Ótimo, mas será que irá prevalecer em todos os países? Pois nestes tempos, a transformação do não em sim é muito comum, como nestes casos, por exemplo, em que alguém que mata a mulher e é absolvido com aplausos da platéia que pede bis, baseado na famosa legítima defesa da honra.

J.L.M.J

(N.R. depois de passar pelas clínicas Santa Clara, Santa Maria e N.S. de Lourdes, J.L.M.J, foi internado pela quarta vez em BH, agora, no Hospital Espírita André Luiz, onde esperava que o tratamento fosse menos deprimente, e por isso, inclusive, permitiu seu internamento. Três dias depois, ao receber visitas, J.L.M.J. tinha seu olho esquerdo roxo e dizia que um enfermeiro lhe dera uma porrada. ●

Tragédia

Meu nome é DILSON - DILSON DA PENHA FERREIRA, brasileiro, casado, residente em ACESITA - MG.

Faço aqui um breve relato de uma tragédia que atingiu a mim, a minha família, a parentes e amigos: a morte prematura de meu filho caçula, EDUARDO MORAIS FERREIRA, vítima de um ato irresponsável e criminoso proveniente de choque anestésico.

EDUARDO tinha, apenas, três anos e meio. Era forte e alegre, mas nasceu com um problema nos testículos; havia um testículo incluso.

O pediatra do meu filho era o Dr. OSMAR e ele me indicou o Dr. TADEU para fazer a operação:

Então, eu o procurei e expus o problema, alertando que o menino tinha problemas de bronquite e solicitando, inclusive, que se fizessem todos os exames necessários: coração, sangue etc... O Dr. TADEU respondeu-me que não seria necessário fazer os exames porque a operação seria muito simples e que não haveria problema. A partir daí, legalizei todos os papéis no INPS e a operação foi marcada para o dia 10/11/77, numa 5ª feira.

Na quinta feira, às 7:00 hs. da manhã EDUARDO foi internado no Hospital Acesita, sendo encaminhado às 8:30 hs. para o Bloco Cirúrgico «DR. PEDRO GUERRA». Permaneci no Hospital até às 11:00 hs. quando fui chamado à sala de operações e informado que meu filho teve uma parada cardíaca, mas já estava se recuperando. Na sala de operações encontravam-se o Dr. TADEU (CIRURGIÃO), o Dr. ANTÔNIO (ANESTESISTA) e o Dr. REGINALDO. Mais tarde, fui informado que o estado de EDUARDO era mais grave: a parada cardíaca, causada por choque anestésico, havia provocado parada cerebral. Meu filho foi, então, removido para o Hospital MÁRCIO CUNHA, em Ipatinga-MG, e internado no C.T.I. (CENTRO DE TRATAMENTO INTENSIVO).

Mas foi tudo em vão, pois seu cérebro já estava morto. EDUARDO faleceu no dia 14/11/77, às 11:50 hs, numa 2ª feira. Após quatro dias de agonia, tristeza, incerteza e dor chegava ao fim mais um capítulo de uma novela (drama) que, constantemente, invade lares de inúmeras famílias e que, neste fatídico mês de Novembro, veio atingir o meu lar, enlutar minha família. Trata-se de uma história onde impera, tão-somente, a desumanidade, a negligência e a irresponsabilidade onde os principais protagonistas se vestem com um manto protetor, um escudo invisível que os mantém incólumes, no sagrado e digno exercício da profissão de medicina.

Em nome da medicina cometem-se erros, perpetuam-se os abusos, machucam-se os corações e fazem-se jorrar lágrimas. Abdicaram ao nobre juramento de servir e de não se servir, de se entregar e não se apegar a desejos escusos. Trago, assim, de público a minha repulsa ante tamanha ignomínia e falta de escrúpulos, movidos pelo desejo de expressar tudo aquilo que eu e minha família estamos sentindo e, ao mesmo tempo, alertar e mostrar o que outros não tiveram a possibilidade e/ou coragem de fazê-la, a fim de que outros EDUARDOS, vítimas do hoje e do amanhã, não sejam sacrificados tão impunemente.

Por ironia da história, quando EDUARDO veio ao mundo, Dr. ANTÔNIO foi o médico anestesista - trouxe-lhe a vida e três anos e meio depois, a morte.

DILSON DA PENHA FERREIRA
Acesita, 22 de Novembro de 1.977.

Sociólogos se organizam e soltam carta

Depois de fundarem a Associação Mineira de Sociologia, os sociólogos resolveram partir para a criação da Associação dos Sociólogos do Brasil e para isto já realizaram seis encontros, idéia que começou a surgir no encontro da SBPC em 75. Neste intervalo já foram criadas associações em Pernambuco, Paraná, Ceará, Brasília e está sendo criada a associação de Goiás. Abaixo vai a íntegra da carta de fundação da Associação Nacional redigida durante o VII Encontro de Associações de Sociólogos do Brasil, realizado em Belo Horizonte no dia 14 de novembro deste ano:

No exercício de sua profissão, o Sociólogo pode contribuir para o conhecimento objetivo da realidade, atuando criticamente em relação às estruturas de dominação existentes na sociedade, e desta forma, tanto ao nível da pesquisa e do estudo mais geral, quanto da prática diária nas instituições, orientar-se no sentido de servir aos interesses da maioria da população. Por outro lado, sua prática também pode caracterizar-se pela utilização e fortalecimento de uma sociologia que sirva para obscurecer a visão da realidade, contribuindo para manter a situação de dominação social e assegurar os privilégios de uma minoria.

Nesse sentido é importante questionarmos as características assumidas hoje pelo trabalho do sociólogo no Brasil que se encontra, nas empresas, limitado e estrangulado pela orientação tecnocrática que lhe é imposta, a produção científica, a pesquisa, o estudo, submetidos a um modelo econômico, social e político calcado na exclusão da participação popular, e que não pode se permitir à crítica e ao debate de idéias. As mesmas caracte-

terísticas marcam o trabalho de planejamento e a formação do sociólogo nos cursos de ciências sociais. Assiste-se a tentativa sistemática de esvaziar esses cursos onde se impõe uma sociologia retrógrada e se formam profissionais completamente despreparados para o exercício da profissão; ao mesmo tempo, estabelece-se toda sorte de limitações e pressões institucionais para que o trabalho profissional cumpra um papel de reprodutor das condições sociais dominantes; cerceia-se a liberdade de expressão e o direito à informação, chegando ao extremo de impedir a livre circulação de livros.

Dessa maneira, o sociólogo preocupado com o exercício crítico de sua profissão e com a defesa dos interesses populares, que, pelo próprio caráter da ciência que pratica, deve procurar captar, vê-se impossibilitado de exercer livremente sua profissão, ao lado de um grande contingente de profissionais que nem acesso ao mercado de trabalho consegue ter, em decorrência da discriminação estabelecida em relação à profissão.

Nesse sentido, pelo conhecimento da realidade social em que estão inseridos, os sociólogos, como categoria profissional, também se colocam entre aqueles setores da sociedade que lutam por melhores condições de vida para a população - por uma justa distribuição de rendas, por melhores condições de habitação e transportes, pelo direito de todos à educação e por utilização racional dos recursos naturais - e por liberdades democráticas que garantam à população a defesa de seus interesses.

Paralelamente, a garantia do exercício das liberdades democráticas no trabalho profissional é também con-

dição imprescindível para o pleno desenvolvimento da sociologia no país, e do trabalho de cada sociólogo em sua área de atuação e nos seus órgãos de classe.

Diante disso, as associações de sociólogos abaixo assinadas, presentes ao VII Encontro Nacional realizado em Minas Gerais, nos dias 13 e 14, após seis encontros anteriores, resolveram tornar efetiva a criação da Associação dos Sociólogos do Brasil, entidade que a nível nacional se propõe defender os direitos dos profissionais da área da sociologia, contribuir e participar do debate imprescindível à transformação democrática da sociedade brasileira.

VII Encontro de Associações de Sociólogos do Brasil

Belo Horizonte, 14 de novembro de 1977

Associação Gaúcha dos Sociólogos

Associação dos Sociólogos do Distrito Federal

Associação dos Sociólogos de Pernambuco

Sociedade Mineira de Sociologia

Sociedade Paranaense de Sociologia

Associação Regional de Sociólogos (Pará)

Associação dos Sociólogos do Estado do Ceará

As árvores da antiga vila

Na ex-Vila N. S. de Copacabana, destruída em favor do Minas Tênis Clube, mais de mil árvores que se encontram nesta estação cobertas de flores e de frutos pequeninos parecem dizer: «onde estarão as mãos que nos plantaram, que nos regaram e colheram nossas flores e frutos? Onde estarão as 500 crianças que nas tardes ensolaradas brincavam protegidas pelas nossas sombras?»

Elas foram mandadas caminhar e caminharam para bem longe...

Pobres crianças! Foram parar em lugares isolados, sem recursos, distantes das escolas e dos hospitais, dos centros de comércio e dos lugares onde seus pais ganham o pão de cada dia.

Aqui elas tinham, dentro da própria vila, o seu grupo escolar, onde aprenderam as primeiras letras.

Logo acima de suas casas encontravam o Ginásio Estadual, onde prosseguiram seus estudos.

Tinham água farta e iluminação elétrica, televisão nas horas vagas.

Tendo a Vila próxima do centro, encontravam os seus pais trabalho fácil, a toda hora.

«E nós, pobres árvores, que aqui nascemos e crescemos, que estando presas à terra não pudemos acompanhar nossos donos, que destino nos reservará a grande potência?»

Talvez os golpes do machado, a derrubada que nos apavora, para que as massas de concreto e cimento dominem a área que ocupamos.

«Que Deus tenha pena de nós e das 200 famílias que foram banidas deste rincão quando...»

Maria Luiza

editora santa edwiges

- LIVROS
- REVISTAS
- JORNAIS
- FOLHETOS
- FOTOCOMPOSIÇÃO
- EDITORA
- GRÁFICA
- OFF-SET

Av. Teresa Cristina, 1665 - Fone PBX: 337-1511 - Belo Horizonte - M.G.

PAULO ATAYDE MÁQUINAS LTDA



LABORATÓRIO TÉCNICO ELETRÔNICO
OFICINA
AUTORIZADA
REMINGTON RAND

bahia, 1176
lojas 10 e 12
fones: 222-9547
222-3291

LEIA. DIVULGUE. ASSINE INÉDITOS.



PEDIDO DE ASSINATURA

NOME _____ PROFISSÃO _____

ENDEREÇO _____ TELEFONE _____

CIDADE _____ CEP _____ ESTADO _____

Assinatura anual (6 números) Cr\$120,00 - Número atrasado: Cr\$20,00

Desejo receber os seguintes números atrasados: 1 2 3 4

Anexo envio Vale Postal

Anexo envio Cheque Nominal à

EDITORA INÉDITOS LTDA.

Caixa Postal 1749 - 30.000 - Belo Horizonte - MG. - Brasil

QUALQUER
COISA
DE QUALQUER
JEITO
A QUALQUER
HORA

Precisando de fotos
chame Aderi Costa
ou Nem de Tal
pelo fone 225-2827
Fotografias é
com eles mesmo

Aderi Costa



Nos orçamentos monetários saídos da frieza do computador, a contenção dos salários passou a ser a melhor forma de freiar a expansão dos meios de pagamento, e, por essa via cruenta, deter a inflação. A retração do crédito, pela liberação das taxas de juros, como forma de enxugar o meio circulante, também passou a nos atormentar diretamente, pois vem levando à falência segmentos importantes do nosso mercado de trabalho e fomentando a desnacionalização de setores significativos da nossa economia.

Expressamos o inconformismo que fermenta entre o nosso povo já cansado de arcar com os pesados ônus da política econômica e salarial em vigor, um obstáculo à humanização do trabalho no país.



Didimo Paiva

nomeação de um vogal na Justiça do Trabalho, pela qual vale tudo — desde os pedidos a elementos estranhos à função até à completa submissão aos ditames de leis confessadamente lesivas ao trabalhador.

Desse jeito, o Projeto Brasília apenas consolida uma situação de fato —

O Projeto Brasília consiste no governo ouvir a sua própria voz e expressa uma «harmonia» que lembra as «concentrações sindicais» nos tempos do Estado Novo.

a de manter o movimento sindical a reboque do governo. A propósito, convém citar a palavra de um homem insuspeito, de inatacável probidade e competência respeitada, o professor Mozart Victor Russomano, ex-presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em depoimento perante a Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a Política Salarial, em 1975. É uma palavra que merece profunda reflexão de nossa parte. Diz o ministro Russomano: «Houve um ponto, porém, em que liberais clássicos e neo-liberais, socialistas e democratas cristãos, arenistas e emedebistas — ao que parece — concordaram comigo. Foi a afirmação que fiz, quando discorria sobre a participação do sindicato na política salarial brasileira, e sobre a notória e notável fragilidade do nosso sindicalismo, paternalmente conduzido, há quarenta anos, pelo Ministério do Trabalho. Apontei, na ocasião, esta verdade ostensiva, esquecida há algum tempo: a nefasta presença, na vida sindical do País, dos velhos «pelegos», que defini como prestimosos serviços de todos os regimes e, em relação aos quais, acrescento agora: de todos os regimes passados, presentes e futuros».

Verifica V. Exa., portanto, que nós, dirigentes sindicais que acreditamos na democracia como a única via digna para o governo nacional, não podemos permitir a manipulação desse movimento que, mais dia, menos dia, se capacitará da sua importância insubstituível no quadro das nossas instituições. Repudiamos qualquer tentativa de nos misturar com os pelegos de todos os tempos. Não se pode confundir o verdadeiro sindicalismo de base, que enfrenta o jogo limpo das eleições periódicas, com o peleguismo de dirigentes que chafurdam numa sucessão de eleições indiretas, consagradoras da estrutura vertical desse sindicalismo caricato que só funciona em ocasiões cerimoniais. Repelimos os dirigentes sindicais biônicos, subservientes, dóceis ao comando oficial, obtido da benevolência do governo a que serve, sem perder, contudo, a predisposição a servir a todos os governantes.

Nós agradecemos o convite, Senhor Ministro, mas tomamos a liberdade de dizer que esse encontro em Brasília em nada servirá ao desenvolvimento de uma política de libertação do movimento sindical. Os dirigentes sindicais signatários do memorial de 1976 estão convictos de que nós todos — o governo, as categorias econômicas e profissionais, a sociedade civil, enfim precisamos de desempenhar a

Pagamos caro pela perpetuação de um movimento sindical atrelado ao governo e que se institucionalizou na CLT, de 1943, elaborada e imposta na vigência de uma ditadura sem entranhas, inspirada no modelo de cooperativismo facista.

nossa verdadeira missão. Não há como detectar contestações por toda parte, conforme pretendem setores radicais, nem simplesmente uma explosão triunfal de civismo e consciência política, como quereriam os românticos. É preciso ser tolerante para se ter a medida da realidade nacional, pois é a tolerância que, em forma de balança, pesará as aspirações e as atitudes da Nação.

Nesta oportunidade, fazemos questão de reiterar aos companheiros sindicalistas que o movimento sindical jornalístico está unido aos demais sindicatos de trabalhadores, bem como a todos os segmentos da vida nacional, em busca de um objetivo único, o pleno restabelecimento do estado de Direito.

Em que se baseia essa pretensão?

Fundamentalmente, na observância dos direitos fundamentais do Homem, consubstanciados na Carta das Nações Unidas, de que o Brasil é signatário, e que estabelece o pluralismo e a liberdade como os elementos principais de uma verdadeira democracia. Porque, antes de tudo, os antecedentes do paternalismo social fizeram das lideranças sindicais brasileiras uma extensão política do Estado. A pretexto de proteger o trabalho, o Governo legisla, fiscaliza, nomeia e intervém na vida sindical. Antes mesmo, do advento de uma consciência sindical, já o Governo brasileiro legisla preventivamente. Pode ter sido bom para todos os governos, mas terá sido

Repudiamos qualquer tentativa de nos misturar com os pelegos de todos os tempos. Repelimos os dirigentes sindicais biônicos, subservientes, dóceis ao comando oficial.

intoxicante para a formação de uma consciência democrática do trabalho. Faltou a responsabilidade que só se aprende no jogo da representação e na negociação com as empresas. No entendimento a três, o Governo acabou sendo árbitro e, com o poder de julgar, aprisionou no plano econômico todo o processo de representação classista, tanto de empregados como de empresários, num enredo político em que ele é autor e personagem principal.

Em que se baseia essa pretensão?

Na constatação de que a liberdade — bem supremo do homem — há de ser exercida nos termos manifestados por segmentos importantes da sociedade civil, como os trabalhadores, através do memorial de fevereiro de 1976; o pronunciamento das classes produtoras, como se lê nos documentos da Federação do Comércio de São

Paulo e da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, de março de 1977; o documento «Exigências cristãs para uma nova ordem política», da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), de fevereiro de 1977; o «Memorial dos Cientistas ao

O Projeto Brasília serve apenas de veículo de difusão das mesmas frases de efeito que os trabalhadores se habituaram a ouvir, desde a ditadura Vargas e ajuda a manter o movimento sindical a reboque do governo.

Povo Brasileiro», aprovado na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), realizada no mês de julho último; e a Declaração de Recife, de 14 de outubro de 1977, da Ordem dos Advogados do Brasil; o Manifesto das entidades sindicais do Rio Grande do Sul, de outubro de 1977, os quais podem ser assim resumidos, como reivindicação de todo o povo brasileiro.

1º) repudiamos todo e qualquer tipo de censura e formas de repressão, simbolizados em atos arbitrários, torturas, banimentos e marginalização de pessoas e entidades que não aceitam o atual regime;

2º) condenamos a exigência de «compromissos» ideológicos nas eleições de qualquer natureza e contratação de professores ou qualquer outro trabalhador;

3º) defendemos a adoção de uma política de defesa da empresa nacional, hoje submetida a programas voltados para uma política imposta pelo modelo exportador, em detrimento do fortalecimento do mercado interno;

4º) reafirmamos nosso compromisso democrático e repúdio a quaisquer leis ou medidas que restrinjam o normal desenvolvimento da pessoa humana, seja na área civil, política ou trabalhista, expressa ou não por diplomas votados ou impostos;

5º) voltamos a proclamar nossa posição contrária a qualquer medida visando a censurar os meios de comunicação. Nós entendemos que o direito de saber é uma prerrogativa do ser humano, independentemente de credo religioso, raça, condição social ou ideologia; portanto, proclamamos que a notícia não é propriedade do Estado, nem do profissional que a colhe e a redige. A notícia é um bem comum, que deve ter livre fluxo, dentro do alto objetivo de promover a libertação da pessoa humana;

6º) destacamos que temos reivindicações comuns às demais categorias de trabalhadores, o que nos obriga a exigir plena autonomia sindical, para que do diálogo com a categoria econômica se obtenha a justa remuneração do trabalho;

7º) finalmente, nos termos da Declaração de Recife, da OAB, manifestamos o urgente e profundo anseio de reformas, que ponham termo aos excepcionais instrumentos que consagram a supremacia das providências de força sobre o direito, para que se restabeleça o primado da lei, votada e consentida pelo povo brasileiro, fonte legítima do poder.

São estes os motivos, Senhor Ministro, que nos levam a declinar do convite para mais uma caravana preparada pelo Projeto Brasília. Conhecendo-nos, como nos conhece, V. Exa. há de compreender que a honra e a dignidade do mandato que recebemos, em eleições diretas, não nos permitiriam ceder em prejuízo dos princípios que orientam a nossa ação sindical. Sabemos que, no fundo, V. Exa. está de acordo com esta posição — a posição do documento de 17 de fevereiro de 1976, assinado pela totalidade das entidades sindicais trabalhadoras — pois, ainda nos jornais de ontem, V. Exa. considerou «justo que os dirigentes sindicais critiquem a lei de greve, a estrutura sindical brasileira e reivindiquem uma maior abertura democrática».

DÁ-LHE, DIDIMO !....



No dia 1º de dezembro, o secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho, Aloísio Simões, manteve encontro com dirigentes de 21 sindicatos de trabalhadores de Minas na Delegacia do Trabalho, para convidá-los a participar do **Projeto Brasília**, que leva sindicalistas à capital federal para participar de cursos, debates, ouvir conferências e conhecer o Presidente da República, o general Geisel, e o Ministério do Trabalho, com todas as despesas pagas pelo governo.

Doze representantes de sindicatos de Minas recusaram o convite, entre eles o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas, que, representado por seu presidente Dídimo Miranda de Paiva, surpreendeu Aloísio Simões com a leitura de uma carta, curta e grossa, endereçada ao Ministro Arnaldo Prieto, do Trabalho. Muito vermelho e aos berros Simões tentou intimidar os dirigentes sindicais presentes e teve a parcimônia de dizer que «liberdade em excesso oprime». Fiel à legislação criada sem ouvir os trabalhadores, os principais interessados

Depois de uma profunda análise da situação da classe trabalhadora no atual momento nacional, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Minas Gerais resolveu declinar do honroso convite feito por V. Exa., em nome do Governo, para participar do chamado **Projeto Brasília**, no período de 03 a 07 de Dezembro próximo, com todas as despesas pagas pelo Ministério do Trabalho.

A nossa recusa em participar desse **Projeto** não significa descortesia ou falta de urbanidade. Ouvir e ser ouvidos tem sido a preocupação principal das representações sindicais dos trabalhadores. Fomos nós, senhor Ministro, que tentamos abrir um diálogo com as autoridades. Com efeito, no dia 17 de Fevereiro de 1976, reunidos no Palácio da Liberdade com sua excelência o Presidente Ernesto Geisel, as entidades sindicais de trabalhadores formalizaram ao governo as suas reivindicações, temores e apreensões. Em resumo, o documento entregue ao Senhor Presidente pedia pouco: justiça, apenas justiça.

De fato, a elaboração do memorial se fizera ao longo de profundas reflexões, em reuniões abertas nas quais se procurou visualizar, objetivamente, a situação do trabalhador no quadro das transformações que se operam na sociedade brasileira. E a conclusão a que se chegou fora tão grave quanto melancólica: festejado ostensivamente como alvo, essência e destinação de todo o planejamento nacional, o trabalhador limita-se a assistir, como mero espectador, ao chama-

do «milagre econômico» que assola o País.

No entanto, muitos meses se passaram e nem mesmo um aceno partiu do Planalto para acalentar as nossas esperanças. Por isso, no dia 1º de maio último, quando aqui veio comemorar o Dia do Trabalho, o Senhor Presidente da República ouviu do nosso representante, o companheiro presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte, a reiteração dos termos do memorial de 17 de Fevereiro de 1976, que representa o pensamento das dirigências sindicais de trabalhadores.

Em síntese, aquele documento expressa o inconformismo que fermenta entre o nosso povo, já cansado de arcar com os pesados ônus da política econômica e salarial em vigor, e que se constitui, sem sombra de dúvida, num óbice à humanização do trabalho em nosso País. Basta dizer que V. Exa. mesmo tem afirmado, de público, que o salário mínimo deveria ser muitas vezes superior, confirmando, portanto, as pesquisas e análises científicas do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos (DIEESE). Ao revés, continua crescendo, de forma desumana e vertiginosa, a faixa dos privilegiados, chegando a ponto de o próprio governo incentivar as mordomias salariais, com rendimentos diretos e indiretos de Cr\$ 80.000,00 até Cr\$ 300.000,00 na área do poder público.

Os temas fundamentais do chamado «Manifesto dos Sindicatos», de 17

disse ainda que «o que o governo não concorda é que os sindicatos saiam da lei». Os sindicalistas foram unânimes em manifestar seus protestos contra o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e reivindicaram a realização de um encontro intersindical para discutirem problemas comuns, como é o caso do FGTS. Mas Aloísio alegou que este tipo de encontro não é contemplado pela legislação.

Como ele fazia questão de dizer a todo momento que há completa liberdade sindical e sempre dava ênfase à obediência à lei, os sindicalistas apontaram que justamente a atual legislação trabalhista contribui muito para barrar a liberdade sindical. O representante da Federação dos Bancários, por exemplo, lembrou que «o que não dá liberdade é a lei. O governo deixa reivindicar mas a legislação trabalhista não deixa. A lei de greve existe apenas no papel porque na prática ela não funciona». Como se vê, os berros de Aloísio Simões de nada adiantaram. Muitos sindicatos presentes ao encontro manifestaram sua adesão ao conteúdo da carta preparada pelo Sindicato dos Jornalistas. Eis sua íntegra:

de Fevereiro de 1976, não receberam qualquer resposta de parte do Governo. Estes temas, Senhor Ministro, debatidos e aprovados por todas as entidades sindicais mineiras, são algumas verdades e conceitos simples, mas que andam esquecidos e sufocados em nossa Pátria: liberdade e autonomia sindical; restauração da estabilidade inscrita na Constituição de 1967, mas que as empresas descumprem diante da omissão das autoridades do Ministério do Trabalho; humanização do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com a conseqüente depuração de seus vícios; restabelecimento do poder normativo da Justiça do Trabalho, hoje limitada à triste função de órgão homologador dos índices oficiais; reforma do sindicalismo, para impedir que as entidades de cúpula continuem desligadas das bases e se transformem em adjuntos do poder dominante; direito de greve e participação efetiva das entidades de trabalhadores no processo de planejamento, como ocorre com as entidades representativas da categoria econômica.

Nada disso mereceu a atenção do Governo. No entanto, Senhor Ministro, agora está V. Exa. a nos convidar para um encontro, em Brasília, com o Senhor Presidente da República. O convite muito nos honra, mas estamos convencidos de que o **Projeto Brasília**, que vimos acompanhando atentamente, nada acena de prático à classe trabalhadora. Pelo contrário, ele tem servido apenas de veículo de difusão das mesmas frases de efeito que os trabalhadores se habituaram a

ouvir, ao longo dos anos, desde o «curto período» da ditadura Vargas. Um processo lamentavelmente seguido pelos governos do chamado «ciclo da revolução», com a conivência de muitos dirigentes sindicais, mas que a maioria esmagadora repele, com altivez e independência, mesmo sabendo dos perigos que essa tomada de posição poderá acarretar.

Quiséramos, sinceramente, que não fosse assim. Se nos fosse dado o privilégio de falar diretamente ao Governo, sem o *mis-en-scene* e o formalismo do protocolo oficial (para repetir Carlos Drummond de Andrade: «lá quem fala não ouve e quem ouve não fala»), nós lhe diríamos que a prosperidade do «milagre brasileiro» é um grande equívoco, cuja expressão está nos dados falsificados da correção da inflação de 1973. Graças à manipulação dos instrumentos de exceção, o desenvolvimento se faz em favor de minorias privilegiadas, tornando-se o Brasil presa fácil nas garras das poderosas empresas multinacionais, que hoje manipulam os mais importantes setores da economia brasileira.

Sabe V. Exa. que a empresa nacional — notadamente as pequenas e médias empresas, que ocupam contingente aproximado de 70 por cento da mão-de-obra — está sufocada sob uma política que marcou a escalada dos tecnocratas às culminâncias do poder. Pasmados e submissos a uma legislação draconiana, empresários e trabalhadores perdemos a voz e nos transformamos em massa de manobra do «milagre brasileiro» em favor de minorias e do capital estrangeiro.